POR DENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

REGIÃO CENTRAL v. 12

Rosana Baeninger
Lidiane Maciel
(Organizadoras)

Giovana Gonçalves Pereira
Jadir Damião Ribeiro
Jéssica Aline Troiano
Juliana Dourado Bueno
Lidiane Maciel
Maria Aparecida de Moraes Silva
Marilda Aparecida Menezes
Oswaldo Truzzi
Regina Laisner
Rogério da Palma
Rosana Baeninger

UNICAMP

REGIÃO V 12 CENTRAL

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

Reitor
José Tadeu Jorge

Vice-Reitor
Alvaro Penteado Crósta

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário
Teresa Dib Zambon Atvars

Pró-Reitoria de Pesquisa
Glaucia Maria Pastore

Pró-Reitoria de Graduação
Luis Alberto Magna

Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Itala Maria Loffredo D´Ottaviano

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
João Frederico da Costa Azevedo Meyer

Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (COCEN)
Jurandir Zullo Junior

Núcleo de Estudos de População (NEPO)
Coordenação: Estela Maria Garcia Pinto da Cunha

POR DENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO
FASES E FACES DO FENÔMENO MIGRATÓRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

V.12

REGIÃO CENTRAL

Rosana Baeninger
Lidiane Maciel
(Organizadoras)

Núcleo de Estudos de População (NEPO) – UNICAMP
Av. Albert Einstein, 1300 – CEP: 13081-970 – Campinas – SP – Brasil
Fone: (19) 3521 5913 – Fax: (19) 3521 5900
www.nepo.unicamp.br

Apoio
Projeto: Observatório das Migrações em São Paulo
FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Organização e Revisão geral
Rosana Baeninger

Comitê de Publicação
Rosana Baeninger
Roberta Guimarães Peres
Lidiane Maciel

Colaboração
Maria Ivonete Zorzetto Teixeira

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação
Traço Publicações e Design
Flávia Fábio e Fabiana Grassano

Ficha catalográfica
Adriana Fernandes

Ficha catalográfica

Região Administrativa Central / Rosana Baeninger; Lidiane Maciel (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013.

116p.

(Por Dentro do Estado de São Paulo – Volume 12)

ISBN 978-85-88258-41-9

1. População. 2.Dinâmica Demográfica. 3.Migração. I. Baeninger, Rosana. II. Maciel, Lidiane (Org.). III. Título. IV. Série.

SUMÁRIO

Apresentação 7

Evolução da população e migração nas regiões de Araraquara e São Carlos 9
Lidiane Maciel e Rosana Baeninger

Em busca de um novo *lugar*: relações familiares entre negros na São Carlos pós-abolição 23
Rogério da Palma e Oswaldo Truzzi

Olhares sobre o poder local entre tradição e mudança na Região Central 39
Regina Laisner

Estado e regulação das relações de trabalho nos canaviais do Brasil 61
Maria Aparecida de Moraes Silva, Marilda Aparecida Menezes e Jadir Damião Ribeiro

Os atores do rural paulista: um ensaio sobre a Região Central 85
Giovana Gonçalves Pereira e Jéssica Aline Troiano

De camponesas a operárias – experiências do transitar feminino no campo e na cidade 97
Juliana Dourado Bueno

Sobre autores 115

APRESENTAÇÃO

As migrações internas no Brasil e em São Paulo redefinem seus espaços no século 21. A dinâmica econômica e populacional das regiões trazem novos contornos às cidades e seus habitantes. A produção agrícola assentada nos complexos agroindustriais redesenha a distribuição da população entre urbano e rural e traz novos elementos para os movimentos migratórios e deslocamentos de população.

Nesse sentido, a *Coleção Por dentro do Estado de São Paulo* - neste volume dedicado à *Região Administrativa Central do Estado de São Paulo* - apresenta análises referentes às dinâmicas das migrações nas regiões de Araraquara e São Carlos, buscando apreender as especificidades do tecido social de espaços regionais marcados pela forte penetração dos complexos agroindustriais da laranja e da cana-de-açúcar.

Os textos aqui apresentados resultam da pesquisa *Observatório das Migrações em São Paulo* (NEPO/UNICAMP) e suas parcerias institucionais e com autores privilegiados. Trazem aspectos conceituais e revisitados sobre as novas dinâmicas migratórias nessa porção do território paulista. O esforço da equipe de pesquisa para o entendimento dos processos migratórios nacionais se expressa, portanto, também nas parcerias com autores de outras instituições, possibilitando ampliar o conhecimento teórico e empírico acerca das especificidades das migrações no Estado de São Paulo.

Rosana Baeninger
IFCH/NEPO-UNICAMP

Lidiane Maciel
IFCH/NEPO-UNICAMP

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO NAS REGIÕES DE ARARAQUARA E SÃO CARLOS

Lidiane Maciel
Rosana Baeninger

A Região Administrativa (RA) Central do Estado de São Paulo representa atualmente importante polo de desenvolvimento do Estado de São Paulo. Composta por 26 municípios está localizada na porção central do Estado de São Paulo, ocupando uma área de 11.018 km². Tal classificação é fruto do Decreto Estadual nº 48.162, alterado pelo Decreto nº 52.576, de dezembro de 1970 que estabeleceu e classificou 11 e 48 sub-regiões do estado de São Paulo segundo afinidades para a distribuição de órgãos da administração estadual[1].

A Região de Governo (RG) de Araraquara (com 19 municípios) juntamente com a Região de Governo de São Carlos (com 7 municípios) compõem a RA Central. A ocupação inicia da região se deu em fins do século XVIII, com a construção do caminho para Cuiabá/MT. A região tem com origem o desmembramento do antigo Campo ou Sertões de Araraquara. Em 1817 foi criada a freguesia de São Bento de Araraquara, o primeiro povoado dos Sertões. Toda região a ser posteriormente a ser formada é derivada desta primeira ocupação.

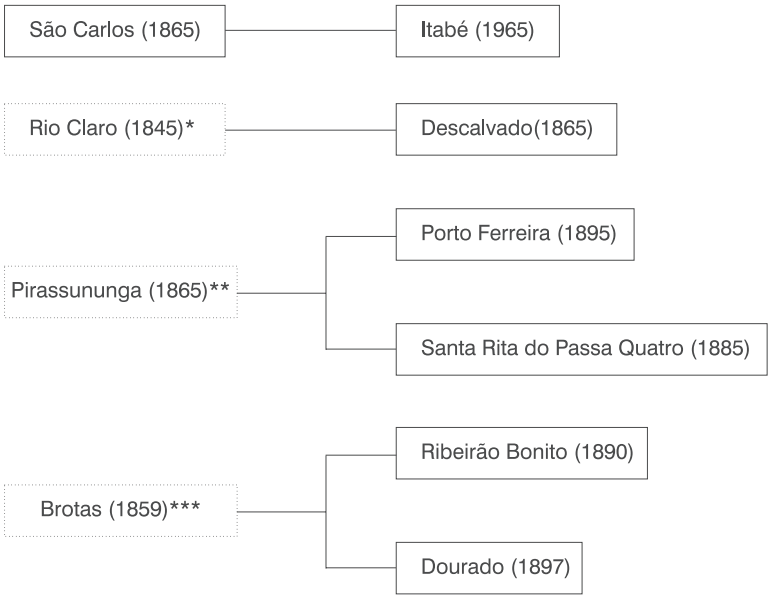
Porém, a consolidação da área firmou-se após 1830 com a introdução da lavoura cafeeira. A exigência de grandes contingentes de mão-de-obra para o cultivo do café estimulou o crescimento populacional desta área; registra-se no final do século XIX a entrada de imigrantes italianos, espanhóis e portugueses. Outro importante elemento para o desenvolvimento da Região foi à chegada dos trilhos da Companhia de Estrada de Ferro. A ferrovia foi de extrema importância para à estruturação do complexo cafeeiro; foi estendida de Rio Claro a São Carlos, no ano de 1884.

Parte considerável dos municípios da região foram criados no último decênio do século 19, em função da expansão cafeeira (Figuras 1 e 2).

[1] Fonte: Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em:<http://www.bv.sp.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2012.

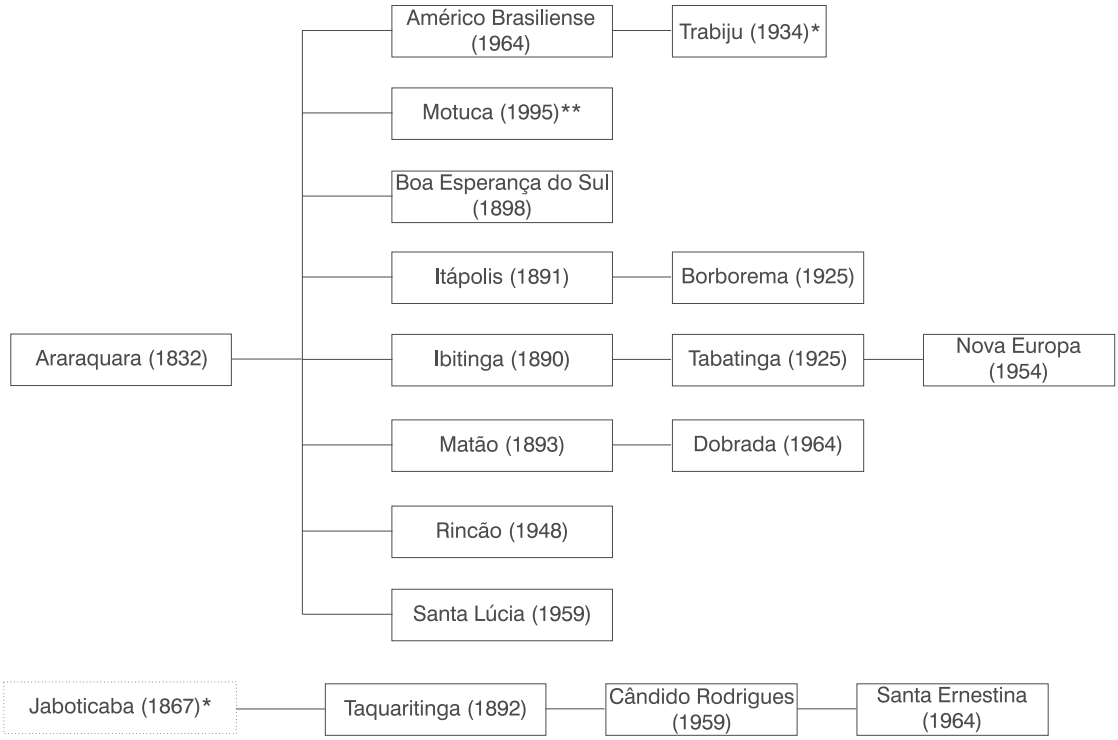
A partir de 1930, com a decadência do café (Cano, 1988), a produção agrícola da região se diversificou. Os anos 1970 foram decisivos para a inserção da região no eixo agroindustrial paulista; a partir de então, a região entra no século 21 buscando atrair investimentos agroindustriais voltados para a citricultura e a cana-de-açúcar.

FIGURA 1.Desmembramento dos Municípios da Região de Governo de Araraquara



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. Informe Demográfico 1, 1980. Informe Demográfico 1, 1990 e informações disponíveis no site: <http://www.seade.gov.br/index.php>. Acessado em: 03 jun. 2010.
* Informação retirada do site IBGE Cidades (03 de Junho 2010).
** Informação retirada do site IBGE Cidades (03 de Junho 2010), o município de Motuca foi distrito de Araraquara até 1993.
*** Jaboticabal foi desmembrada em 1867 de Araraquara e atualmente pertence a RG Administrativa de Ribeirão Preto.

FIGURA 2. Desmembramento dos Municípios da Região de Governo de São Carlos[2]



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. Informe Demográfico 1, 1980. Informe Demográfico 1, 1990 e informações disponíveis no site: <http://www.seade.gov.br/index.php>. Acesso em: 02 jun. 2010.
* Rio Claro é desmembrado do município de Limeira e pertence à Região de Governo de Rio Claro
** Pirassununga é desmembrado do município de Limeira e pertence à Região de Governo de Limeira.
*** Brotas é desmembrada do município de Rio Claro e pertence à região de governo de Rio Claro.

Evolução da População

Acompanhando-se a evolução da população regional ao longo dos últimos setenta anos, observa-se que a Região de Governo de Araraquara sempre apresentou maior concentração populacional, em relação à Região de Governo de São Carlos (Tabela 1).

Já em 1940, a população da RG de Araraquara representava 68% do total da população da RA Central e, embora decrescendo esta participação a partir de 1960, ainda concentrava 61%, em 1991, alterando-se muito pouco esta distribuição, com 59,8% da população regional em 2010. Já a RG de São Carlos também reverteu seu processo de evasão populacional, iniciado Região após a crise cafeeira de 1929, com o aumento de população em 1960. Entre 1940 e 2010, sua população passou de 106 mil habitantes para 382 mil, respectivamente.

[2] As figuras 1 e 2 foram produzidas, com a finalidade de indicar os desmembramentos territorias da região, ambas fazem parte do trabalho desenvolvido por Lidiane Maciel e Patrícia Tavares de Freitas de atualização dos dados de desmembramentos municipais do estado de São Paulo, produzidos o âmbito do projeto temático "Observatório das Migrações no estado de São Paulo".

TABELA 1. Evolução da População. Região Administrativa Central – 1940-2010

Anos	RA CENTRAL	RG Araraquara	RG São Carlos
População TOTAL			
1940	331.183	225.042	106.141
1950	314.973	216.430	98.543
1960	347.626	219.204	128.422
1970	408.948	249.768	159.180
1980	543.370	328.251	215.119
1991	725.635	443.409	282.226
2000	853.866	512.664	341.202
2010	951.767	569.405	382.362
Distribuição Relativa(%)			
1940	100	67,9	32,1
1950	100	68,7	31,3
1960	100	63,1	37,0
1970	100	61,1	38,9
1980	100	60,4	39,6
1991	100	61,1	38,9
2000	100	60,0	40,0
2010	100	59,8	40,2
Taxa de crescimento (%ao ano)			
1940-1950	-0,50	-0,39	-0,74
1950-1960	0,99	0,13	2,68
1960-1970	0,93	0,45	1,69
1970-1980	2,88	2,77	3,06
1980-1991	2,70	2,81	2,54
1991-2000	1,82	1,63	2,13
2000-2010	1,09	1,06	1,15

Fonte: Fundação SEADE.

Ainda no período 1940/50 as taxas de crescimento da população total de ambas RGs haviam se apresentado negativas, sendo mais elevada para a RG de São Carlos (-0,74% a.a.) em relação a Araraquara (-0,39% a.a). Nos anos 1950, a RA Central como um todo já havia passado à taxa positiva de crescimento populacional (de -0,50% a.a. no período 1940/50, para 0,99% a.a. no de 1950/60). Destaca-se que os anos 1950 já começavam a imprimir novas características à RG de São Carlos - com uma taxa de crescimento da população de 2,68% a.a., nesse período -, particularmente com a ampliação da produção agrícola, da pecuária de leite e a introdução da avicultura de corte. No entanto, essa retomada de crescimento populacional se deveu especialmente à implantação de indústrias nos municípios de São Carlos e Porto Ferreira. Nessa etapa, a RG de Araraquara concentrava seus esforços econômicos apenas na agricultura, com a introdução da cana de-açúcar com uma taxa de crescimento da população de apenas 0,13% ao ano.

No período 1960 houve um ligeiro aumento da taxa de crescimento populacional da RG de Araraquara - de 0,13% a.a., no peóodo 1950/60, para 0,45% a.a. no período de 1960-1970 - e um decréscimo na taxa registrada pela RG de São Carlos, que passara para 1,69% a.a. Na realidade, os anos 1960 foram marcados por um intenso êxodo rural no Estado de São Paulo em seu conjunto, com expressivos fluxos migratórios que partiam do interior em direção à metrópole nacional da indústria: a Região Metropolitana de São Paulo" (Patarra, Baeninger, 1988).

O ponto de inflexão dessa tendência, no entanto, foi caracterizado pelos anos 1970. O processo de interiorização da indústria paulista, com o direcionamento de fortes incentivos

governamentais para a implantação de complexos agroindustriais no Interior (Cano, 1988) contribuiu para o reflorescimento dessa área, propiciando a retenção de uma população que potencialmente migraria, bem como o afluxo crescente de expressivos contingentes migratórios.

Nesse novo cenário estadual, a RG de Araraquara beneficiou-se com a introdução e fortalecimento das culturas da cana-de-açúcar e da citricultura. São Carlos, por sua vez, fortaleceu suas indústrias de laticínios, cerâmica, lápis, bem como seus produtos agrícolas (café, algodão, laranja e cana-de-açúcar).

Todo esse dinamismo refletiu-se nas taxas de crescimento da população regional; a RA Central passou de um taxa de 0,93% a.a., nos anos 60, para 2,88% a.a. no período 1970/80. A taxa de crescimento da população de São Carlos foi mais elevada (3,06% a.a.) que a da RG de Araraquara (2,77% a.a.). Esse novo impulso na economia regional contnbuiu para que a população da RA Central passasse de 331 mil habitantes, em 1940, para mais de 540 mil, em 1980, chegando a 951.767 habitantes em 2010.

Os anos 1980, no entanto, foram marcados por um menor ritmo de crescimento populacional do País e do Estado de São Paulo em seu conjunto, tanto em função da continuidade da queda da fecundidade quanto pelo, provável decréscimo nos volumes migratórios interestaduais. Mesmo assim, a RA Central - com uma taxa de 2,70% a.a. - e suas Regiões de Governo registraram taxas de crescimento populacional, no período 1980/91, superiores à média estadual (2,12% a.a.) e do interior (2,38% a.a.). No período 1991-2000 a RA Central registrou uma taxa de 1,82% ao ano, baixando este ritmo de crescimento para 1,09% ao ano entre 2000-2010. A consolidação e fortalecimento das atividades econômicas na região assegurou o maior dinamismo econômico e populacional da área.

A Região de Governo de Araraquara vivenciou um processo gradual de urbanização e crescimento populacional a partir da década de 1940. Assim, em apenas sessenta anos a população da Região dobrou de tamanho em números absolutos. O volume maior desta população concentrou-se em Araraquara. Em 2000, segundo Censo demográfico (IBGE, 2000), a população total do município era de 182.240 habitantes, já em 2010, Araraquara apresentava uma população 208.662. O incremento populacional foi derivado de diversos fluxos migratórios que permitiram o crescimento da região.

A evolução da população urbana e rural para a RG de Araraquara de 1940 a 1991, possibilita apreender momentos e processos que configuram a atual região (Tabela 2).

TABELA 2. Evolução da população da Região de Governo de Araraquara 1940/2010

Período	Total	População	
		Rural	Urbana
1940	225.042	157.882	67.160
1950	216.387	117.953	98.434
1960	219.204	106.560	112.644
1970	229.337	66.941	162.396
1980	328.251	64.639	263.612
1991	445.414	54.163	391.251
2000	512.664	42.399	470.265
2010	569.404	28.458	540.947

Fonte:FIBGE Censos Demográficos de1940 a 2010 (FUNDAÇÃO SEADE).

Quanto à população rural, desde 1940, esta vem apresentando redução em seu volume de população: de 157.882 habitantes no rural em 1940 para 28.458, em 2010. Em 2010 de 540 mil pessoas viviam no urbano.

Apesar da economia regional se apoiar na produção agrícola, o moderno complexo agroindustrial está direcionado para a vida urbana, para as cidades. Este processo tem contribuído para a expansão e crescimento dos setores secundário e, particularmente, terciário da economia, bem como a para a concentração da população nos municípios da Região. Para se ter uma ideia do intenso processo de urbanização que a RG de Araraquara passou nos últimos 50 anos basta observar que, em 1940, apenas 30% de sua população vivia no meio urbano, sendo que em 2010 este índice chegara a 95%.

Essa acelerada concentração populacional nas cidades refletiu-se nas taxas de crescimento da população da RG de Araraquara ao longo do período em estudo. Já em 1940, essa taxa havia sido negativa (-0,39% ao ano) com a Região perdendo população e chegando ao ano 2010 com uma taxa de 1,06% ao ano.Desse modo, a RG passou de uma população urbana de 67 mil habitantes, em 1940, para mais de 540 mil em 2010.

A Região de Governo de São Carlos também apresentou evolução significativa de sua população entre os anos de 1940 e 2010 (Tabela 3).

TABELA 3. Evolução da população da Região de Governo de São Carlos 1940/2010

Período	Total	População	
		Rural	Urbana
1940	106.41	64.899	41.242
1950	98.586	47.958	50.628
1960	128.442	45.001	83.421
1970	151.873	31.678	120.195
1980	215.119	32.776	182.343
1991	283.360	28.930	254.430
2000	341.202	23.232	317.970
2010	382.003	18.797	363.260

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2010 (FUNDAÇÃO SEADE).

O crescimento populacional da RG esteve, nestes últimos setenta anos, ligado ao seu desenvolvimento urbano. Desse modo, a população urbana já havia ultrapassado a população rural em 1950: 50.628 no urbano contra 47.958 no rural. Em 1970, mais de 120 mil habitantes estavam no urbano alcançando 363.260 em 2010. Os maiores incrementos da população urbana foram registrados nos período 1950/60 e 1970/80, momentos decisivos da retomada do crescimento econômico da Região; no primeiro período, com a diversificação agrícola e instalação de indústrias, e no período 1970/80, com o avanço do processo de interiorização da indústria paulista.De 1991-2000 a região também tem elevada ampliação de sua base populacional urbana, em função da produção agrícola voltada para os complexos agroindustriais.

Em contrapartida, a população rural da RG de São Carlos passou de 64.899 habitantes, em 1940, para 18.797 em 2010. O acelerado processo de urbanização verificado no Estado de São Paulo como um todo, ao longo do período em estudo, contribuiu para que a RG de São Carlos passasse de um grau de urbanização de 39%, em 1940, para 95% em 2010

O deslocamento rural-urbano entre as décadas de 1940 e 1970 apresentou-se com uma das tendências da urbanização no município de São Carlos (Maciel, 2012). A população do município de São Carlos era de 48.609 habitantes, do quais 25.746 encontravam-se na área

urbana, contra 22.863 da área rural. Já em 1960, o município passava a contar com uma população total de 62.045 habitantes, dos quais 50.851 encontravam-se na área urbana contra 11.194 da área rural. A partir de 1980 até 2010, segundo os dados do Censo demográfico de 2010, a população da área rural desta cidade manteve-se entre 9.259 e 8.191 habitantes. A população urbana saltou de 109.753 para 219.650 habitantes, muitos dos quais derivados dos fluxos migratórios para este município, consolidando assim a tendência à urbanização.

É possível observar pela Tabela 4 a população dos municípios da Região e a participação dos setores de atividades na dinâmica econômica da região. Os municípios de São Carlos e de Araraquara apresentam as maiores concentrações de população regional bem como a maior parcela das atividades industriais e de serviços. São municípios com alto grau de urbanização e forte interligação com os municípios do entorno regional. Apresentam expressivas periferias urbanas que concentram populações muitas vezes maiores que de algumas cidades da região (MACIEL, 2013). A zona rural desses centros urbanos é afastada da área urbana; diferente das cidades de Santa Ernestina, Trabiju, Motuca e principalmente Dobrada, cujo canavial pode ser visualizado próximo a Prefeitura Municipal da cidade, parecendo envolver a área urbana.

TABELA 4. População total e setor de atividades por municípios da RA Central, 2010

Município	População 2010	Setor de atividades (%)		
		Indústria	Serviços	Agropecuária
Araraquara	208.662	26,32	71,64	2,04
Américo Brasiliense	34.478	46,54	50,21	3,04
Santa Lúcia	8.248	10,85	55,65	33,50
Rincão	10.414	8,35	54,91	36,74
Boa esperança do Sul	13.645	5,51	53,29	41,19
Borborema	14.529	6,65	56,51	36,84
Dobrada	7.939	25,78	51,90	22,32
Cândido Rodrigues	2.668	9,99	46,71	43,30
Motuca	4.290	52,89	31,65	15,46
Matão	76.786	30,28	67,86	1,87
Nova Europa	9.300	56,76	29,02	14,22
Fernando Preste	5.534	18,57	49,15	32,28
Gavião Peixoto	4.419	25,47	36,06	38,47
Santa Ernestina	5.568	8,70	63,90	27,40
Tabatinga	14.686	7,51	62,43	30,06
Ibitinga	53.158	27,16	61,69	11,15
Itápolis	40.051	14,33	60,18	25,49
Taquaritinga	53.988	11,10	72,83	16,07
Trabiju	1.544	27,66	47,69	24,65
São Carlos	221.950	30,60	66,64	7,22
Descalvado	31.056	37,29	47,46	15,25
Dourado	8.609	22,07	57,76	20,15
Ribeirão Bonito	12.135	8,32	56,80	34,88
Porto Ferreira	51.400	35,14	58,64	6,25
Santa Rita do Passa-Quatro	26.478	14,19	69,03	16,77
Ibaté	30.734	19,67	61,95	18,38

Fonte: IBGE Cidades e Fundação SEADE.

Outra característica econômica que podemos ressaltar é que os municípios menores em população tendem a concentrar atividades agrícolas; além da presença significativa dos canaviais e laranjais, também é possível verificar a produção de hortaliças, café, goiaba e outros produtos agrícolas, geralmente cultivados por pequenos proprietários (Tabela 5 e 6).

TABELA 5. Produção de Cana-de-açúcar e Laranja em tonelada. Regiões Administrativas de Campinas, Ribeirão Preto e Central (1990 2000, 2010)

		1990	2000	2010
RA Campinas	Cana-de-Açúcar	26.475.737	29.023.424	41.249.691
	Laranja	3.192.390	3.836.075	4.040.430
RA Ribeirão Preto	Cana-de-Açúcar	25.27.470	28.410.398	40.150.301
	Laranja – Produção (Em toneladas)	331.932	239.860	316.699
RA Central	Cana-de-Açúcar – Produção (Em toneladas)	12.920.032	19.720.798	34.401.088
	Laranja	2.410.018	3.304.607	2.625.649

Fonte: IMP – Fundação Seade.

TABELA 6. Área Colhida (Em ha). Regiões Administrativas de Campinas, Ribeirão Preto e Central (1990 2000, 2010)

		1990	2000	2010
RA Campinas	Cana-de-Açúcar	358.923	380.430	500.455
	Laranja	178.122	153.474	141.821
RA Ribeirão Preto	Cana-de-Açúcar	333.350	387.053	470.640
	Laranja	18.626	9.449	10.260
RA Central	Cana-de-Açúcar	172.591	272.635	374.155
	Laranja – Área Colhida	171.840	146.797	114.983

Fonte: IMP – Fundação Seade.

Mesmo ressaltando a importância do setor da agropecuária e industrial, o setor de serviços aparece como majoritário para todos os municípios. Segundo as informações da Fundação SEADE, o peso do setor de serviço verificado na tabela associa-se, sobretudo, "às relações complementares desse setor com a agroindústria, como os serviços de comercialização, transporte e armazenagem, bem como à integração de toda a rede de serviços empresariais, pesquisa e ensino superior com a indústria presente na Região." (p.5). Podemos exemplificar tal condição pelo município de Matão, cuja produção agroindustrial vinculada à citricultura movimenta os outros setores de sua economia.

Já o setor industrial assume papel de destaque nos municípios de São Carlos, Araraquara, tendo esses dois municípios uma matriz industrial bastante diversificada. São Carlos, por exemplo, concentram indústrias vinculadas à produção tecnológica, a metalurgia, têxtil e alimentícia. Araraquara ganha destaque, sobretudo a produção alimentícia, vinculada a produção de cítricos. Vale ainda ressaltar que municípios menores como Ibitinga, Porto Ferreira, e Matão se destacam na produção têxtil, de cerâmica, e processamento de cítricos respectivamente. No caso do município de Matão, o setor de serviços é totalmente vinculado à produção de suco de laranja, garantindo a dinâmica econômica do município.

Os empregos formais na região cresceram nos últimos vinte anos anos (Tabela 7) para todos os setores, passando de 147 mil em 1991 para 291 mil em 2011; destacam-se os empregos formais da construção (de cerca de 3 mil empregos em 1991 para 13 mil em 2011) e serviços (de 47 mil para 103 mil, respectivamente). O setor da agricultura teve ligeiro decréscimo entre 2001 e 2011, passando de 29 mil empregos formais para 27 mil, respectivamente.

TABELA 7. Empregos formais na Região Administrativa Central – 1991 -2011 – em números absolutos

	1991	2001	2011
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura.	14.404	29.658	27.300
Indústria	53.729	48.467	90.743
Empregos Formais da Construção	2.903	6.297	12.919
Serviços	47.145	61.533	102.991
Trabalho - Empregos Formais (Total)	147.730	176.222	291.098

Fonte: IMP – Fundação Seade.

Migração

Os saldos migratórios para a RA Central apesar de se apresentarem positivos nos períodos 1991-2000 e 2000-2010 registraram decréscimo em seus volumes (Tabela 8) . Se nos anos 1970 a migração chegou a responder por quase 70% do crescimento absoluto da região, nos anos 2000 chegou a responder por cerca de 50% do crescimento absoluto da população na década. Isto se explica, de um lado, pelos menores volumes de migrantes interestaduais para estas regiões, e, de outro lado, os fluxos migratórios de retorno, bem como a diversidade de mobilidades da população: temporários, pendulares, distribuição da migração no âmbito intra-regional. Contudo, esta participação dos saldos migratórios da RA no crescimento absoluto da população é bem mais elevada que para o conjunto do Estado – onde a migração no período 2000-2010 respondeu por apenas 10% de seu incremento absoluto na década– e da Região Metropolitana de São Paulo, que apresentou saldo migratório negativo de quase 30 mil pessoas por ano.

TABELA 8. População Total, taxas de crescimento da população e saldos migratórios anuais por município.RA Central, 1991,2000 e 2010

Regiões Administrativas e Municípios	População			Taxas anuais de crescimento populacional (%)		Saldos migratórios anuais	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
Estado de São Paulo	31.436.273	36.974.378	1.223.683	1,82	1,09	147.443	47.265
Região Metropolitana de São Paulo	15.369.305	17.852.637	19.667.558	1,68	0,97	24.399	-29.968
RA Central	725.635	853.866	951.408	1,82	1,09	5.581	3.361
RG São Carlos	282.226	341.202	382.003	2,13	1,14	3.211	1.414
Descalvado	25.647	28.889	31.038	1,33	0,72	49	32
Dourado	7.728	8.598	8.609	1,19	0,01	29	-40
Ibaté	18.712	26.378	30.696	3,89	1,53	514	104
Porto Ferreira	38.227	47.343	51.366	2,40	0,82	517	-3
Ribeirão Bonito	10.287	11.237	12.127	0,99	0,77	-47	-22
Santa Rita do Passa Quatro	24.076	26.118	26.475	0,91	0,14	49	-44
São Carlos	157.549	192.639	221.692	2,26	1,41	2.100	1.387
RG Araraquara	443.409	512.664	569.405	1,63	1,06	2.370	1.947
Américo Brasiliense	19.904	28.196	34.421	3,95	2,01	493	254
Araraquara	158.934	182.240	208.429	1,53	1,35	1.076	1.567
Boa Esperança do Sul	10.417	12.551	13.636	2,09	0,83	50	-18
Borborema	12.106	13.183	14.517	0,95	0,97	1	59
Cândido Rodrigues	2.322	2.610	2.668	1,31	0,22	20	-4
Dobrada	6.864	7.006	7.931	0,23	1,25	-91	10
Fernando Prestes	5.164	5.431	5.533	0,56	0,19	0	-5
Gavião Peixoto	3.812	4.123	4.416	0,88	0,69	-12	-12
Ibitinga	38.084	46.534	53.100	2,25	1,33	532	358
Itápolis	32.930	37.703	40.031	1,52	0,60	180	39
Matão	63.154	71.669	76.743	1,42	0,69	-31	-98
Motuca	3.357	3.866	4.286	1,58	1,04	18	5
Nova Europa	5.368	7.286	9.281	3,45	2,45	122	118
Rincão	10.302	10.330	10.413	0,03	0,08	-150	-88
Santa Ernestina	5.569	5.739	5.569	0,33	-0,30	-40	-62
Santa Lucia	6.266	7.837	8.245	2,52	0,51	68	-43
Tabatinga	10.750	12.967	14.671	2,11	1,24	93	53
Taquaritinga	46.724	52.013	53.972	1,20	0,37	61	-190
Trabiju	1.382	1.380	1.543	-0,02	1,12	-20	4

Fonte: Fundação Seade.

Os muncípios-sedes – Araraquara e São Carlos- concentram os maiores saldos migratórios, em torno de 15 mil pessoas entre 2000-2010, indicando que mesmo em menores patamares, a migração tem como destino prioritariamente os maiores centros urbanos da RA Central.

De fato, considerando os fluxos migratórios intra-estaduais e interestaduais (Tabelas 9 e 10) pode-se notar os ganhos migratórios para os municípios de Araraquara e São Carlos. No caso da RG de Araraquara a imigração desempenha importante papel nas trocas migratórias, com a entrada de 18.886 migrantes do próprio Estado de São Paulo e a saída de 17.002, com um ganho de cerca de 1.800 pessoas; a imigração interestadual foi de 12.947 e a saída de 5.694.

TABELA 9. Imigração e Emigração Intra-Estadual e Interestadual. RG Araraquara - 2005-2010

RG Araraquara	INTRA-ESTADUAL		INTERESTADUAL	
	Imigração	Emigração	Imigração	Emigração
Américo Brasiliense	893	414	1.418	368
ARARAQUARA	9.767	6.320	3.773	2.032
Boa Esperança do Sul	347	500	265	129
Borborema	644	436	504	165
Cândido Rodrigues	53	135	38	36
Dobrada	85	167	687	73
Fernando Prestes	373	332	72	106
Gavião Peixoto	131	72	146	82
Ibitinga	2.057	1.416	1.438	355
Itápolis	1.136	1.015	609	430
MATÃO	956	2.635	1.193	737
Motuca	137	160	54	35
Nova Europa	210	150	288	150
Rincão	476	347	113	143
Santa Ernestina	147	380	380	128
SANTA LÚCIA	93	295	277	67
Tabatinga	215	453	712	234
TAQUARITINGA	1.128	1.768	941	421
Trabiju	38	5	39	0
TOTAL	**18.886**	**17.002**	**12.947**	**5.694**

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010; tabulações especiais Observatório das Migrações (NEPO/ UNICAMP-FAPESP-CNPq) .

Para a RG de São Carlos, o volume de migrantes vindos do próprio Estado de São Paulo chegou a 15.784 pessoas no período 2005-2010 e a imigração de outros estados 8.257; a emigração correspondeu a 13.482 pessoas em direção a outros municípios de São Paulo e 5.172 para demais estados do país.

TABELA 10. Imigração e Emigração Intra-Estadual e Interestadual. 2005-2010, RG São Carlos

	INTRA-ESTADUAL		INTERESTADUAL	
	Imigração	Emigração	Imigração	Emigração
DESCALVADO	707	970	393	298
Dourado	188	429	59	208
Ibaté	980	721	1123	266
Porto Ferreira	1559	1483	1111	420
Ribeirão Bonito	401	362	642	224
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	1061	984	290	270
SÃO CARLOS	10888	8531	4639	3486
TOTAL RG São Carlos	**15784**	**13482**	**8257**	**5172**

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010; tabulações especiais Observatório das Migrações (NEPO/ UNICAMP-FAPESP-CNPq) .

O "corredor" da migração nordestina iniciada nos anos 1990 se consolidou na RA Central no período 2005-2010, com maior concentração de migrantes dos estados da Região Nordeste e a emigração para outros estados esteve concentrada no Paraná e Minas Gerais, indicando o retorno migratório.

A matriz migratória no âmbito intra-regional para a RG de Araraquara (Tabela 11) possibilita apreender que quase 10 mil pessoas mudaram de município de residência entre 2005-2010 . A importância de Araraquara na distribuição da migração regional fica evidente ao se analisar que do município-sede saíram 1.320 pessoas para as cidades do entorno regional, sendo que do entorno para a sede 3.568 pessoas.

TABELA 11. Matriz Migratória Intra-regional e Migração Interestadual. RG ARARAQUARA, 2005-2010

Residência em 2005	Residência em 2010						
	Total RG	AMÉRICO BRASILIENSE	ARARAQUARA	BOA ESPERANÇA DO SUL	BORBOREMA	CÂNDIDO RODRIGUES	DOBRADA
Américo Brasiliense	1117	0	944	8	0	0	0
ARARAQUARA	1321	501	0	43	41	0	5
Boa Esperança do Sul	495	53	164	0	0	0	0
Borborema	390	0	32	0	0	0	0
Cândido Rodrigues	83	0	31	0	0	0	0
Dobrada	222	0	40	24	0	0	0
Fernando Prestes	63	0	0	0	0	17	0
Gavião Peixoto	152	0	72	0	0	0	0
Ibitinga	574	0	147	0	75	0	0
Itápolis	809	0	153	0	106	3	0
MATÃO	1616	14	918	87	56	0	125
Motuca	147	0	87	0	0	0	0
Nova Europa	437	0	162	31	0	0	0
Rincão	455	176	209	0	0	0	0
Santa Ernestina	240	0	80	0	12	0	74
SANTA LÚCIA	463	133	239	0	0	0	0
Tabatinga	590	11	93	0	6	0	0
TAQUARITINGA	775	70	198	0	61	5	26
Trabiju	48	0	0	48	0	0	0
TOTAL INTRA-REGIONAL	**9997**	**957**	**3568**	**241**	**356**	**26**	**230**

(continua)

(continuação)

Residência em 2005	Residência em 2010							
	FERNANDO PRESTES	GAVIÃO PEIXOTO	IBITINGA	ITÁPOLIS	MATÃO	MOTUCA	NOVA EUROPA	RINCÃO
Américo Brasiliense	0	4	0	0	0	0	0	36
ARARAQUARA	6	67	53	35	169	73	125	37
Boa Esperança do Sul	15	36	33	11	19	0	57	4
Borborema	0	0	146	177	0	0	0	0
Cândido Rodrigues	12	0	0	0	8	0	0	0
Dobrada	0	0	0	0	78	8	0	4
Fernando Prestes	0	0	0	17	0	0	0	0
Gavião Peixoto	0	0	0	0	0	0	74	0
Ibitinga	21	0	0	131	10	0	32	0
Itápolis	41	9	250	0	30	0	6	0
MATÃO	3	9	78	20	0	47	55	6
Motuca	0	0	0	0	26	0	21	13
Nova Europa	0	25	112	18	0	0	0	0
Rincão	0	0	0	0	0	32	0	0
Santa Ernestina	0	0	0	0	62	0	0	12
SANTA LÚCIA	0	0	0	0	12	3	17	56
Tabatinga	0	19	161	81	43	8	168	0
TAQUARITINGA	49	0	54	173	85	0	0	0
Trabiju	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL INTRA-REGIONAL	**146**	**168**	**887**	**663**	**543**	**172**	**554**	**168**

(continua)

(continuação)

Residência em 2005	Residência em 2010				
	SANTA ERNESTINA	SANTA LÚCIA	TABATINGA	TAQUARITINGA	TRABIJU
Américo Brasiliense	0	125	0	0	0
ARARAQUARA	18	53	44	52	0
Boa Esperança do Sul	3	6	5	0	90
Borborema	0	0	16	17	2
Cândido Rodrigues	0	0	0	32	0
Dobrada	68	0	0	0	0
Fernando Prestes	0	0	0	29	0
Gavião Peixoto	0	0	6	0	0
Ibitinga	0	16	120	24	0
Itápolis	3	0	119	89	0
MATÃO	41	5	7	145	0
Motuca	0	0	0	0	0
Nova Europa	0	0	89	0	0
Rincão	0	27	7	0	4
Santa Ernestina	0	0	0	0	0
SANTA LÚCIA	3	0	0	0	0
Tabatinga	0	0	0	0	0
TAQUARITINGA	47	0	4	0	1
Trabiju	0	0	0	0	0
TOTAL INTRA-REGIONAL	**183**	**232**	**418**	**389**	**97**

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP/ CNPq-NEPO-UNICAMP).

No caso da RG de São Carlos, o movimento migratório intra-regional foi de 3.516 pessoas entre 2005-2010, sendo bem menos concentrada as migrações que chegam e partem da cidade-sede São Carlos: 824 pessoas saíram de São Carlos e 1.605 chegaram. Mas as cidades de Descalvado e Ibaté foram localidades que receberam igrantes vindos de São Carlos.

TABELA 12. Matriz Migratória Intra-regional e Migração Interestadual. RG SÃO CARLOS 2005-2010

Residência em 2005	Residência em 2010							
	TOTAL RG	DESCALVADO	DOURADO	IBATÉ	PORTO FERREIRA	RIBEIRÃO BONITO	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	SÃO CARLOS
DESCALVADO	497	0	0	0	172	0	70	255
Dourado	295	0	0	21	0	78	0	196
Ibaté	721	57	16	0	9	69	0	570
Porto Ferreira	521	291	0	0	0	0	126	104
Ribeirão Bonito	518	0	26	78	0	0	0	414
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	140	47	0	0	27	0	0	66
SÃO CARLOS	824	188	56	365	35	159	21	0
TOTAL INTRA-REGIONAL	**3516**	**583**	**98**	**464**	**243**	**306**	**217**	**1605**

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP/ CNPq-NEPO-UNICAMP).

No contexto migratório estadual a RA Central desempenha importante papel em função principalmente por apresentar importantes fluxos migratórios interestaduais, em especial do Nordeste, e intra-estaduais, quer sejam os fluxos oriundos da Região Metropolitana de São Paulo, quer sejam os movimentos migratórios intra-regionais. A dinâmica econômica voltada para os complexos agroindustriais da laranja e da cana, bem como a participação industrial no estado imprimir novos contornos aos deslocamentos populacionais que chegam e partem das regiões de Araraquara e de São Carlos.

Referências

BAENINGER, R A. Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes- Brasil, 1980-1996. Campinas. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1999.

_____. Região Administrativa Central: Região de Governo de São Carlos e Região de Governo de Araraquara. Textos Nepo (31). Campinas, 1995.

_____. São Paulo e suas migrações no final do século 20. In. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul./set. 2005.

_____. Migração, Migrações. In. Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas. Julho de 2011.

CANO, W. (coordenador) (1988) O Processo de Interiorização da Indústria Paulista. São Paulo, Fundação SEADE.

MACIEL, L. "O sentido de melhorar de vida".In: Baeninger, R (org) População e Cidades. UNFPA/NEPO/ UNICAMP, 2010.

NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

NOVAES, J. R. P; ALVES, F. J. C (Orgs.). Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

SILVA, M. A. de M. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. V Seminário Memória, Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento. PREAC, Centro de Memória da Unicamp, Centro de Memória em Educação – FE. 2007. Disponível em: http://www.preac.unicamp.br/memoria/textos/Maria%20Aparecida.

_____ et al. A família tal como ela é nos desenhos de crianças. In. Ruris, Campinas, v.1, mar.2007.

_____; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. 2007. Disponível em: <http://www.nead.org.br>. acessado em 12/05/2010.

_____. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. In: INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.2, Artigo 1, abr./ agosto 2008.

SILVA, V. F. da. Migração e redes sociais: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo. – Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In. Una Nueva ruralidade en America Latina? México, 2000.

WILLIANS, R.O campo e a cidade; na história e na literatura. São Paulo, Companhia das letras. 1989.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS- SEADE (1990) Migração no Interior do Estado de São Paulo. Informe Demográfico n. 23, São Paulo.

EM BUSCA DE UM NOVO *LUGAR*: RELAÇÕES FAMILIARES ENTRE NEGROS NA SÃO CARLOS PÓS-ABOLIÇÃO

Rogério da Palma
Oswaldo Truzzi

Alguns anos após o lançamento de *A integração do negro na sociedade de classes* (1978), um dos principais livros de Florestan Fernandes[1], surgiu uma série de estudos contestando a validade de vários relatos e argumentações feitos pelo autor ao longo dessa obra. Nas décadas de 1980 e 1990, para sermos mais precisos, pesquisas de diversos historiadores (SLENES, 1999; ANDREWS, 1998; CHALHOUB, 1990; CASTRO, 1997) revelaram resultados que batiam de frente com algumas das afirmações de Fernandes. Dentre as questões abordadas, a principal se referia às afirmações do sociólogo sobre o fato de a população negra ter herdado das relações escravistas um baixo imperativo cultural quanto à formação de unidades familiares e de laços sociais duradouros. Segundo estas pesquisas, longe de estarem "perdidos uns dos outros", conforme escreveu Fernandes, os negros que vivenciaram as últimas décadas da escravidão e os primeiros anos pós-1888 não somente formaram sólidas redes de relações interpessoais, como também elas foram essenciais nas estratégias e caminhos adotados por eles após a sua saída do cativeiro.

A consolidação de projetos familiares e de alianças com senhores e homens livres, assim como com outros escravos, teriam sido fundamentais, nos mais variados contextos, para as trajetórias que ligavam a escravidão à liberdade. As relações pessoais constituídas ainda durante o período da escravidão foram peças-chave na renegociação do seu estatuto social durante o período posterior à abolição do regime servil. A inserção em novas relações de trabalho, a nova posição de cidadãos frente à esfera do Estado, a redefinição de determinadas formas de convívio, suas relações peculiares com o tempo e seus planos de mobilidade, ou seja, tudo o que envolvia

[1] A primeira publicação deste livro data de 1965, sendo que ele foi originalmente apresentado como tese de cátedra em Sociologia na Universidade de São Paulo.

um projeto maior de liberdade[2], passava pela intermediação da teia de vínculos estabelecida com outros agentes sociais. O objetivo deste artigo, por sua vez, é realizar uma análise acerca de como os anos posteriores à abolição trouxeram tensões específicas para os vínculos familiares tecidos pela população negra. Tomando como foco o município de São Carlos, pretende-se, através da análise de quatro inquéritos policiais, apontar alguns aspectos sobre as formas pela quais o pós-abolição redimensionou os conflitos envolvendo ex-escravos e seus descendentes, com atenção especial para situações que apresentam desacordos relacionados à gramática familiar. Argumenta-se que o pós-abolição tratou de ressignifcar a autonomia quanto aos laços familiares entre os afro-brasileiros, potencializando novas formas de conflito com aqueles que tentavam cristalizar antigas hierarquias.

População negra em São Carlos (1850-1907)

São Carlos, município localizado no interior do estado de São Paulo, constitui-se como uma típica região cafeeira do "novo" oeste paulista. Convencionou-se dividir o denominado "Oeste histórico" em duas regiões-chaves para a economia paulista do século XIX: o "Oeste velho", conhecido também como "quadrilátero do açúcar", que era a região compreendida entre os municípios de Itu a Campinas e a qual se expande como área de grandes lavouras (produzindo açúcar e, posteriormente, café) a partir de 1790, e o "Oeste novo", localizado entre Rio Claro e a porção norte-noroeste do estado, território que ganhou esse adjetivo por se consolidar como área cafeeira principalmente após 1850 (SLENES, 1997, p. 456). A cidade de São Carlos faz parte dessa última região, ou seja, foi um município que passou a contar com grandes fazendas monocultoras, especialmente aquelas que cultivavam café, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. De início, a mão-de-obra utilizada nessas fazendas era, em sua grande maioria, composta por escravos. Como o tráfico de escravos africanos havia se encerrado em 1850, isto é, justamente durante o período de expansão da agricultura cafeeira no "Oeste novo", muitos dos fazendeiros dessa região tiveram que recorrer ao mercado interno para abastecer suas propriedades com escravos. Alguns conseguiram trazer cativos de regiões mais antigas do estado, nas quais o trabalho escravo havia se fixado já há algum tempo, especialmente de municípios do "Oeste Velho", tais como Itu, Piracicaba e Campinas.

Vários fazendeiros, no entanto, compraram uma quantidade significativa de escravos junto às províncias do norte-nordeste brasileiro, intensificando o comércio interprovincial de cativos ao longo da segunda metade do século XIX. A necessidade de trabalhadores suscitada pela economia cafeeira em expansão, fez com milhares de cativos fossem, novamente, arrancados dos lugares onde estavam fixados e trazidos para um destino que não conheciam. Estima-se que em torno de 200 a 250 mil escravos chegaram ao Sudeste entre 1850 e 1888 (GRAHAM, 2004, p. 296; SLENES, 2004, p. 329-330). Não temos números precisos sobre quantidade de escravos que foram comercializados especificamente para o município de São Carlos. É possível mensurar a presença da população escrava nessa região, todavia, analisando os dados apresentados em um levantamento realizado na província de São Paulo no ano de 1886[3]. De acordo com essa fonte, dos 16.104 habitantes do munícipio de São Carlos, 5.950 (37%) foram arrolados como pretos

[2] Ao longo de suas experiências, escravos e libertos construíram uma série de concepções de liberdade. Essas concepções variavam de acordo com a conjuntura, mas elas quase sempre passaram por uma disputa em torno da atribuição de sentidos a conceitos como trabalho, raça, cidadania, mobilidade etc. A liberdade, desse modo, não pode ser encarada como um valor absoluto e totalmente dissociado da escravidão, mas sim como um ideal construído a partir das diversas apropriações realizadas sobre a sua própria definição. Para uma discussão mais aprofundada sobre os significados da liberdade para os ex-escravos em diferentes contextos, ver Cooper, Holt e Scott (2005).

[3] A partir de agora, passamos a nos apoiar especificamente nas informações destacadas por Truzzi e Bassanezi (2009).

ou pardos. Mais da metade desse contingente (2.982), por sua vez, permanecia sob o jugo direto da escravidão. Outros 1.277 foram classificados como ingênuos, isto é, eram filhos (as) livres de mães escravas.

De um modo geral, portanto, temos que, apenas dois antes da abolição formal do cativeiro em todo o território brasileiro, no mínimo 80% (4259) dos pretos e pardos de São Carlos mantinha uma conexão direta e/ou familiar com a escravidão. O perfil da população são-carlense começa a mudar, entretanto, a partir desse momento. Assim que a política de imigração subvencionada se consolidou como uma alternativa concreta, o município tornou-se um dos principais polos de atração de mão-de-obra europeia, sobretudo italiana. Entre os anos de 1893 e 1907, por exemplo, São Carlos recebeu diretamente da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo em torno de 26.918 trabalhadores estrangeiros, sendo que a maioria deles teve como destino as fazendas de café dessa localidade (TRUZZI & BASSANEZI, 2009, p. 200). Esse fluxo redimensionou as características demográficas da região. Em 1886, os estrangeiros que habitavam o município correspondiam a apenas 12,7% do total. De acordo com um recenseamento municipal compilado no ano de 1907, os imigrantes passaram a representar quase 40% do total de habitantes da região. Por outro lado, os pretos e mulatos (categorias raciais utilizadas nesse último levantamento) não ultrapassavam 12,5% desse contingente. Como se pode perceber, o percentual de negros diminuiu cerca de 25% em um relativamente curto período de tempo.

> Menos de duas décadas após a abolição do cativeiro, a população de São Carlos, que entre 1886 e 1907 quase duplicou, teve sua composição racial alterada significativamente, graças ao grande afluxo de imigrantes europeus e, provavelmente também, ainda que em bem menor grau, à saída de ex-escravos do município (TRUZZI & BASSANEZI, 2009, p. 200).

Entre o favor e a (in)gratidão: o assassinato de José Bueno do Prado

Como teria sido a vida dos trabalhadores negros, muitos deles ex-escravos ou então descendentes diretos destes últimos, que permaneceram em São Carlos após a chegada em larga escala de imigrantes? Sabemos que, mesmo representando um percentual menor dos habitantes do município, vários deles continuaram trabalhando na economia cafeeira; muitos, inclusive, exerciam, embora em um percentual bem menor, as mesmas ocupações que diversos dos imigrantes recém-chegados (PALMA, 2007). No entanto, o pós-abolição enquanto problemática histórica traz questões que vão além do mero levantamento da situação ocupacional dessa população. A abolição, mesmo não sendo uma ruptura radical, não representou somente o fim de uma relação de propriedade, mas também a perda das referências fundamentais na constituição da identificação de escravos e senhores de terra. A certeza de que o mundo social não podia ser interpretado a partir do binômio senhor/escravo comprometia vínculos pessoais e referências de autoridade, e não somente relações de trabalho. Não eram apenas os trabalhadores que os proprietários perdiam, mas a sua própria posição hierárquica estava em jogo. Havia todo um "lugar social" construído desde o período colonial em torno dessas duas categorias. É construindo e conhecendo tais "lugares" que as pessoas estabelecem relações, reconhecem formas de pertencimento e estruturam disputas próprias ao jogo social. Com o fim definitivo do escravismo, portanto, foram suspensas diversas regras que balizavam as disputas de poder entre senhores/brancos e negros/subalternos (ALBUQUERQUE, 2009:125-126).

Sendo assim, com a escravidão abolida, algumas questões ainda permaneciam em aberto: o que a liberdade concedida ao ex-escravos realmente significaria? Quais poderes/direitos eles

portariam em relação às outras pessoas livres? Nesse sentido, especificamente para este artigo, cabe-nos uma outra pergunta: tomando São Carlos como espaço de referência, como teriam se desenrolado esses conflitos em torno do novo "lugar social" da população negra durante o pós-emancipação? A análise de alguns inquéritos policiais do município traz algumas pistas sobre as tensões que, muitas vezes de maneira implícita, estavam presentes na relação entre negros e outros sujeitos sociais. Dentre essas tensões, pode-se dizer que aquelas vinculadas às relações familiares eram, ao que tudo indica, uma das mais cruciais.

No dia 29 de Março de 1901, por exemplo, disputas envolvendo questões familiares fizeram com que João de Sampaio Pinto Leite, pardo, 40 anos, alfabeto, natural de Campinas, assassinasse o seu amigo José Bueno do Prado, 50 anos, casado, lavrador, natural de Brotas. Mariano Martins, concunhado de José Bueno, foi quem o socorreu, conduzindo João de Sampaio à polícia. No seu depoimento, consta o seguinte relato.

> Que hontem depois do jantar, em casa do seu concunhado José Bueno do Prado, no bairro do Can-can deste município, elle conductor levantou-se da meza e dirigio-se para o serviço que pouco depois de lá chegar, ouvio gritos de socorro que reconheceu serem da mulher do seu concunhado e voltou incontinente para a casa de José Bueno, para ver o que ocorria, que ao chegar elle conductor vio José bueno cahido por terra, ferido e com as tripas de fora, dizendo-lhe o offendido que fora João de Sampaio Pinto, vulgo João Machinista, quem o offendera; que nesse momento elle conductor vio que João de Sampaio Pinto, ainda armado de navalha tentava fugir e então reunio-se com Julio de Lamano e Joaquim Antonio da Silva, sahindo ao encalço de João Machinista, o agressor, e conseguindo prendel-o, sendo para isso preciso deu-lhe umas cacetadas [...] (Fundação Pró-Memória de São Carlos (FPM), caixa 199, nº 118, 1901).

José Bueno veio a falecer em decorrência dos ferimentos sofridos durante o confronto com João de Sampaio. Antes disso, ele conseguiu prestar depoimento e discorrer um pouco acerca da relação que tinha com o seu agressor. Segundo José Bueno, o réu "morava de favor" em seu sítio, juntamente com os dois filhos, de nome Sebastião e Henrique. O último, inclusive, "João Pinto entregara aos cuidados delle depoente". João Sampaio estava morando provisoriamente na sua propriedade, pois estava esperando a época da colheita para se empregar como maquinista em alguma fazenda. José Bueno ressaltou ainda que, mais ou menos há quinze dias, precisou interromper uma briga do acusado com Sebastião, pois o primeiro tentava matar o seu filho. Decidiu desse modo, separar os dois de quarto, passando João Sampaio a dormir na sala. José Bueno afirmou ter, no dia em que foi atacado pelo último, intermediado um novo atrito entre o pai e o mesmo filho, porém desta vez expulsou João Sampaio de sua casa. A partir dessa sua determinação, o réu teria usado uma navalha para cortá-lo. A vítima finalizou seu depoimento mencionando não nutrir de nenhum tipo de inimizade com seu ofensor; ao contrário, sempre procurava protegê-lo.

O filho com quem João Sampaio discutia, Sebastião Pinto de Sampaio, 20 anos, operário, solteiro, natural de São Carlos, disse em seus esclarecimento perante o Juiz que seu pai falava alto no meio da discussão porque "elle depoente é meio surdo". José Bueno, assustado com os gritos proferidos por seu pai, veio perguntar o que estava acontecendo. João Sampaio, por seu turno, teria respondido "não é nada, é negócio de família". José Bueno então puxara seu pai pelas orelhas e o arrancara do quarto, momento em que este sacou uma navalha e cortou-o. Por fim, Sebastião revela nunca ter presenciado nenhuma espécie de discussão entre seu pai e José Bueno. João Sampaio foi, no entanto, condenado a dez anos e seis meses de prisão. Seu advogado ainda tentou recorrer da decisão, mas o Tribunal manteve a pena.

A frase proferida por João Sampaio no instante em que José Bueno procurava estar a par da situação – "é negócio de família" – demonstra um discernimento do maquinista acerca dos seus laços afetivos: as relações familiares não se confundiam com os outros vínculos, mesmo que estes lhe fornecessem alguma espécie de auxílio e chegassem até o estado de coabitação. Embora morasse "de favor" na casa de José Bueno, bem como tivesse entregado seu filho mais novo "aos cuidados" do próprio, ele não o considerava parte de sua família e, por isso, não aceitava as interferências em sua autoridade de pai. Cabe sublinhar aqui o fato da noção conjugal/individualista de família ser uma invenção da modernidade. Anteriormente ao que se convencionou chamar de "época moderna", período correspondente na Europa ao pós-século XVIII, as sociabilidades familiares mal se distinguiam dos laços de vizinhança, comunitários e "públicos". A sociabilidade conjugal e individualista remete à ideia burguesa de família, a qual se vincula, por sua vez, à produção dos sentimentos de intimidade/privacidade (ARIÉS, 1981). Essa noção de família enquanto conjunto de vínculos distinto dos outros laços afetivos acabou por se expandir para diversos lugares do mundo, ganhando variados contornos em diferentes conjunturas. Pelo menos no que diz respeito ao caso acima descrito, era operacionalizada uma hierarquização entre os papéis sociais inscritos nas relações pessoais: o papel de pai João Sampaio não poderia, na percepção do próprio, sofrer a interferência de um amigo/compadre. A gramática social inscrita nesses papéis, cabe lembrar, possui um caráter dinâmico, sendo os seus conteúdos constantemente renegociados segundo as interações que se estabelece. O que se procura demonstrar aqui, no entanto, é que, na visão de João Sampaio, havia uma nítida distinção entre os vínculos e reciprocidades encerrados na lógica familiar, por um lado, e aqueles referentes a outros tipos de relações interpessoais, por outro.

Não era raro, durante a virada do século XIX para o século XX, encontrar famílias de ex-escravos morando conjuntamente, no mesmo espaço doméstico, com outras famílias, seja em fazendas ou então em propriedades rurais menores. João de Sampaio, como mencionado acima, nasceu em Campinas, vindo para São Carlos, muito provavelmente como um escravo. Conseguiu constituir família nessa região, uma vez que seu filho de 20 anos é natural desse município, bem como laços sociais que se mostraram fundamentais para sua trajetória enquanto homem livre. É o caso da sua estadia na casa do proprietário de um sítio, para o qual, inclusive, entregou os cuidados de seu filho mais novo. Olhando para o caso, pode-se sugerir que, nos cálculos dele, aparecia como algo interessante para o filho ficar mais próximo de um pequeno proprietário rural do que dele próprio, um maquinista que perambulava de fazenda em fazenda atrás de emprego. A ligação pessoal de João Sampaio com José Bueno foi, portanto, fundamental para o primeiro. Ele, um trabalhador temporário da economia cafeeira, conseguiu, por meio de sua amizade com o proprietário de um sítio, além de um abrigo para a família em um momento em que se encontrava desempregado, estender esses laços para o benefício do filho mais novo. Em São Carlos, João de Sampaio constituiu família e presenciou os últimos anos do escravismo. Consequentemente, ele pôde perceber as fragilidades dos ex-escravos frente às relações de força que compunham o período pós-emancipação. Os vínculos que conseguiu cultivar com um pequeno proprietário foram, dessa maneira, fundamentais para as suas relações familiares: através deles é que ele poderia propiciar a seus filhos uma condição melhor do que a sua.

O que João Sampaio talvez não tivesse previsto, todavia, é que os benefícios obtidos por meio desses vínculos poderiam, às vezes, cobrar um preço muito alto. No seu depoimento, José Bueno relatou, indiretamente, a hierarquia que predominava na sua relação com João Sampaio. Ao dizer "que sempre procurava proteger o réu" e que o mesmo morava de "favor" na sua casa, ele deixa implícito uma suposta gratidão que João Sampaio deveria nutrir para com a sua

pessoa. A reciprocidade inscrita no binômio favor/gratidão demonstra, desse modo, o complexo jogo de poder que mediava esse tipo de relacionamento, onde qualquer leitura equivocada das regras de convivência estabelecidas poderia terminar em conflito. Analisando o desenvolvimento do conceito de capital social – este entendido como a capacidade dos indivíduos em garantir benefícios advindos da sua localização em redes sociais –, Portes (1998, p.15) destaca o fato de essa noção sugerir não somente as consequências positivas da sociabilidade, mas também o caráter normativo e excludente presente nos recursos relacionais. Isso porque os vínculos sociais, ao criarem certos laços de sociabilidade entre um grupo de pessoas, permitem a circulação de formas de controle social e, além disso, pressupõe a exclusão de outros indivíduos. No caso das análises acerca das alianças de compadrio estabelecidas por escravos e libertos, são poucos os estudos que procuram enfatizar os potenciais custos implícitos nas relações de poder sob as quais se firmavam os vínculos com homens livres, senhores e demais pessoas com posses.

A ligação estreita entre João Sampaio e José Bueno pode representar, diante de um determinado ponto de vista, uma linha tênue demais atravessando as relações familiares e as relações de amizade e compadrio. Contudo, o primeiro possuía um discernimento bem claro das suas relações de parentesco e da sua identificação enquanto pai. Seus vínculos pessoais com uma pessoa de certa posse não significavam a continuidade de determinadas relações familiares. Sua relação com José Bueno possibilitou um auxílio a toda a sua família, mas, por um outro lado, também significou o enfraquecimento de uma moralidade que o descrevia enquanto pai, haja vista o fato de o proprietário do sítio se sentir no direito de mediar a relação de João Sampaio com os seus filhos. Este último, muito provavelmente, interpretou a interferência de José Bueno na discussão que tinha com seu filho como uma intromissão, a qual poderia minar a sua autoridade de pai.

As contendas nas relações de compadrio: o caso envolvendo Lusia, Ozoria e a família Camargo Arruda

O fato de alguns ex-escravos entregarem os cuidados de seus filhos a pessoas próximas não significava o abandono da gramática moral relacionada a certos papéis familiares. É o que deixa implícito o exame de outro inquérito, cujos réus são Gabriel Dionisio da Silva, preto, 30 anos, carroceiro, solteiro, natural da Bahia, e "Cancio", espanhol, administrador. Na noite do dia 25 de Março de 1893, o primeiro recebeu o convite de Lusia Ignacia do Espírito Santo, preta, 32 anos, solteira, natural da Bahia, para ir até uma fazenda vizinha, juntamente com mais dois homens, buscarem a filha da referida mulher. Chegando ao local, próximo à sede da fazenda, Lusia disse para esperarem ali enquanto ela encontrava sua filha. Passado alguns instantes, todavia, Lusia voltou correndo aos gritos e pedindo para fugirem. O grupo então se dispersou no meio do cafezal. Gabriel, o qual encontrou refúgio embaixo de uma árvore, foi avistado por Cancio, o administrador da fazenda onde estavam. Indagado sobre o que fazia naquele local, ele teria dito que "estava passeando". Cancio o advertiu afirmando não ser o horário e nem o lugar para passear, ordenando-lhe ir embora antes que "levasse fogo". Diante de tal situação, Gabriel retrucou dizendo "fogo por fogo aqui também tem". Logo em seguida, armou uma espingarda que carregava consigo e disparou. Sua arma, porém, falhou, dando a oportunidade para Cancio desfechar-lhe dois tiros. Gabriel foi depois socorrido pelos seus companheiros e levado para o hospital da cidade, onde recebeu a notícia de que tinha ficado cego de um de seus olhos. No julgamento, tanto Cancio como Gabriel foram absolvidos.

Devemos nos concentrar aqui no motivo que levou Gabriel a se dirigir a tal fazenda no meio da noite, ou seja, a investida de Lusia em trazer a sua filha. Segundo o depoimento do proprietário da fazenda, Rocha Camargo Arruda, 50 anos, lavrador, casado, natural de Campinas, Lusia tinha "dado" a filha à mulher dele, há cerca de um ano, com o anseio da menina aprender serviços domésticos. Por volta de oito dias atrás, entretanto, a mãe da jovem tentou levá-la de volta, sem avisar o fazendeiro. A filha de Lusia, por seu turno, não aceitou ir sem o consentimento da "madrinha". Rocha revela ter conversado com Lusia na ocasião. Ela teria lhe manifestado o desejo de trazer a filha de volta, pois já havia arranjado casamento para a menina. Ele, por sua vez, adiantou que, se fosse esse o caso, bastaria Lusia trazer todos os papéis referentes ao matrimônio. Sendo assim, Rocha até ajudaria no casamento. O fazendeiro diz ter comunicado um Juiz sobre a situação, sendo autorizado por ele a permanecer com a jovem em casa. Lusia, quando interrogada, admitiu a versão de Rocha. O motivo de sua pretensão em tirar a filha das guardas da família do fazendeiro seria o boato de alguns de seus amigos, os quais disseram "que a menina podia lá se perder". Ela afirma ter ido também à procura da Justiça e manifestado seu desejo de tirar a filha daquela fazenda. O Juiz teria revelado a ela a necessidade de se arranjar o noivo e dar entrada nos papéis para, posteriormente, ele poder mandar buscar a jovem. Algumas pessoas, porém, contaram à Lusia que sua filha, mesmo tendo 15 anos, não tinha o direito de se casar. De "cabeça quente", ela resolveu então "furtar" a própria filha. Chegando à fazenda onde se encontrava a filha, Lusia foi surpreendida pelo administrador e saiu correndo assustada, o que culminou no conflito citado. A pivô de todo ocorrido, Ozoria Maria da Conceição, 15 anos, "serviços domésticos", natural da Bahia, relatou estar satisfeita na casa de Rocha, não pretendendo deixar sua "madrinha" para voltar a morar com sua mãe, visto "que o que sabe deve tudo a senhora deste [a mulher de Rocha]".

Um dos aspectos relacionados à prática de deixar os cuidados de filhos a compadres era o de que, como sugerido na análise do inquérito anterior, diversos negros tinham como ideia fazer seus filhos aprenderem um trabalho capaz de propiciar-lhes melhores oportunidades. No caso específico deste último inquérito, percebe-se o interesse de Lusia em, se não que a filha aprendesse um tipo de trabalho diferente do seu, pois a menina realizava apenas serviços domésticos na casa do fazendeiro, pelo menos que ela pudesse se aproveitar das afinidades com uma família de fazendeiros. Tal vínculo de intimidade, todavia, deixou Ozoria suscetível a certas relações de dependência para com a família em questão. Luisa, tão logo soube que a filha poderia "se perder" na casa do fazendeiro, tratou de operacionalizar o que ela entendia ser o seu papel de mãe.

As disputas travadas por Luisa e Rocha Camargo em torno da guarda de Ozoria podem revelar indícios acerca dos conflitos entre negros e fazendeiros durante o pós-abolição. Ao que tudo indica, pela data em que ocorre o inquérito e pela sua província de procedência, Lusia foi realmente uma ex-escrava[4]. Mais precisamente, uma escrava que veio parar em São Carlos a partir do comércio interprovincial de cativos que, conforme mencionado anteriormente, estabeleceu-se após 1850. O que é mais emblemático, entretanto, é o fato de ela ter conseguido trazer consigo uma filha. As pesquisas sobre o comércio interprovincial de escravos são unânimes em afirmar que a grande maioria dos escravos transacionados para o Sudeste possuía como perfil o fato de serem homens e jovens, ou seja, eram comercializados para a economia cafeeira principalmente aqueles escravos que estavam em idade para o trabalho. De acordo com boa parcela dos estudos

[4] Contudo, convém lembrar, o processo de racialização que atravessa o fim das relações escravistas colocou, aos olhos de muitos, toda a população negra em pé de igualdade, uma vez que os negros livres não mais gozavam desse adjetivo como forma de distinção social. Não apenas aqueles que haviam concretamente experimentado a condição escravo estavam, nesse sentido, empenhados em se livrar dos estereótipos do escravismo.

sobre esse tema (GRAHAM, 2004; SLENES, 2004), muitas mulheres acabavam ficam para trás no tráfico interno, o que ocasionava as tão ressaltas separações familiares. O que parece justificar a não separação de Ozoria e Lusia é o fato da primeira nunca ter sido uma escrava, uma vez que nasceu após 1871, data em que se promulga a Lei do Ventre Livre. Essa lei proibia a separação de ingênuos cuja mãe escrava tivesse sido envolvida em alguma venda. Nesse caso específico, o cumprimento a tal obrigação parece explicar o fato de Lusia ter, muito provavelmente, migrado para o Sudeste junto com Ozoria.

Lusia se instalou com a filha em uma fazenda de São Carlos e conseguiu, além disso, firmar relações de compadrio com uma família de fazendeiros. Entretanto, ela possivelmente resolveu, já como liberta, sair da propriedade onde foi escrava, deixando a filha sob os cuidados dos padrinhos. A permanência de Ozoria na casa desses últimos, como vimos, não se estabeleceu como Lusia esperava. Ao tentar salvar a filha de boatos, ela viu a sua autoridade de mãe ser contestada, tanto pela recusa do fazendeiro em entregá-la quanto pela rejeição da própria em seguir com a mãe. Para quem tem conhecimento das separações causadas pelo tráfico interprovincial, o que é muito plausível no caso de Lusia, tal fato não é de pouca relevância. Como relatado anteriormente, ter os laços familiares rompidos segundo a vontade de senhores foi, para muitos dos escravos que migraram forçadamente para o Sudeste, uma das piores experiências do escravismo.

> [...] sem dúvida, um dos aspectos mais traumáticos da escravidão era a constante compra e venda de seres humanos [...] Os negros tinham suas próprias convicções sobre o que era o cativeiro justo, ou pelo menos tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda. O tráfico interno deslocou para o sudeste, a partir de meados do século XX, milhares de escravos que se viram subitamente arrancados de seus locais de origem, da companhia de seus familiares, e do desempenho das tarefas as quais estavam acostumados (CHALHOUB, 1999, p.27).

Segundo Castro e Rios (2005, p.184), o direito de não se separar da família consistiu em um dos principais pontos de luta de muitos cativos; era um dos aspectos mais comuns dentro dos ideais de liberdade forjados por distintas experiências escravas. A historiografia sobre as últimas décadas da escravidão está repleta de casos em que a busca pela manutenção das relações familiares, por parte de cativos que foram transferidos para as fazendas cafeeiras do Sudeste por meio de operações de venda, terminou em situações de violência ou até mesmo em verdadeiras tragédias. Lusia conseguiu permanecer junto com a filha durante a vinda para o Sudeste, porém, cinco anos apenas após a abolição, ela via-se, contra a sua vontade, separada da mesma; agora não mais diretamente devido à institucionalização do escravismo, mas por causa das próprias relações interpessoais que ela mesma acreditava que seriam benéficas para a filha.

A estratégia traçada por Lusia, em deixar a filha sob os cuidados de um fazendeiro, acabou minando a sua posição hierárquica dentro da própria lógica familiar que definia esta mesma estratégia. A identificação enquanto mãe, embora continuasse a fazer parte de um dado repertório discursivo, ficava distorcida quando, como no caso descrito, é a relação entre os padrinhos e afilhados que passa a fornecer o parâmetro na constituição do binômio filha (o) / subalterna (o) e pais/superiores. Ozoria deixa claro, em seu depoimento, que a saída da casa depende, no que diz respeito a ela, da vontade dos padrinhos e não do desejo de sua mãe. Dito em outras palavras, a referência de autoridade, no campo privado, passara a se concentrar nas relações de compadrio. A saga de Lusia na tentativa de trazer a filha de volta explicita a busca

dessa negra pela retomada desse referencial hierárquico. A sua entrada, em uma fazenda onde ela nem sequer trabalhava, sem qualquer tipo de permissão, é um indício de que a ex-escrava queria, a qualquer custo, retirar a filha do controle do fazendeiro. Ainda que de forma implícita, esse conflito evidencia que as tensões pós-abolição continuavam dialogando com a experiência do escravismo, embora agora com novos significados. O fazendeiro Rocha Camargo se achava no direito de poder exercer uma autoridade sobre a filha de uma antiga escrava, mesmo contra a vontade da própria mãe. Por outro lado, as investidas de Lusia demonstram que a liberta não considerava mais legítima as relações da filha com os padrinhos e via como seu dever a desconstrução desses laços que ela mesma outrora estabelecera. Esse seu comportamento tinha impacto direto nas lutas em torno da negociação do seu novo estatuto social: o controle dos fazendeiros sobre a sua filha remetia a ela, muito provavelmente, lembranças do tempo de cativeiro. Não sabemos se Lusia, no decorrer de sua vida como escrava, sofreu diretamente alguma espécie de separação familiar forçada. Todavia, os afastamentos ocasionados pelo comércio interprovincial tornaram-se, sem dúvida, muito marcantes para todos os escravos que vivenciaram as últimas décadas da escravidão nas lavouras do Sudeste, mesmo para aqueles que não foram diretamente afetados por eles. As imagens e informações acerca desses episódios circulavam assiduamente, sem contar o fato de a ameaça de separação por venda ter sido uma constante para todos os cativos que mantinham vínculos afetivos. Conforme dito anteriormente, o poder de regular autonomamente as próprias relações familiares era, após a conquista da liberdade, um dos parâmetros na demarcação da distinção entre o "tempo do cativeiro" e o "tempo da liberdade" (CASTRO e RIOS, 2005, p.50).

> O fundamental [...] é enfatizar que, para os negros, a liberdade significava, entre outras coisas, o fim de uma vida constantemente sujeita às vicissitudes das transações de compra e venda. As feridas dos açoites provavelmente cicatrizavam com o tempo; as separações afetivas, ou a constante ameaça de separação, eram as chagas eternamente abertas do cativeiro (CHALHOUB, 1999, p. 243-244).

Lusia se sentia no dever, agora como livre, de não deixar que os laços sociais com um ex-senhor se sobrepusessem ao seu papel de mãe. Sendo assim, pode-se afirmar que as relações familiares eram também de relevância dentro das disputas cotidianas relacionadas aos significados políticos construídos em torno da condição de liberto/livre. A constituição de um ideal de liberdade passava, além da questão mais diretamente relacionada ao trabalho e à mobilidade, pelo estabelecimento de determinadas lógicas familiares, muitas delas dificultadas, ou então até mesmo impedidas, durante a escravidão.

Na leitura desses dois inquéritos, tornou-se visível que aqueles que prestavam alguma espécie de "favor" para uma família de negros tentavam, de acordo com a circunstância, manter uma relação de interferência direta nos conflitos surgidos entre pais e filhos (as). O pai e a mãe relatados nesses inquéritos, por sua vez, não aceitaram passivamente as interferências nos seus respectivos papéis familiares, sobretudo devido ao fato desse tipo de controle ter sido comum na relação entre senhor e escravo construída ao longo dos anos de escravidão. Agora como livres, seria inconcebível que outros controlassem os seus próprios filhos (as).

Miguel Raphael e o seu desentendimento com a família do ex-patrão

Conforme detectado na análise dos inquéritos policiais anteriores, as relações interpessoais tecidas pelos libertos poderiam, dependendo das circunstâncias, gerar conflitos que colocavam em xeque a gramática familiar que tentavam sustentar. E isso não somente no que se refere à

interação pai/mãe-filhos (as), mas também na própria relação marido-esposa. É o que deixa transparecer outros dois inquéritos policiais. O primeiro deles trata de uma intriga, ocorrida entre os anos de 1894 e 1895, envolvendo um negro e uma família de portugueses. Miguel Raphael, preto, 25 anos, roceiro, solteiro, natural de Campinas, analfabeto, foi interrogado em Janeiro de 1895 e prestou o depoimento que prossegue.

> Respondeu que no anno passado ajustou-se como camarada do empreiteiro de café José Martins e como este precisasse de uma cosinheira pedio a elle respondente a sua companheira para exercer esse [ilegível], ao que accedeu promptamente, mais tarde, porém, José Martins despachou-o do serviço sem motivo algum, e recusou que a companheira acompanhasse o respondente, do que resultou em discussão entre ambos. Como obstinadamente persistisse na recusa elle respondente retirou-se da casa do dito patrão e não voltou mais lá, empregando-se mais tarde na fazenda de Juca Cintra, em um dia quando elle respondente trabalhava com um carro, encontrou-se com o dito José Martins que sem lhe dizer causa alguma desfechou-lhe dois tiros de garrucha que não acertaram nelle depoente, mas um dos tiros acertou num dos bois do carro, então o respondente fugio em disparada; continuando o respondente a trabalhar na mesma fasenda, passado um ano mais ou menos, isto é, no dia 19 corrente tendo elle respondente ido n'um visinho e na volta repentinamente recebera um tiro pelas costas disparado por um dos filhos de José Martins, sendo elle de nome Manoel Martins e outro de nome Antonio Martins [...] (FPM, caixa 211, nº 206, 1895).

Miguel encerrou o seu depoimento destacando que José Martins é "dado a valentão e briguento", instigando seus filhos a serem da mesma forma. Manoel Martins Marcellino, português, 16 anos, trabalhador de roça, analfabeto, contou ter realmente disparado um tiro em Miguel, porém, logo após este último ter ido à sua casa e insultado a família dele. Antonio Martins Marcelino, português, 18 anos, trabalhador de roça, solteiro, alfabeto, falou não ser esta a primeira vez que Miguel foi à sua casa. O motivo das desavenças entre ele e seu pai, segundo as suas declarações, seria uma "preta" a qual estava com este ultimo e era antiga amásia de Miguel. O pai dos irmãos, o referido José Martins Marcelino, português, 41 anos, trabalhador de roça, casado, alfabeto, não estava na sua casa quando seu filho atirou em Miguel. No seu depoimento, consta a informação de que o tiro disparado por ele contra o ofendido, há um ano, aconteceu devido a insultos proferidos à sua família quando ele não estava presente. Trabalhadores da fazenda prestaram depoimento como testemunhas e afirmaram ter conhecimento, "por ouvir dizer", que as divergências de Miguel com esta família de portugueses se devem mesmo a uma "preta" de nome Luisa, a qual era amásia do primeiro e agora se encontrava com José Martins. Luisa Margarida, preta, 20 anos, cozinheira, solteira, referiu-se a José Martins, em seu depoimento, como patrão; enfatizou ainda também ter sido ofendida por Miguel quando – de acordo com ela, pela primeira vez - este se dirigiu à casa onde trabalha. Manoel Martins foi inocentado pelo juíz, pois este considerou não haver provocação da parte dele, ou seja, Manoel "cometteu o crime em defesa de terceiros".

As versões são contraditórias; geralmente pautadas pelo interesse dos depoentes em encaminhar o processo para a direção que os convém. As prerrogativas morais contidas em suas entrelinhas, no entanto, revelam o sentimento de vergonha que assolava Miguel por ter perdido sua amásia. Em seu depoimento, ele cita apenas que José Martins, sem lhe dar maiores satisfações, não deixou sua companheira prosseguir com ele. A sua ida à casa dos portugueses, fato confirmado pelas testemunhas do inquérito, indica que ele ainda guardava ressentimento quanto à situação. Ao dirigir-se à família como um todo, Miguel muito provavelmente interrogou-os sobre algo que o incomodava: o consentimento dado por eles para que José Martins abrigasse em casa uma mulher com quem tinha um relacionamento.

Do ponto de vista histórico, a escravidão moderna vem sendo (corretamente) conceitualizada como uma forma de organização do trabalho, a qual foi instituída durante a experiência colonial vivenciada, de forma diversa e assimétrica, por populações da Europa, da América e da África. No entanto, enquanto instituição social, ela estabeleceu uma série de relações, as quais iam muito além da questão do trabalho. Algumas pesquisas (GORDON-REED, 2008; WEISENBURGER, 1998) acerca dos contatos sexuais firmados entre senhores e escravas do sul dos Estados Unidos demonstram, por exemplo, que a construção destas duas últimas categorias não passava somente pela imposição de determinados tarefas e serviços, mas também pela sexualidade. Dito em outras palavras, o senhor, enquanto tal, não estava interessado somente no trabalho de seus escravos (as), mas também na possibilidade de dispor dos corpos destes últimos de acordo com a sua própria vontade. O processo de subalternização dos escravos(as) também estava ancorado, neste sentido, no caráter violento/impositivo com que seus corpos eram apropriados para fins sexuais, sobretudo, mas não somente, no que se refere às escravas. Resumindo, ser escrava era estar sujeita aos assédios e investidas de homens brancos.

No Brasil, durante os últimos anos de escravidão, período em que o abolicionismo se expandiu enquanto força política, escravos já tentavam proteger pessoas da família das investidas sexuais de senhores. Eles não recorriam diretamente ao Estado, no entanto, para solucionar esses conflitos. Como no caso citado abaixo, retirado de um texto de Robert Slenes, quando não conseguiam manter seus laços familiares através de empenhos individuais, os escravos apelavam à intermediação de simpatizantes do abolicionismo ou mesmo fugiam da fazenda onde trabalhavam.

> Em junho de 1872, o rábula negro Luís Gama dirigiu um requerimento ao presidente da província de São Paulo em nome do escravo Serafim, casado, com dois filhos, morador em Jacareí. Na representação, Serafim reclamava que 'mais de uma vez [...] impediu os atentados libidinosos do seu senhor' contra sua esposa. Romana, correndo com isso perigo de vida. Finalmente fugira com Romana, seguindo a sugestão da mulher do proprietário. Esse 'ato de prudência', todavia, 'nada garante ao suplicante a sua segurança de vida, nem à sua esposa o pudor', porque o senhor 'procurou-o tenazmente, dizendo que o há de matar porque precisa da crioula Romana para sua manceba! (SLENES, 1997, p. 253).

Miguel, assim como Lusia em relação à filha, muito provavelmente sentiu-se tratado como um escravo ao ver sua mulher ser retirada de si pelo patrão. Seus contatos com este último, os quais, em um primeiro momento, possibilitaram a oportunidade de um emprego para sua amásia, acabaram por colocar um fim de maneira forçada a seu relacionamento conjugal. Em sociedades escravistas do sul dos Estados Unidos, o pós-emancipação foi marcado por uma série de estupros de homens brancos contra mulheres negras. De acordo com Hannah Rosen (2009), tais atos possuíam um caráter político muito bem definido. Primeiramente, havia todo um imaginário que orientava os estupros: homens brancos viam as mulheres negras como facilmente disponíveis. Além disso, os estupros tinham a intenção de inferiorizar também os homens negros, apresentando-os como incapazes de proteger suas famílias. Ao forçarem o sexo com mulheres negras, muitos homens brancos tentavam imputar (a falta de) certos papéis de masculinidade/feminilidade para a população negra, papéis estes que estavam em desacordo com o ideal de cidadania que, ao desafiar a legitimidade do escravismo, caminhava naquele momento para ser o norteador da nova ordem política que se estabelecia[5]. No que toca ao caso

[5] Segundo a autora, o discurso liberal-abolicionista tinha como peça-chave o seguinte pressuposto: o autocontrole e a submissão voluntária às obrigações tanto do trabalho como do casamento eram componentes essências da ideia moderna de liberdade. Ao qualificar negros e negras como pessoas incapazes de sustentar um matrimônio respeito, bem como de se auto sustentarem como trabalhadores assalariados, a elite branca tentava demonstrar que eles eram incapazes de exercer a liberdade que lhes era agora concedida.

brasileiro, ainda não temos estudos que façam uma conexão sistemática entre casos de estupro e os conflitos político-raciais trazidos pelo pós-abolição. No caso agora abordado, por sua vez, os depoimentos deixam a entender que Luisa Margarida deixou o seu amásio e foi se estabelecer com outra família por espontânea vontade[6]. Porém, o próprio assédio do patrão a Luisa, assim como a forma como Miguel foi dispensado, demonstram que muitos dos imigrantes que chegaram à região logo aprenderam a interpretar os conteúdos simbólicos que subalternizavam os afro-brasileiros. Ao dispensar Miguel sem nenhuma justificativa e trazer para morar consigo a amásia do mesmo, José Martins deixa claro que não precisava dar nenhuma satisfação sobre suas investidas junto à mulher do seu ex-empregado.

Intimidação, violência física e "força moral": a agressão de Jeremias a Sebastião

A preocupação com a possível perda de sua parceira conjugal também levou outro trabalhador negro a um conflito que terminou na delegacia. No dia 1 de Novembro de 1907, Sebastião Leite, preto, 30 anos, trabalhador de roça, solteiro, foi agredido pelo administrador da fazenda onde morava. O motivo foi a insistência deste último em intervir numa discussão tida pelo primeiro com a sua amásia, Ana Maria de Jesus, parda, 30 anos, doméstica, solteira. Sebastião teria ido a uma venda para beber, juntamente com Ana e mais um amigo do casal; chegando à sua casa, teve uma discussão com aquela e acabou sendo interpelado por Jeremias Oliveira Barbosa, 40 anos, administrador, casado.

> No dia primeiro do corrente, ás nove horas da noite, mais ou menos, Sebastião Leite, colono na fasenda da 'Horta', sita neste município, teve dentro da própria casa, forte alteração com a sua amasia Anna Maria de Jesus, por ter querido esta abandonal-o e ir viver em companhia de um tal Alexandre, presente na occasião. [ilegível] no meio dessa contenda, quando alli appareceu o administrador da fasenda – o denunciado Jeremias Barbosa – que, dirigindo-se a Sebastião Leite, armado de um podão, deu-lhes varias pancadas, occasionando-lhe os ferimentos descritos no auto de corpo de delito [...] (Fundação Pró-Memória de São Carlos, caixa 199, nº 118, 1907).

Jeremias afirmou ter ido três vezes à casa de Sebastião para pedir que parasse com os "distúrbios" que estava promovendo. Disse que na terceira vez, a qual ocorreu quando ele já havia inclusive "tocado silêncio na fazenda", Sebastião avançou para cima dele. Ao tentar se defender e, nas suas próprias palavras, manter a sua "força moral como administrador", acabou por agredir o seu subordinado com um podão que trazia nas mãos. Essas declarações de Jeremias apontam para o fato de que, dentro das fazendas de café, o poder incumbido de disciplinar os trabalhadores se concentrava nas autoridades da fazenda, principalmente nos administradores. Os administradores davam o toque de recolher e, assim, proibiam as manifestações de lazer, bem como qualquer espécie de distúrbio, após esse período. Eram eles quem delimitavam as visitas que os trabalhadores poderiam receber e quando eles as receberiam; as autoridades da fazenda também encarregavam-se de intermediar qualquer tipo de conflito entre os empregados da fazenda, mesmo que eles não envolvessem questões diretamente relacionadas ao trabalho.

Para poder impor as normas sociais que orientavam a sociabilidade dentro dos limites das propriedades, os poderes conferidos ao administrador deveriam, de um modo geral, desfrutar

[6] Não temos como saber até que ponto ela poderia estar sofrendo algum tipo de intimidação, seja ela física ou então uma ameaça no que se refere a uma possível perda do emprego, para ter prestado um depoimento relativamente neutro. Devido a isso, é muito difícil inferir algo sobre o papel de Luisa nos ocorridos.

de certa validade frente aos trabalhadores. A maioria utilizava-se das intimidações, seja por meio verbal ou até mesmo da violência física, para manter o seu estatuto. O discurso de Jeremias deixa claro exatamente essa faceta da posição de administrador: a não obediência de Sebastião aos seus mandos, e ainda por cima a suposta tentativa de agredi-lo, poderia minar a sua autoridade com os outros empregados. Jeremias deveria, a qualquer custo, afirmar o seu "lugar" dentro das interações mantidas com seus subordinados. O "lugar" é uma dessas expressões que, mesmo quando utilizadas de maneira implícita, traduzem normas de sociabilidade assimétricas, as quais, sendo referendadas ou contestadas, atualizam-se cotidianamente (ALBUQUERQUE, 2009, p.33). Segundo o depoimento de Ana Maria, Jeremias, antes de agredir fisicamente o seu amásio, proferiu a seguinte frase: "[...] seu cachorro você não me obedece mesmo". O argumento propalado pelo advogado do réu, segundo o qual o seu cliente teria agido "em legítima defesa", convenceu os juízes, uma vez que Jeremias Barbosa acabou sendo absolvido.

O empenho de administradores em manter determinada ordem nas fazendas esbarrava, muitas vezes, nos próprios códigos morais dos trabalhadores. Sebastião Leite, por exemplo, não acatou as ordens de Jeremias muito provavelmente porque se considerava no direito de resolver os seus problemas conjugais sem ser interrompido por terceiros. O assédio de outro homem à sua amásia parecia uma questão séria demais, sendo que os mandos do administrador e o "toque de silêncio" acabaram ficando em segundo plano. Analisando diversos inquéritos policiais compilados em São Carlos, inclusive este inquérito que agora abordamos, Karl Monsma (2005) percebeu que a reivindicação de respeito pela privacidade era comum entre os negros quando se observa os conflitos destes com fazendeiros da região. Na visão desse autor, essa seria uma forma dos afro-brasileiros exigirem igualdade de tratamento e, por conseguinte, distanciamento da condição de escravo. Também segundo ele, os fazendeiros, extremamente sensíveis a qualquer tentativa de deslocamento dos referenciais hierárquicos, interpretavam esses comportamentos como desacato e logo partiam para a agressão física contra seus subordinados. Tal situação demonstra, portanto, como que, ao tentar manter determinados vínculos sociais, alguns trabalhadores negros esbarravam nas relações de poder instituídas dentro do contexto da economia cafeeira do oeste paulista.

Assim como Slenes (2004, p.361) avaliou o mercado interprovincial de escravos, o mercado de trabalho livre que se forma após a abolição também pode ser conceituado como uma "arena política". Sobretudo em relação aos libertos, mas também para os negros de um modo geral, era um momento crucial para a redefinição de determinadas hierarquias sociais. Em um contexto marcado pela chegada massiva de trabalhadores europeus, as interações cotidianas foram essenciais para a afirmação do novo estatuto político de cidadão livre. As relações interpessoais eram quase sempre verticalizadas e, na tentativa de subalternizar os afro-brasileiros, outros sujeitos não se limitavam em inferiorizá-los com atitudes que lembravam a relação senhor-escravo. Por fim, convém explicitar que essa disposição, apresentada pelos trabalhadores negros, para uma regulação autônoma das relações familiares trazia profundas consequências para as hierarquias constituídas em torno dos binômios marido/mulher e pai/filhos (as). Em seu depoimento, por exemplo, Ana Maria relata ter levado dois tapas de Sebastião, mesmo após ter negado o convite de Alexandre "para ir para a sua companhia". É de se sugerir que pais/maridos afro-brasileiros, na tentativa de mostrar autoridade, acabavam buscando aumentar o seu poder de controle sobre mulheres e filhos (as). Devido a esse enrijecimento dos pressupostos hierárquicos presentes na gramática familiar, pode-se inferir que não foram raras as vezes em que as laços familiares tecidos por negros(as) não desembocaram em conflitos que chegaram até mesmo à agressão física.

De um modo geral, pode-se afirmar que havia códigos morais que, ao definirem determinadas normas de sociabilidade, balizavam as relações interpessoais forjadas por ex-escravidão. A afirmação desses códigos, por seu turno, passava também pela busca de um distanciamento cada vez maior das associações com um estatuto social semelhante ao de cativo. A liberdade em poder mediar as suas relações familiares era um aspecto do maior interesse para os negros que ainda conviviam com as lembranças do que era ser escravo. Entregar os "cuidados" de um (a) filho (a), por exemplo, seria uma decisão que deveria partir dos próprios pais e, como observado, uma decisão que poderia ser mudada a qualquer momento, dependendo do decorrer das interações entre filhos e padrinhos. Os conflitos conjugais, pro seu turno, também deveriam ser resolvidos sem interferências externas. Essas, porém, eram somente expectativas. As interações cotidianas tecidas com fazendeiros, patrões e administradores – ou então com qualquer que se julgasse superior – poderiam frustrar essas expectativas. Os vínculos familiares tecidos por alguns negros durante o pós-abolição estavam constantemente sobtensão, uma vez que faziam parte de um processo dinâmico e multifacetado de renegociação de identificações e hierarquias. As relações familiares construídas pelos ex-escravos estavam, portanto, sendo renegociadas cotidianamente. Seja qual for o papel familiar (mãe, filha, pai, filho (a), marido, esposa), os afro-brasileiros (as) tinham que lidar com a racialização dos seus corpos e comportamentos ao forjar suas sociabilidades familiares. A redefinição do seu "lugar social" exigia um enfrentamento constante.

Referências

ALBUQUERQUE, W. O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDREWS, G. R. Negros e Brancos em São Paulo. Bauru: Edusc, 1998.

_____. América Afro-latina, 1800-2000. São Carlos: Edufscar, 2007.

ARIÈS, P. História Social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

AZEVEDO, C. M. M. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BACELLAR, C. de A. P. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, Julho de 2011.

CAULFIELD, S. Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CASTRO, H. M; RIOS, A. M. Memórias do Cativeiro: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. "Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão". In: Luiz Felipe de Alencastro. (Org.). História da Vida Privada no Brasil Império: A Corte e a Modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 337-384.

_____. Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, S. Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão da corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho, e cidadania. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COUCEIRO, L.A. A disparada do burro e a cartilha do feitor: lógicas morais na construção de redes de sociabilidade entre escravos e livres nas fazendas do Sudeste, 1860-1888. Revista de Antropologia, USP, São Paulo, vol. 46, nº 1, 2003, p. 41-83.

ESTEVES, M. de A. Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978.

FRAGA FILHO, W. Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Editora da Unicamp: Campinas, 2006.

GORDON-REED, A. The Hemingses of Monticello: an American family. 2008.

GRAHAM, R. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. Revista Afro-Ásia, Salvador, vol. 27, p. 121-160, 2002.

_____. "Another Middle Passage? The Internal Slave Trade in Brazil". In: JOHNSON, Walter. The Chattel Principle. Internal Slave Trades in the Americas. Yale University Press, 2004, p. 291-324.

MONSMA, K. Desrespeito e violência: fazendeiros de café e trabalhadores negros no Oeste paulista, 1887-1914. Revista anos 90, Porto Alegre, v. 12, nº 21/22, p. 103-149, jan./dez. 2005b.

PALMA, R. da. O perfil étnico-racial do mercado de trabalho nos latifúndios cafeeiros de São Carlos. Monografia, Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2007.

ROSEN, H. Terror in the heart of freedom: citizenship, sexual violence, and the meaning of race in the postemancipation south. 2009.

SLENES, R. W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 233-290.

_____. Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. "The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market". In: JOHNSON, Walter. The Chattel Principle. Internal Slave Trades in the Americas. Yale University Press, 2004, p.325-370.

TRUZZI, O. São Carlos: Café e indústria, 1850-1950. São Carlos: Edufscar, 2000.

_____ e BASSANEZI, M. S. População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907. Revista Brasileira de Estudos de População, Dez 2009, vol.26, no.2, p.197-218.

WEISENBURGER, S. Modern Medea. A Family Story and Child-Murder from the Old South. New York: Hill and Wang, 1998.

Fontes primárias

Inquéritos Policiais**.** Fundação Pró-Memória, São Carlos.

OLHARES SOBRE O PODER LOCAL ENTRE TRADIÇÃO E MUDANÇA NA REGIÃO CENTRAL[1]

Regina Laisner

Tivéssemos maior dose de espírito público e as coisas se passariam de outra forma.[2]

O interesse do enfoque regional voltado ao interior paulista decorre da perspectiva de que a tendência dominante dos estudos se dedica mais centralmente às grandes metrópoles. Nelas o urbano salta aos olhos, a tal ponto que o desenvolvimento econômico e social e seus respectivos problemas ocupam a atenção das políticas públicas e empolgam mais fortemente os meios acadêmicos que de várias especialidades sentem-se atraídos pelo tema.

Mas o metropolitano não é todo o urbano. As cidades não consideradas metrópoles, como instrumento do processo de transformação urbana, em curso desde a década de 1950, na sua maior parte, equiparam-se em infraestrutura de serviços públicos, industrializaram-se nas várias fases deste processo, desempenharam as funções urbanas típicas como o comércio, transportes, comunicações, etc. E vistas regionalmente, essas cidades formam um elo de urbanização integrada, cuja consolidação esteve associada ao desenvolvimento rural que chegou a ser, em certos momentos, o motor do sistema econômico e social do país, profundamente enraizado.

Nesse contexto São Paulo adquire especial importância, pois o estado passou por um processo intenso de urbanização e industrialização, configurados na organização do parque industrial, no desenvolvimento de uma agricultura com base capitalista que afetou as relações de trabalho no campo, na diversificação da estrutura de serviços e na redefinição do perfil da população. E adquire especial importância, neste cenário, a região central, sobretudo, São Carlos,

[1] Este artigo é versão revisada e atualizada de parte da introdução e do capítulo 4 da minha tese de Doutorado em Ciência Política, orientada pelo Prof. Dr. Lúcio Kovarick na Universidade de São Paulo, com bolsa do CNPq sob o título de *Poder Local e experiências participativas: a implantação do Orçamento Participativo em São Carlos e Piracicaba (SP) numa perspectiva comparada*.

[2] LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. - O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 258.

considerada polo de desenvolvimento no interior paulista, altamente dinâmica e modernizada, com presença forte de vida universitária e considerada capital da tecnologia.

Do processo de desenvolvimento dessa região aflora a discussão acerca de suas relações com o poder local, pois todo esse movimento, tal como se entende neste artigo, além de propiciar uma diferenciação econômica e social, repercute com força na política e, mais especificamente, nos atores que, estabelecendo uma relação de dominação com outros atores em nível municipal, dominam o cenário político das cidades dando vida ao poder local, constituído enquanto tal.

É nesta direção que este artigo é proposto e se justifica, como uma investigação sobre a lógica e determinação do poder local em São Carlos. De acordo com Rodrigues (1983), as cidades de porte médio têm a capacidade de integrar aspectos associados à urbanização, industrialização e migração que se assemelham às cidades maiores, sem deixar de integrar aspectos que se referem às questões frequentemente associadas ao poder local e que dizem respeito aos padrões mais tradicionais de concentração de poder e relacionamento político. Portanto, a escolha desta cidade média para a realização do estudo, seria a mais adequada para a visualização dos fenômenos em pauta, que "nas cidades grandes e nas metrópoles adquirem conotação que extravasa sua tipicidade (e que), podem ser, supõe-se, melhor captados nas cidades médias" (RODRIGUES, 1983, p.06).[3]

O município de São Carlos, situado no interior paulista, a 235 km da capital, possui uma população de 221.950 habitantes, segundo dados do censo de 2010, e configura-se como uma das cidades mais desenvolvidas do Estado de São Paulo pelo seu significativo parque industrial, constituído de várias empresas voltadas para a alta tecnologia, e pela sua privilegiada posição no ensino superior com a presença de universidades de alto nível, que tornam abundantes os recursos humanos com qualificação especializada. As representações positivas criadas em torno do desenvolvimento crescente da cidade guardam contradições que se referem às imagens criadas de uma cidade moderna e dinâmica e que, no entanto, mantém uma postura política bastante conservadora, reforçada por resultados eleitorais, tradicionalmente, à direita, com práticas comuns de clientelismo, populismo e coronelismo, que desestimulam e desarticulam a organização da sociedade civil, enfraquecendo sua atuação. Isto pode ser verificado nos vários estudos realizados sobre o poder local em São Carlos.[4]

Apesar disso, a partir da década de 1970, a exemplo do que acontece no cenário nacional, a sociedade civil, mesmo convivendo em meio a conflitos e práticas clientelistas, se organiza em São Carlos por meio de vários movimentos sociais que se articulam em torno de questões como meio ambiente, identidade negra e direitos da mulher e que desembocam em vários tipos de organizações na década de 1990, mostrando, como será detalhado no trabalho, que a cidade tem se organizado em busca de novos caminhos e experimentações políticas. Isto transparece também nos resultados das eleições municipais mais recentes, com a vitória de um candidato petista ao executivo municipal em 2000, um fato inédito na cidade, reelegendo-o em 2004 e depois tendo feito seu sucessor, do mesmo partido nas eleições de 2008.

[3] Os critérios adotados para a identificação das cidades médias no Brasil variam desde a identificação das posições funcionais hierárquicas até a consideração do volume demográfico. Para a realização deste estudo utilizei a metodologia adotada pelos estudos realizados no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Documentação "José Albertino Rodrigues" da Universidade Federal de São Carlos que mantêm uma linha de pesquisa contínua sobre cidades médias no Estado de São Paulo desde 1983 e as define em função daquelas cidades que constituem polos de microrregiões homogêneas definidas pelo IBGE que polarizam cidades vizinhas.

[4] Consultar, por exemplo, KEARBAUY, 1979: OLIVEIRA, 1998 e LEITE, 2000, entre trabalhos que serão citados ao longo deste artigo.

O estatuto do estudo do poder local

Desde há muito já se estabeleceu a importância da realização de estudos que desvendem aspectos das realidades locais ou que busquem captar as peculiaridades da construção do poder político em um plano de análise mais próximo ao cotidiano das pessoas e que, portanto, se remete à esfera municipal, onde se dão as relações de poder, comuns também às esferas estadual e federal[5]. Esta literatura, porém, tem variado ao longo do tempo.

No Brasil, até os anos 1960, como indica Feldman-Bianco (1984), os estudos do poder local se concentravam, fundamentalmente, na análise das elites formadas, principalmente, pelas famílias que disputavam entre si o controle local dos municípios, convertendo-os em domínios privados, cujas relações políticas eram fundamentadas em contatos pessoais, no favor, na clientela e na tutela.

Um marco dentre estes estudos é o trabalho de Victor Nunes Leal *Coronelismo, Enxada e Voto,* (1976). Neste trabalho, o autor descreve o compromisso conhecido como "coronelismo" que se estabeleceu entre o poder público, progressivamente fortalecido, e os decadentes chefes locais, notadamente, os senhores de terra, durante a Primeira República. Instaurada a República, Leal (1976) afirma que o poder privado concentrado no domínio territorial ficava comprometido, já que passou a depender das concessões de favores dos detentores do poder público. Por sua vez, o poder público não podia prescindir do eleitorado rural, sob domínio do senhor territorial. Deste modo, de acordo com este autor, estabeleceu-se o compromisso coronelista no qual o senhor de engenho, que antes detinha o poder em suas mãos, ficava submisso agora às concessões de favores por parte do governo, favores os quais tinham assegurados, em troca da subjugação de amplos contingentes da população e voto, além de suas "características secundárias", tais como mandonismo, filhotismo, falseamento do voto e desorganização dos serviços públicos locais.

Será a partir das ideias desenvolvidas por este autor que boa parte da literatura sobre poder local se voltará ao exame do tradicionalismo político nas bases do sistema. Temas como coronelismo, assim como voto de cabresto, mandonismo, política de clientela e de tutela, eram comuns nesta literatura que se baseava em indícios da continuidade da existência destes fenômenos no poder local ainda após a Revolução de 1930. Todo o processo de ordenação institucional do Estado brasileiro neste momento da história política nacional pode ser visto, nas acepções de Lamonier (1981), como um modo de instituir a centralização governamental ao lado da legalização do poder dos chefes municipais.

Mesmo no período democrático de 1946 a 1964, a política partidária constituída foi analisada pela literatura deste período como um sistema de barganha nos vários níveis do governo, entre deputados estaduais e federais, que agiam como lideranças para a liberação de recursos e benefícios em troca de apoio eleitoral ao nível dos municípios. Com efeito, a realidade política de 1946 a 1964 foi descrita como seguindo os padrões tradicionais de relacionamento político do poder local, reforçado pelo subsequente pacto populista, que vigorou no país neste

[5] Castells, um dos principais teóricos do tema, já apontava que os municípios podem ser considerados o locus dos estudos do poder local, à medida que permanecem como a esfera mais descentralizada do Estado e possuem maior aceitação dos interesses populares pela classe dominante, apesar da tendência à centralização e à concentração de recursos. (CASTELLS, 1981) Nos estudos brasileiros o mesmo apontamento é feito e as pesquisas sobre o poder local, recorrentemente, se delimitam no espaço do município (cf. DANIEL, 1988 e DEÁK, 1988 entre outros).

período incorporando, de forma centralizadora e tutelar, os setores e organizações populares na dinâmica das políticas estatais[6].

Deste modo, até os anos 1960 o poder local era, recorrentemente, associado ao tradicionalismo, e este ao interior, pensado, fundamentalmente, a partir do mundo rural, tomados praticamente como sinônimos, como afirma Kerbauy (2000) em um trabalho sobre a política interiorana e poder local. Tal realidade se apresentava como contraponto ao urbano, ou seja, à capital, numa suposição de que o processo de urbanização do país tivesse transformado apenas as capitais, permanecendo o interior imutável no seu tradicionalismo. Diz Kerbauy,

> A polaridade política interior – capital surge dessa visão, uma vez que, no interior, a política se desenvolve sob a égide do tradicionalismo, no sentido de que o controle da terra, os vínculos familiares, a fidelidade e a sujeição pessoal têm um papel importante a cumprir. Na capital, o urbano manifesta-se como fonte de renovação e mudança, em condições mais favoráveis para contestar os valores e os comportamentos tradicionais. (KERBAUY, 2000, p. 32).

A partir do golpe militar de 1964 e a implantação da ditadura militar no país, profundas alterações político-administrativas foram sentidas no cenário brasileiro. O projeto político dos militares consistia em implantar a "modernização conservadora", que combinava ideais de desenvolvimento econômico e "estabilidade política", apoiado no fortalecimento da autoridade do Estado, que de forma centralizadora e autoritária seria o promotor da integração nacional e da "interiorização do desenvolvimento", inibindo as manifestações do poder privado. Do ponto de vista da administração a Constituição de 1967 atribui ao Poder Executivo a hegemonia financeira da União sob a competência de legislar com exclusividade, acerca dos orçamentos, assim como ampliou as possibilidades legais de intervenção federal nos estados e municípios, em nome da segurança nacional. Além disso, a implantação do planejamento nos vários níveis administrativos permitiu às instituições federais encarregadas de sua organização central multiplicar convênios e programas de investimento público.

No que tange ao plano político, o regime de 1964 extinguiu os partidos e instituiu o bipartidarismo, criando a ARENA, Aliança Renovadora Nacional, partido oficial do governo e o MDB, Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição consentida. Além da restrição do papel do Legislativo, amoldando-o à máquina governamental, as eleições diretas para presidente da República, governadores de estado, prefeituras de capitais e de municípios considerados estratégicos, sob o ponto de vista da segurança nacional, foram suprimidas. Nos demais municípios, a competição eleitoral foi mantida, mas sob controle do partido governista, que, com recurso da sublegenda, procurava abrigar todas as facções locais rivais, embora isso nem sempre fosse possível, principalmente à medida que o regime foi se tornando impopular. Esse processo inibiu fortemente a disputa política, acentuando a desqualificação dos representantes eleitos, que já se encontrava prejudicada pela concentração das decisões nas mãos de técnicos do aparelho burocrático estatal recém instalado.

Acopladas ao processo de transformação urbana, em curso no país desde a década dos 1950, essas mudanças administrativas e políticas nos anos de ditadura militar consolidaram a

[6] Essa concepção aparece nos trabalhos de "nacionalistas" e "desenvolvimentistas" do ISEB "[...] para quem a representatividade só se poderia instaurar efetivamente caso os partidos se tornassem ideologicamente diferenciados em torno das grandes questões do desenvolvimento econômico, do planejamento e do papel do Estado" (LAMONIER e KINZO, 1978, p. 12) Apesar da preponderância desta perspectiva, a crítica dessa abordagem, desenhada fundamentalmente pelo trabalho de Francisco Weffort (1986), buscou ressaltar que a experiência populista não era meramente associada à demagogia e ausência de ideologia na medida em que tinha bases sociais e ideológicas diferenciadas, correspondendo a um processo de expansão da cidadania e da participação política. De acordo com seus próprios termos, o populismo foi "[...] um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de sua insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano" (WEFFORT, 1986, p. 62-63).

modernização conservadora sob a centralização do aparelho estatal autoritário e deram um certo dinamismo à implementação de serviços públicos, que, mesmo sob um cenário autoritário, despertou expectativas e demandas pela ampliação deste processo.[7] As respostas a esse estímulo de demandas por políticas sociais impulsionaram os primeiros traços de um novo desenho no panorama nacional, o de mobilizações populares a partir dos anos 1970.

Tão logo estas demandas começaram a marcar a presença popular em um cenário autoritário, impulsionada pela presença de uma série de novos atores sociais e políticos, ganha força a percepção por parte da sociedade civil da ausência de canais institucionais que absorvessem estas demandas num claro diálogo do Estado com os setores populares, o que animou a discussão sobre as possibilidades de democratização do país.

É nesse contexto que os movimentos reivindicativos populares se alastram por todo o país desafiando a lógica do poder tradicional, denunciando e demandando a construção de uma sociedade democrática, articulando-se em torno de seus interesses e na luta por eles. Movimentos considerados, por vários estudiosos como os novos sujeitos da transformação social (SADER, 1988). Mas é com o restabelecimento da democracia, das eleições diretas nos municípios e estados e o fortalecimento do poder local pela conquista da autonomia política e financeira dos municípios, garantida pela Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã que, ao final da década, o poder local, definitivamente, passa a se estruturar sob novos aspectos. A Constituição de 1988, ao tornar os municípios entes federados com constituições próprias, e dar a eles relativa autonomia político-jurídica, resgatou definitivamente o papel do município no cenário político brasileiro, acompanhando a tendência internacional de valorizar os níveis subnacionais de governo. Os avanços descentralizadores que já vinham ocorrendo antes de 1988, através de sucessivas emendas constitucionais que ampliaram os percentuais do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, foram ampliados com a descentralização fiscal. Concomitantemente à descentralização dos recursos fiscais os municípios passaram a ter maior volume de encargos, no que concerne tanto às políticas sociais, como também se transformaram em agentes do desenvolvimento econômico local, incentivando os governos locais a terem um ação política efetiva na construção de uma agenda de políticas públicas. Neste cenário de proliferação de gestões públicas, principalmente municipais, baseadas em experiências participativas tidas como formas alternativas de administrar e, ao mesmo tempo, "politizar" as relações entre governo e população, a noção do poder local ganha força como esfera propícia à gestão democrática via ampliação da participação política, principalmente, de setores antes marginalizados nas discussões e deliberações que definem o interesse público. Neste quadro, muitos trabalhos acerca do poder local passam a dar menos importância a todas aquelas mediações políticas referidas à persistência de chefes políticos locais e à política de clientela e de tutela, concentrando-se agora na emergência dos movimentos populares na arena política, reivindicando seus direitos diretamente ao Estado [8].

A partir desta nova leitura da realidade política dos municípios é que se torna possível um olhar sobre o poder local que leve em conta continuidades e/ou rupturas no que diz respeito a padrões tradicionais de relacionamento político, assim como permite perceber a possibilidade

[7] Os planos sociais e a ação concreta de órgãos e empresas públicas criados para prover serviços e equipamentos de consumo coletivo geraram expectativas de demandas de mais serviços deste tipo, uma vez que sua implantação em alguns lugares, atendendo a parcelas da população, passou a contrastar com outros lugares não contemplados com serviços regulares de água, energia elétrica, rede de esgoto, por exemplo.

[8] Uma série de estudos poderia ser citada aqui. Uma referência importante é AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander; (orgs.). *A inovação democrática no Brasil*. SP: Cortez Editora, 2003. Outra referência é DANIEL, 1988; LAISNER et Al, 1999 e GOULART, 2002, entre várias outras.

da conformação de novos padrões que não necessariamente se remetam aos tradicionalismos já conhecidos, ou nem sequer refiram-se a padrões unicamente democráticos.

São Carlos em destaque

Historicamente São Carlos é uma cidade tradicional e conservadora do ponto de vista do poder local, em que algumas famílias têm se alternado no poder, implantando um processo pouco intenso de revezamento político, e em que prevalece um histórico muito frágil de participação popular.

Apesar disso na década de 1970 e começo da década de 1980, em sintonia com os eventos em curso em território nacional, a sociedade civil se fortalece na cidade através da emergência de alguns movimentos sociais que se organizam em torno de várias questões como gênero, raça e meio ambiente. É neste contexto que surge em cena o Partido dos Trabalhadores (PT) em São Carlos, fundado em 1981, partido que então se formava nacionalmente.

Esse revigoramento político da sociedade sãocarlense se intensifica nos anos 1990, acompanhado pelo fortalecimento do recém criado partido, quando se formam várias associações de moradores que se articulam para reivindicar, basicamente, questões de infraestrutura urbana, principalmente, em bairros recentemente criados e que ainda não contavam com infraestrutura adequada. A partir de 1991, tal como afirma Oliveira (1998) em um trabalho sobre a participação popular e o clientelismo em São Carlos, são criados os conselhos de participação popular, instituídos pela Constituição de 1988, que apesar de passarem por um conflituoso processo de implantação, tanto por despreparo da sociedade civil, quanto por resistência das forças políticas locais que temiam a possibilidade do surgimento de novas lideranças que poderiam se fortalecer e ocupar espaço no cenário político do município, sobrevivem ainda hoje, mesmo em meio a desgastes e problemas de funcionamento (OLIVEIRA, 1998)

Segundo dados do SEADE (2013) também os resultados das últimas eleições para prefeito e para governador têm mostrado que o perfil de cidade, notoriamente de direita nos pleitos eleitorais anteriores, começa a se alterar por conta de uma votação expressiva na esquerda, nunca antes vista na cidade[9]. Além disso, numa das eleições mais disputadas da história de São Carlos, as eleições municipais de 2000, o PT venceu com uma diferença menor que um ponto percentual de votos válidos para o ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Newton Lima Neto, candidato a vice-governador na chapa de Marta Suplicy em 1998, em relação ao então prefeito João Octávio Dagnone de Melo (PTB - Partido Trabalhista Brasileiro), candidato à reeleição. Os resultados para 2000 foram: Newton Lima (PT) 40.342 ou 39,94% dos votos válidos e Octávio Dagnone de Melo (PTB) 40.214 ou 39,81% dos votos válidos[10]. Em 2004 Newton Lima se reelege com 48.876 votos, 42,84% dos votos válidos, uma diferença significativa em relação ao seu rival do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), candidato Paulo Altomani que levou 32.367 votos, o que representou 28,37% do total de votos válidos nestas eleições. Em 2008 faz seu sucessor Oswaldo Barba, também do PT, que é eleito com 43.888 votos, 35,41% dos votos válidos em relação a Paulo Altomoni, o segundo candidato mais bem votado com 41.354 dos votos, o equivalente a 33,36% do total válido de votos. O

[9] Nas eleições para governador em 1998, Maluf foi vitorioso em São Carlos, ao contrário da tendência da maioria das cidades do interior do Estado, nas quais foram vitoriosos os candidatos Mário Covas ou Marta Suplicy. Porém, a candidata Marta Suplicy ficou em segundo lugar, surpreendendo as expectativas e contrariando a "tendência" da cidade. Além disso, para a eleição à prefeitura ocorrida em 1997, a candidata do PT, Silvana Donatti, teve uma votação bastante expressiva, fato inédito na cidade.

[10] A vitória do candidato do PT em São Carlos foi de virada. Newton Lima estava com 23% das intenções de votos segundo a última pesquisa Ibope realizada em 26 de setembro de 2000, contra 46% de Mello. No início da campanha ele estava com 9% das intenções de votos, segundo dados do mesmo instituto de pesquisa.

Partido dos Trabalhadores, em 2012, perde para o PSDB, mais para o centro, por diferença bem pequena: 6,36% dos votos válidos da cidade (o candidato eleito Paulo Altomani teve 61.823 do total de votos que representaram 48,91% dos votos e Oswaldo Barba teve 53.776 dos votos, que representaram 42,55% do total da cidade), o que demonstra ainda a força do partido mais à esquerda na cidade.

Todo este processo demonstra claramente que São Carlos, apesar de apresentar, historicamente, um perfil conservador tem se estruturado em busca de caminhos e experimentações políticas alternativos no que diz respeito aos seus padrões de comportamento político. São justamente estes caminhos e experimentações que configuram o objeto tratado a seguir, nas suas interconexões entre tradição e mudança.

A tradição

São Carlos: localização e formação do município na rota do café

Pode-se dizer que nos primórdios de sua vida política, São Carlos teve como principal característica o coronelismo, de acordo com os termos de Victor Nunes Leal (1975)[11]. Este fenômeno presente na maior parte do território brasileiro, perdurou desde finais do século XIX até meados do século passado no município.

A figura predominante neste cenário é a do Conde do Pinhal - chefe da família Arruda Botelho -, ao lado de uma outra família tradicional da cidade que lhe faria oposição: os Salles. O representante maior desta última foi o Major José Ignácio de Camargo Penteado. As duas famílias que representavam, essencialmente, a elite agrária da cidade, se revezavam no sistema de poder e tudo o que era realizado na época passava pelas mãos de uma ou de outra.

A fundação do Partido Republicano Paulista (PRP) na cidade se deu em 1878, por obra de José Paulino de Arruda Botelho, mas o partido se ligou às duas famílias. Assim, os resultados eleitorais já eram previstos de antemão, pois os votos eram de uma ou outra família, que mantinham o controle político local alternando-se no poder.

A família Arruda Botelho manteve seu poder político enquanto seu líder estivera vivo, e mesmo após a derrocada do Império a situação não se modificara muito. Entretanto, a partir de 1901, a morte do Conde do Pinhal será o marco da queda gradativa de prestígio e hegemonia de sua família, perdendo espaço para a facção política rival comandada inicialmente pelo Major José Ignácio (até 1914) e depois por Elias de Camargo Salles até 1921, quando conseguiram eleger o Dr. Teixeira de Barros - membro de seu grupo - para o executivo. Mais tarde a família Salles colaborou para fundar o Partido da Lavoura na figura do Major que defendia que "aos fazendeiros é que devia ser entregue o governo da nação, pois eles eram o sustentáculo do país" (KERBAUY, 1979, p. 79).

Desse modo, o jogo político municipal era amplamente dominado pelos fazendeiros locais, havendo uma repetição constante de pessoas nos postos municipais de maior importância, pois a posição dessas famílias na estrutura econômica da região assegurava-lhes, como proprietários de terra, o controle sobre os mecanismos econômicos. Mesmo quando surgiam alguns médicos

[11] Como já descrito na introdução deste trabalho, trata-se de um fenômeno político descrito por Leal (1975) que se caracteriza, de acordo com este autor, pelo compromisso de alguns políticos que, em troca de concessões de favores por parte do poder central, subjugam alguns setores da população com direito ao voto, através do "voto de cabresto".

ou advogados eles raramente representavam as camadas médias, pois sempre estavam ligados às elites políticas por laços de parentesco[12].

Desta situação advinham os demais privilégios, garantindo-lhes a formação de uma forte dependência pessoal que vai servir como reforço à sua autoridade sobre seus liderados. De um lado estavam os que podiam mandar e conceder e, de outro, os que deviam obedecer e consentir, tendo em vista que a existência dessa desigualdade e, consequentemente, o tratamento assimétrico, tornavam-se os elementos fundamentais para a prevalência da situação política e social existentes.

Dentro de um contexto de greves e reivindicações por melhores condições de trabalho e vida, abriram-se nos anos 30 no país, propostas de mudanças políticas e um constante desenvolvimento de associações sindicais e partidárias. A estas transformações soma-se o progressivo fortalecimento daqueles segmentos que minariam as bases da dominação oligárquica, transformando a estrutura social predominante agrária em urbano-industrial. A análise da Revolução de 30 sintetiza este momento em termos de ascensão ao poder da burguesia industrial e se define como a revolução das classes médias.

Em São Carlos a Revolução de 1930 não significou o fim das lutas políticas das elites locais. O período de 1930 a 1945 não correspondeu a uma quebra da dominação oligárquica existente durante a Primeira República. Isso significou para o município a manutenção do coronelismo, ainda naquele momento, que se caracterizou apenas pela decadência cada vez maior do prestígio político da família Arruda Botelho em contraposição a uma consolidação cada vez maior do poder político da família Salles, apesar do crescimento do setor urbano local que foi insuficiente para derrubar o predomínio político dos grupos ligados aos proprietários de terra (KERBAUY, 1979).

Mesmo assim, nesse período surgiram alguns partidos e agremiações políticas no município, com correntes políticas bastante diferenciadas proporcionadas pelo desenvolvimento das atividades urbano-industriais e pelo aumento da população no setor urbano[13]. Mas este processo se fortalece somente a partir de 1945 quando há o restabelecimento do sistema representativo e as facções políticas remanescentes da Primeira República perderam o comando da dominação local. Neste momento a burguesia industrial passou a se compor em partidos, alguns organizados regionalmente e outros para além deste nível de organização.

A liderança local se organizava até 1964, em basicamente seis partidos dos quais destacam-se três: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Progressista (PSP) e Partido Trabalhista Nacional (PTN).

---

[12] Apenas em 1926, com a fundação do Partido Democrático (PD), algumas figuras aparentemente dissociadas do setor apareceram, entre eles o industrial Oscar Geribello e o médico Ernesto Pereira Lopes, que não tiveram tanta importância neste período da história sãocarlense, mas o tiveram após a decadência da elite cafeeira na cidade.

[13] Pode-se mencionar a criação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1933, filiado ao Partido Comunista e composto por todas as correntes revolucionárias locais e diversas pessoas de destaque nos meios operários e sociais; o Partido Constitucionalista, rebento de pessoas associadas ao Partido Democrático (PD) e à Aliança Nacional Libertadora (ANL) que congregava pessoas do Partido Democrático, da Ação Nacional Libertadora e da Federação dos Voluntários de São Carlos - Federação essa criada em 1933 seguindo os moldes da Federação de ex-combatentes de São Paulo, além da presença da Ação Integralista Brasileira (AIB) e suas ideias radicais de direita. Além dos partidos políticos, São Carlos contava também com diversas agremiações políticas, entre elas a Sociedade de Estudos Políticos (S.E.P.), "inspirada por Plínio Salgado em 1932, uma espécie de "antecâmera do Integralismo", pois a mesma tornou-se um "centro de reflexão ideológica de onde vai nascer o manifesto integralista de 1932 e a A.I.B." (ZANARDI, 1995, p. 20) O Núcleo da Ação Integralista Brasileira (A.I.B) sofria a influência da expansão das ideias fascistas europeias e na década de 30 houve um período de ascensão de ideias radicais de direita. Em 04 de janeiro de 1934 aconteceu uma palestra no São Paulo Clube na qual foram expostos vários pontos da doutrina Integralista. Esse Núcleo também utilizou para suas reuniões as dependências da Sociedade Dante Alighieri. O núcleo local contava com aproximadamente 200 membros e o juramento dos primeiros camisas-verdes do município realizou-se em 29 de maio de 1934, na sede da A.I.B. Mas a Aliança Nacional Libertadora (A.N.L.) também possuía um núcleo no município, aliás do mesmo porte do da A.I.B. Os membros da A.N.L., no entanto, eram em sua grande maioria ferroviários da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Houve ainda a Legião Revolucionária (ligada ao PD), a Legião Negra de São Carlos, o Batalhão de Defesa Municipal, sem deixar de citar a Liga Eleitoral Catholica-Junta de São Carlos. (ZANARDI, 1995)

Como descreve Devescovi:

> [...] Essas três agremiações políticas locais eram as mais expressivas no município e durante o período de sua existência se alternaram no poder. O PTN local, resultante de uma dissidência interna no PTB em 1947, era composto, sobretudo, por pessoas originárias dos estratos médios urbanos. O PSP congregava, particularmente, os empresários e profissionais liberais. E a UDN se organizava em torno da liderança política de Ernesto Pereira Lopes, industrial local e fundador, em São Carlos, do Partido Democrático, na década de 20. Esses três partidos mesclados por um comportamento populista, sobretudo o PSP e o PTN – representavam, de um lado, os interesses da burguesia local; mas, de outro lado, expressavam um alto grau de personalismo das lideranças das agremiações partidárias locais e, se constituíram como meros *trampolins* para a ascensão política e econômica dos seus líderes. (DEVESCOVI, 1987, p. 161)"

Esta realidade descrita neste trecho pela autora é ilustrada quando falamos de um dos maiores empresários industriais de São Carlos, que passa a exercer um enorme poder político na cidade: Ernesto Pereira Lopes.

A UDN foi a primeira legenda a se organizar no município, por iniciativa do Dr. Ernesto Pereira Lopes[14], que já havia fundado, na cidade, o Partido Democrático, assim como presidente do legislativo local de 9 de julho a 10 de novembro de 1937. Este partido que se formou nacionalmente em nome dos anseios liberais, contra a ditadura Vargas, em São Carlos era composto na sua maior parte pela classe média tradicional que buscava tornar-se elite local.

Através da UDN, Pereira Lopes elegeu-se ininterruptamente para mandatos legislativos estaduais e federais. Com a decadência das facções políticas remanescentes da Primeira República e o restabelecimento do sistema representativo, era a hora e a vez de Pereira Lopes, que soube se aproveitar do momento e se consolidou como liderança, valendo-se de seu prestígio de benemérito. Sua ascensão política inicial não está ligada a nenhuma forma de manifestação de poder econômico ou de prestígio social. A consolidação do seu poder político iniciou-se, na medida em que passou a ter como suporte uma situação econômica privilegiada, propiciada por sua influência política nos altos escalões do governo estadual e federal.

As antigas facções poderosas ficariam agora à sombra deste novo "patrão", com seu poderio econômico e prestígio político conquistado ao longo de anos de serviços prestados como médico, e, obviamente, devido a sua significativa influência nos altos escalões dos governos estadual e federal. No entanto, seu interesse parecia não estar no executivo, na função de prefeito: suas campanhas tinham como finalidade a cadeira de deputado federal, que manteve sua por sucessivos mandatos.

O patrimônio de Pereira Lopes tornava-se cada vez mais respeitável com as várias firmas que possuía em seu nome, e, por conseguinte, seu poderio econômico era cada dia mais reconhecido. Na medida em que o operariado era a maior parte da população ativa no município de São Carlos e grande parte dele estava empregada na indústria de Pereira Lopes nos períodos de eleição, a empresa era utilizada como "agente eleitoral". Atraídos pela promessa de abonos salariais e pela aceitação em massa de novos funcionários, Pereira Lopes tentava cooptar os trabalhadores. No entanto, nem essa tática era suficiente para a vitória da situação. Ao lado desse "falso paternalismo", os funcionários eram obrigados a ir aos comícios, batendo cartão

[14] Médico paulista, filho de portugueses, que em 1930 se transfere da Capital para São Carlos, a convite de Bento Carlos Botelho, filho do fundador de São Carlos (Conde do Pinhal), para cuidar do Raio X do município (OLIVEIRA, 1998).

e com condução da indústria. Pereira Lopes controlava também as seções eleitorais onde os operários tinham título de eleitor[15].

Do lado de Antônio Massei do PTN, representante da oposição, suas práticas políticas lembram a um político de clientela, cujas ligações com interesses econômicos e políticos tem menor expressão que as do líder da situação local. A prática clientelista de Antônio Massei para a compra de votos implicava desde a distribuição de saquinhos de laranja, balas, pequenas quantias de dinheiro, pagamento de pinga, de contas de farmácia, até o pagamento de luz e água dos eleitores. Ele fazia política o ano inteiro e visitava a periferia da cidade constantemente.(KERBAUY, 1979)

No período de 1945 a 1964, em que perdura no país o fenômeno do populismo, fica claro que os trabalhadores e setores mais empobrecidos não conseguiram se organizar. Os dados levantados por Pedroso Neto (1995) para esse período, por exemplo, mostram que estes setores nunca conseguiram ocupar o executivo municipal – aliás, sequer pleitearam ao cargo - e sua votação para vereador era frequentemente irrelevante, embora neste mesmo período vários desses representantes tivessem se candidatado (PEDROSO NETO, 1995).

Devescovi (1987) também aponta que mesmo os movimentos populares mais expressivos neste período que são os movimentos sindicais promovidos pelos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Bancários e, em menor grau, pelo Sindicato dos Ferroviários, durante suas poucas paralisações e ameaças de greve, nunca conseguiram se desvencilhar das armadilhas populistas construídas no período.

O que se nota neste período que vai de 1945 até 1964, é que, a partir da decadência do setor oligárquico-cafeeiro surgiram novas lideranças que se afirmavam como representantes dos interesses gerais, de onde se observa que o compromisso coronelista anterior cedeu lugar ao compromisso populista, provocando uma forte incidência de manipulações populares em nome dos interesses da sociedade como um todo[16]. É neste período que a burguesia passa a se compor partidariamente aliada aos estratos médios urbanos, com o propósito de confrontar-se com uma suposta participação política da classe operária, que se ampliava cada vez mais (DEVESCOVI, 1987).

No período posterior, durante a ditadura militar, assim como no país inteiro houve o bipartidarismo, cujas únicas presenças legais a ARENA e o MDB, sendo a primeira representante do governo e a segunda, a representante da "oposição consentida".

A ARENA em São Carlos foi criada por Pereira Lopes (ex-UDN) e por Antônio Massei (ex-PTN), opositores históricos até o decreto do AI-2. Com a adoção de sublegendas foram criados dois grupos dentro do mesmo partido. Na ARENA 1 estava o grupo de Pereira Lopes e na ARENA 2 estava o grupo de Antônio Massei. A população, no entanto, os via enquanto posições políticas divergentes, uma vez que Antônio Massei utilizava uma prática política muito personalista e clientelista. A posição ideológica ou filiação partidária, para quem utilizou esse tipo de prática política fica em segundo plano e assim o partido não era significativo.

O MDB local foi formado em 1968 por Antônio Cabeça Filho, eleito vereador diversas vezes, inclusive em 1968. Esse partido contava com um número muito reduzido de pessoas, ao todo 11 ou 12, pois as pessoas tinham muito medo, tanto do regime militar quanto do poderio de Pereira Lopes, uma vez que se filiar a este partido significava colocar-se contra este poderio.

[15] É interessante observar que nem mesmo com toda essa manipulação, o operariado se comprometia com os candidatos da situação. A votação dos operários era dirigida aos candidatos da oposição, contra Pereira Lopes, contra o poderio econômico que ele representava. E isso ocorria porque a oposição conseguia montar um discurso muito convincente, baseado na dicotomia ricos versus pobre.

[16] O processo eleitoral era visto como o caminho para esta concretização. Neste sentido, foram intensas as campanhas a favor do alistamento eleitoral, que apresentando traços de preconceitos contra os imigrantes, procuravam incentivar a população para a importância do voto que seria o único veículo legal para o exercício da cidadania. (COSTA, 2001).

Neste período, Pereira Lopes gozou de grande prestígio e sua influência tornou-se ainda mais forte no município, tendo em vista seu comprometimento com o regime. Seus métodos autoritários com seus opositores políticos coincidiam com os métodos do governo federal[17]. Durante um bom tempo ele foi uma figura eminente no contexto político de São Carlos, personalidade inquestionavelmente importante, embora polêmica. O fácil acesso de Pereira Lopes a todas as esferas de poder, permeadas totalmente por relações políticas de ordem personalista e acionadas desde o início da industrialização local, facilitaram a vinda a São Carlos duas universidades públicas, a Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (EESC/USP), instalada em 1953 e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), instalada em 1970. [18]

Ainda neste período, o Sindicato dos Metalúrgicos, de acordo com Granja (2005), que analisa os sindicatos em São Carlos, conseguiu organizar uma greve em prol do recebimento dos salários de 600 famílias de um frigorífico da cidade e nela uma passeata, apoiada por estudantes da Escola de Engenharia (USP). Tal evento, porém, deu-se de forma esporádica, pois apesar de São Carlos contar com a presença da atividade industrial desde as primeiras décadas do século XX, a organização sindical além de se dar de forma tardia, teve enormes dificuldades de se articular desde o início da década de 1960, quando iniciou este processo, e apresentou este tipo de dificuldades ao longo de toda a sua história. Evento que foi duramente reprimido e alguns de seus líderes presos, o suficiente para que o sindicato voltasse ao papel que lhe cabia dentro do regime militar e mesmo após ele: "o de ser quase uma repartição pública, marcada por atividades de rotina institucionalizada e burocrática que marcaria a atividade sindical ao longo dos anos setenta", assim como o de ter a personificação de suas lideranças, imprescindíveis para guiar a massa operária que se julgava sem competência para fazê-lo sozinha. (GRANJA, 2005, p. 177)

O que se nota até aqui acerca da estruturação do poder em São Carlos é que a política sãocarlense, ao longo da sua história, sempre esteve de braços dados com uma ideologia conservadora, autoritária e tradicionalista, o que se evidencia quando se observa os partidos que detiveram o poder, bem como seus respectivos representantes, quer, inicialmente, aqueles ligados aos setores agrário e exportador, ou mais tarde, aqueles ligados à indústria; além de evidenciar-se pela ausência de um histórico de organização política popular e de organização dos trabalhadores, mesmo sendo São Carlos formada por ampla proporção deles, principalmente, metalúrgicos.

A mudança

O relaxamento da ditadura militar e o restabelecimento do pluripartidarismo inseriram uma nova dinâmica no município de São Carlos. Novos nomes despontaram na política sãocarlense. No entanto, isso não significou, necessariamente, uma ruptura com as antigas lideranças.

As primeiras eleições a se realizarem no período de reabertura democrática foram as de 1982, com a participação de vários novos partidos, como o PMDB (originado do MDB), o

[17] De acordo com informações coletadas por meio de entrevistas em Oliveira (1998) em 14 de maio de 1961, o sindicalista Antônio Cabeça Filho, que neste período participava da chapa que resultaria na direção do sindicato dos metalúrgicos de São Carlos, sofreu um atentado a bala, segundo ele, a mando de Pereira Lopes. Também Cabeça Filho descreve que quatro homens:"Xavierzinho", vereador e Diretor da Câmara Municipal (figura muito ligada a Pereira Lopes); Sr. Erasmo Osório, Sebastião Padilha e Calheira (um leão de chácara do São Carlos Clube), apanharam-lhe, agrediram-lhe fisicamente e por fim, Xavierzinho disparou dois tiros em sua direção, quase resultando em sua morte (OLIVEIRA, 1998).

[18] O processo de implantação da EESC/USP contou com a influência dos políticos sãocarlenses e também com uma grande mobilização da sociedade civil em pró da vinda da USP para São Carlos, assim como um projeto de expansão e interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo iniciado na década de 50. Já o processo de implantação da UFSCar foi muito mais influenciado por acordos políticos e pela influência de Pereira Lopes.

Partido Democrático Social (PDS, rebento da ARENA), que assim como em nível nacional, eram os partidos que tinham maior penetração social devido às suas raízes, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista), cada qual com seu candidato específico para a prefeitura.

O PMDB se apresentou nas eleições de 1982 como uma "colcha de retalhos" ideológica, com três candidatos de características bastante diferenciadas. O Engenheiro João Antônio Dagnone de Melo, representante da ala liberal do partido, egresso da ARENA, havia sido Diretor de Obras do governo de Mário Maffei, e naquele momento era recém-filiado ao partido. O outro candidato era Antônio Cabeça Filho, metalúrgico e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos desde sua fundação em 1961. Ele foi o representante do sindicalismo de resultados e participava do grupo político mais hegemônico e atuante do partido. Integrante do MR-8, era uma personalidade de forte atuação no seio do operariado sãocarlense. O terceiro candidato era Jamir Leôncio Schiavone, ex-vereador que dirigia um programa de rádio bastante famoso na época, porém sem muita relevância dentro do partido.

No PDS, a antiga ARENA, de um lado estava o industrial Ernesto Pereira Lopes e de outro está Antônio Massei e seu sobrinho Rubens Massucio, o Rubinho. Após a eliminação da comodidade da divisão entre Arena 1 e Arena 2, os dois grupos disputavam a hegemonia dentro do partido. Em 1982, o grupo de Antônio Massei conseguiu apoio suficiente e lançou Rubens Massucio candidato a Prefeito Municipal em 1982, uma vez que o reinado de Pereira Lopes parecia chegar ao fim nos anos de 1990 depois de muitos escândalos e com o patrimônio praticamente dilapidado, sofrendo uma forte decadência[19].

O PTB tinha no grupo ligado a Vicente Botta, deputado estadual por diversas legislaturas, seu sustentáculo. O partido lançou José Bento Carlos do Amaral, antigo político local e Neurivaldo José de Guzzi, o Vadinho. O último pertenceu aos escalões administrativos da Prefeitura por muitos anos, tendo sido vereador eleito em 1977. Sua candidatura baseou-se em seu forte carisma e na crença da população em sua honestidade.

Já o PT que surgia como um partido de ideologia esquerdista tentou levar seus ideais para a população de São Carlos, porém como sua atuação se concentrava nas universidades, sua aceitação por parte da população foi muito pequena. O partido lançou como candidata a prefeita a professora Mirjam Schiel, que mais tarde se afasta do partido por uma divergência com o diretório nacional, e outros candidatos a vereador que ainda não haviam se consolidado como lideranças no sistema político partidário da cidade.

São Carlos seguindo a tendência nacional, elegeu João Otávio Dagnone de Melo como Prefeito em 1982. Na Câmara Municipal o PMDB ficou com 7 cadeiras, o PTB com 6 e o PDS com 4 cadeiras. Sendo assim, nenhum partido obteve uma maioria significativa. O PT, por sua vez, não conseguiu eleger nenhum candidato.

Dagnone de Melo, após seus seis anos de governo marcadamente técnico-burocrático, com a introdução de várias obras de infra-estrutura na cidade, tornou-se liderança importante no PMDB, centralizando as decisões do partido.

Nas eleições de 1988 o PMDB lança para sua sucessão o bio-médico Antonio Adolpho Lobbe Neto, vice-prefeito na gestão Melo e deputado estadual eleito por São Carlos nas eleições de 1986 com 38.000 votos e considerado o deputado mais jovem da Assembléia com 27 anos, também neto do ex-prefeito Antonio Adolpho Lobbe, célebre personalidade política do passado

[19] Pereira Lopes morreu em 1993, aos 88 anos, enquanto ainda exercia o cargo de titular no Conselho de Curadores da Universidade Federal de São Carlos.

político de São Carlos. O PTB manteve-se com a mesma estrutura organizacional, baseada na liderança do deputado Vicente Botta e da família Amaral e lançou mais uma vez a candidatura de Vadinho. O PDS, por sua vez, lançou a candidatura do sobrinho de Antônio Massei, Rubens Massucio, novamente. O PT, que além de suas dificuldades de se fixar numa cidade de tradição política conservadora, vivia uma série de crises internas o que tornava o partido dividido nas várias facções que o constituíam. O candidato do partido nestas eleições foi o professor da USP, Oziride Manzoli, pessoa de pouca expressão política na cidade. O recém criado PSDB que surge assim como em nível nacional, como uma dissidência do PMDB, apresentou como seu candidato um de seus fundadores, Antonio Carlos Vilela Braga.[20]

Vadinho venceu as eleições. Lobbe Neto consagra seu nome junto ao eleitorado e nenhum grande partido sofre desgast considerável nestas eleições. Seis vereadores se reelegem e a Câmara sofre uma grande renovação com novos nomes na política, embora de partidos já conhecidos. Novamente nenhum partido faz maioria, mas sob forte influenciada família Amaral através da atuação do diretor da Câmara Municipal "Xavierzinho" e pela primeira vez o PT elege um vereador, a professora Julieta Lui ligada a APEOSP[21].

A administração de Vadinho teve no início apoio do grupo liderado por Vicente Botta, e após divergências internas e conflitos de interesse, passou para o controle da família Amaral. Essa ruptura de Vadinho com Vicente Botta resultou em uma grande mudança na administração, assim como vários problemas para sua continuidade. No final de sua administração, sua popularidade era péssima e vários escândalos pontuaram seu governo.

Aproveitando-se disso Rubens Massucio e Melo reafirmaram suas lideranças na política local e voltam a se candidatar em 1992. Rubens Massucio pelo PDS e Melo pelo PMDB. Se em 1988 a competição ficou basicamente entre Vadinho, Lobbe e Rubens Massucio, em 1992 vai se concentrar entre Rubens Massucio e Melo.

Rubens Massucio, com o apoio do PDS, PSC e o PTB do grupo de Vicente Botta, e da família Amaral, anteriormente rivais políticos, convidou Aírton Garcia para ocupar o cargo de vice-Prefeito. Airton Garcia era um político que utilizou, naquele período, uma prática clientelista de doação de terrenos à famílias carentes, tornando-se uma liderança forte junto às classes populares e Rubens Massucio pretendia favorecer-se disso a fim de aumentar seu eleitorado. Entretanto, sua candidatura foi impugnada e sua mãe, Dona Henriqueta Garcia, o substituiu já que o PPR, seu partido, deveria indicar o vice-Prefeito da coligação.

Mesmo diante destes problemas Rubens Massucio teve uma votação expressiva, e se elegeu. Foi o Prefeito mais votado em toda história de São Carlos, assumindo a Prefeitura com grande apoio popular[22]. A Câmara de Vereadores agora composta por vinte e um membros, apresenta um alto grau de renovação de nomes e pulverização de partidos, sendo maioria o PMDB. A família Amaral faz dois vereadores: Marquinho Amaral e Bento Carlos Amaral. O grupo de Botta desgastado elege Lucas Perroni como único representante. O PSDB elege um vereador, Walcenyr Bragato e o PT reelege Julieta Lui.

[20] A propósito da história do PSDB em São Carlos consultar ROMA, 1996.
[21] O PT já tido Mirjam Schiel como representante do PT na Câmara, mas que tinha sido eleita pelo MDB e depois, com o surgimento do partido em 1981, optou pela troca de legenda.
[22] Melo, pelo seu passado político permaneceu à frente nas pesquisas até quase quinze dias antes das eleições, mas Rubens Massucio, com um ótimo trabalho de convencimento junto à população carente e um aliado como Aírton Garcia, muito popular na região periférica da cidade, virou o jogo dias antes da votação. Além dos nomes de Melo e Rubinho, pela coligação PSDB-PL surgiu um outro nome, o de Paulo Altomani, candidato do PL, grande industrial da região, que obteve neste momento nem 10% dos votos válidos.

A administração de Rubens Massucio teve um caráter populista[23] e clientelista, aliado à falta de preparo de sua equipe administrativa. Sua administração foi aos poucos, perdendo ritmo e direcionamento, pontuada por desmandos, corrupção, escândalos, divergências e conflitos político, culminando em um colapso administrativo-financeiro no final de seu mandato. (OLIVEIRA, 1998)

Nas eleições de 1996, Lobbe Neto, deputado já pela terceira vez consecutiva e único nome forte dentro do PMDB com o enfraquecimento de Rubinho depois de uma mandato conturbado e da morte de Francisco Xavier do Amaral, o "Xavierzinho", importante liderança dentro partido, representante de antiga facção política de São Carlos, é lançado para o pleito municipal. Após o desastre do apoio a administração Vadinho, o grupo do agora ex-deputado Vicente Botta, sem lançar sua própria candidatura por motivos de saúde, une-se ao grupo político do ex-prefeito Dagnone de Melo. O PSDB agora controlado por Paulo Altomani, repete sua aliança com o PL, agregando partidos frágeis como o PSDC e o PSB, tendo como vice o filho do ex-prefeito Mário Maffei, o vereador Mário Maffei Filho. Novamente o PT apresenta-se dividido para mais uma eleição. Uma facção, liderada pelo ex-candidato a prefeito Gil Vicente propõe uma aliança com Paulo Altomani, e outro grupo, hegemônico dentro do Diretório Municipal, apóia a candidatura da vice de Gil Vicente em 1992, a secretária da Associação dos Docentes da USP (ADUSP) Silvana Donatti. Após vários debates internos, sai vencedora a candidatura de Silvana.

Após uma campanha eleitoral, sempre polarizada entre Altomani e Melo, repleta de acusações entre as partes em disputa e indefinida até a véspera do dia 3 de outubro, Dagnone de Melo sai vitorioso. A surpresa é a votação expressiva na candidata Silvana do PT - 12.494 votos ou o equivalente a 12,7% dos votos válidos, o que demonstra um processo de crescimento do partido em São Carlos e um momento de inflexão na tendência dos votos à direita na cidade.

Para a Câmara dos Vereadores, não ocorreram grandes surpresas. Obtiveram e se reelegeram com um número relativamente alto de votos os vereadores que fizeram oposição a administração Rubinho. Outras figuras tradicionais da política sãocarlense, independente disso se reelegem. Surgem novas lideranças posicionadas ideologicamente á direita. Novas lideranças surgem e o PT reelege pela segunda vez Julieta Lui e consegue mais um vereador na Câmara, Lineu Navarro, previdenciário.

A administração Dagnone de Melo dá-se sem muitas novidades com o mesmo perfil técnico-burocrático de sua gestão anterior, mas agora permeada por denúncias de gasto indevido do dinheiro público nunca comprovadas.

Todos esses dados sobre as eleições municipais em São Carlos, desde a abertura política até 1996, denotam que mesmo com a abertura política, o reestabelecimento do pluripartidarismo em 1982 e a emergência, desde a década de 1970, de uma série de movimentos sociais que tornam a sociedade civil mais ativa, a dinâmica criada não significou uma ruptura com as antigas lideranças e com a estruturação política pré-existente do poder local.

Apesar da nova dinâmica criada em São Carlos a partir dos anos de 1970, a ideologia conservadora, autoritária e tradicionalista se manteve na cidade por conta de um continuísmo das forças dominantes no poder, pois, se por um lado nem sempre foram os mesmos nomes a continuar nos principais partidos e no executivo e legislativo municipal, de uma forma ou de outra os nomes que surgiam sempre estiveram ligados de alguma forma a velhos figurões do passado, ou mesmo "caciques" contemporâneos. Isso é facilmente verificado quando se afirma

[23] Rubinho enquanto prefeito atendia pessoalmente a todos os requerentes que procuravam a administração, mesmo até altas horas da noite, obtendo em pesquisa realizada pelo Data Folha o maior grau de aprovação dentre os prefeitos do Estado de São Paulo.

que os principais líderes políticos de São Carlos mesmo no período pós abertura, estavam ligados aos grupos políticos que já detinham o poder muito antes deste período histórico. Rubens Massucio participou como vice-Prefeito na administração de seu tio, Antônio Massei (1976-1982), uma das principais lideranças da Arena na cidade. Vadinho de Guzzi, contador da Câmara Municipal e ex-vereador, esteve sempre no ambiente político, fazendo parte do grupo do deputado Vicente Botta. Dagnone de Melo foi Diretor de Obras na administração do ex-Prefeito Mario Maffei (1972-1976), posteriormente filiou-se ao PMDB para participar das eleições de 1982. Lobbe Netto é neto do Antônio Adolpho Lobbe, Prefeito de São Carlos nos anos 50. Francisco "Xavierzinho" do Amaral foi vereador duas vezes e é irmão de José Bento Carlos do Amaral, que foi Prefeito e cassado em 1969. (LOPES, 1996)

Além disso, a classe operária e as camadas populares, que em geral, até este momento nunca tinham estado presentes vigorosamente enquanto agentes políticos de movimentos organizados, a não ser em situações esporádicas e isoladas, mantiveram-se seguindo os mesmos caminhos. Seus porta-vozes acabaram sendo sempre a burguesia e as camadas médias e seus representantes os mais intelectualizados destas camadas sociais e suas necessidades diluídas no "interesse geral" defendido pelas elites, que souberam muito bem preservar a subordinação e a discriminação social[24].

Mesmo assim, apesar do clima contrário à manifestação popular imposto ainda sob os auspícios da ditadura, a propósito do que ocorre em outras partes do país, nos anos de 1970, há uma movimentação no sentido do surgimento de alguns movimentos sociais.

Em São Carlos nascem dois movimentos sociais bastante importantes. O primeiro é o Centro de Cultura Afro-brasileira Congada, movimento que tem como objetivo resgatar a memória afro-brasileira, fundado em 1976. Na época de seu nascimento, os membros do Congada eram sãocarlenses que cresceram frequentando o Clube Flor de Maio, um clube, tradicionalmente, frequentado por negros em São Carlos. No início da organização deste movimento havia duas correntes divergentes no movimento: uma pensava a atuação do movimento negro mais voltada para a comunidade e a outra estava interessada em discussões teóricas sobre o socialismo africano, sobre os Panteras Negras, o movimento "***black power***" e o africanismo. A primeira corrente entendia a importância em se discutir a questão do socialismo, marxismo e em rediscutir o socialismo africano. A outra corrente, entretanto, entendia essas preocupações como resistência dentro do movimento e isso deixou importantes lideranças fora da direção do Congada durante muito tempo. Entretanto ao longo de sua atuação este movimento foi sendo quase que incorporado por estudantes e professores das Universidades de São Carlos (Universidade Federal de São Carlos e da Universidade de São Paulo), que hoje são a maioria de seus membros (AGUIAR, 1997)[25].

O segundo movimento criado neste período é a APASC (Associação de Proteção Ambiental de São Carlos), que nasce logo no ano seguinte à criação do Congada, em 1977, resultado de um encontro de estudantes de biologia da Universidade Federal de São Carlos, e que tem como objetivo incentivar a proteção ambiental, a preservação de eco-sistemas naturais, promover a realização de pesquisas sobre meio-ambiente, difundir conceitos conservacionistas, incentivar

[24] Um exemplo disso foi a campanha contra a carestia ocorrida em São Carlos entre os anos de 1944 e 1946, liderada pela burguesia e setores intelectualizados das camadas médias em nome de um operariado disperso e despolitizado, visando anular qualquer possibilidade de sua organização.

[25] Em 1981, devido a problemas financeiros, o Congada deixou de ter uma sede social. Em 1982 as reuniões do grupo passaram a ser realizadas no DCE-USFCar. Em 1983 foi solicitado pelo Congada uma maior participação da UFSCar, propondo-se a formação de um Espaço Cultural Afro-brasileiro junto ao Departamento Cultural dessa Universidade. Criou-se, então, o Grupo de Cultura Afro da UFSCar e em decorrência deste, o Núcleo de Estudos Afro da UFSCar. No entanto, eram quase as mesmas pessoas que participam das três entidades.

a criação de reservas naturais, defender e promover o bem estar do ser humano e executar reposição floresta. Atualmente, possui cerca de 500 sócios cadastrados, mas apenas 150 tem uma participação mais ativa na associação. Seus membros, assim como os do Congada, são estudantes, professores e funcionários da UFSCar e da USP.

Apesar da importância destes dois movimentos que demonstram a dinâmica da sociedade sãocarlense, a despeito de sua tendência conservadora, fica evidente que ambos são direcionados pelos intelectuais e estudantes da cidade, afastando destes movimentos a possibilidade de se constituírem como movimentos amplos e de base popular. Mesmo o Congada que nasce fora dos portões das Universidades com base popular, aos poucos vai sendo incorporado por elas. O mesmo acontece com outros movimentos que surgem na cidade neste período e em períodos posteriores. Um exemplo é o movimento do pula-roleta acontecido em 1983 e que durou cerca de quarenta dias, no qual os estudantes organizaram um movimento de pular a roleta dos ônibus em repúdio ao aumento do valor das passagens de ônibus. Tal movimento envolveu algumas pessoas da cidade, inicialmente, e depois teve ampla aderência da população, mas não deixou de ser um movimento liderado e maciçamente encampado pelos estudantes.

Na década de 1980 a agudização da pobreza e a mudança de populações carentes para bairros cada vez mais periféricos, faz com que as primeiras movimentações ocorram em alguns bairros, em função de demandas por infraestrutura. E a partir destas mobilizações começam a se formar as primeiras associações de bairro, que se multiplicam nos anos de 1990, quando surgem vários bairros novos, além dos antigos que foram reunindo e agudizando problemas ainda não resolvidos. Entretanto, estas associações caracterizam-se, fundamentalmente, por um discurso pautado no altruísmo e no voluntarismo e, geralmente, encontram-se ligadas a políticos profissionais (em vários casos, vereadores ou assessores de vereadores) que são responsáveis por encaminhar essas demandas e acompanhá-las junto ao poder executivo, por meio de ofícios ou através de reuniões que os políticos profissionais providenciam. Relação que se dá, na maior parte das vezes, sem mobilização alguma dos membros da associação, e permeada por relações de clientela. (OLIVEIRA, 1998)

Mas em meio a essa nova dinâmica surgida em São Carlos destaca-se, para além de novas figuras na política e de movimentos e associações populares, o Partido dos Trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores nasce em nível nacional em 1980, nascido das lutas dos movimentos sociais e do operariado do ABC Paulista que traz consigo uma ideologia de esquerda. Em São Carlos essa fundação dá-se do ano seguinte, 1981. Entretanto, a movimentação que desembocou neste processo de fundação começou nos idos dos anos de 1960 quando várias forças de oposição na época reuniram-se em prol da Campanha de Fernando Henrique Cardoso para senador pelo MDB quando ainda vigorava o bipartidarismo no país dividido em ARENA e MDB. Mais exatamente em 1978 um grupo reuniu-se em um comitê em torno da defesa da candidatura de Fernando Henrique tendo como articuladora fundamental a então vereadora Mirjam Schiel também pelo MDB, professora da rede estadual de ensino.

Neste momento ainda não estava em discussão o pluripartidarismo. Entretanto, por volta de 1979 iniciou-se na cidade, assim como em outras partes do país, ancorado, fundamentalmente pela emergência de vários movimentos sociais e pelas greves no ABC, um movimento a favor do pluripartidarismo, ao mesmo tempo em que se veiculava a possibilidade de organização de um partido político dos trabalhadores, em consonância com a movimentação liderada por Lula em São Paulo. Na época Mirjam Schiel participativa também do movimento de formação do PT em nível nacional sendo uma de suas fundadoras, fazendo parte da Comissão Provisória Estadual do partido.

Em São Carlos a articulação em torno do nome de Mirjam reunia, basicamente, professores universitários da UFSCar e alguns professores da USP, que no mesmo ano, tinham se reunido em função da greve da USP em 1979 contra o governo de Maluf, então governador do Estado, assim como professores da rede estadual que já tinham se organizado por conta da greve da APEOSP (Sindicato dos Profissionais do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) ocorrida em 1979; estudantes universitários, ligados ao Diretório Central dos estudantes (DCE) da Universidade Federal de São Carlos, em grande parte membros da Convergência Socialista que, em São Carlos foi fundada em 1975 pelo então presidente do DCE da UFSCar, Celso Bambila e ao Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira (CAASO), da Universidade de São Paulo (USP); além de outras pessoas da cidade, algumas delas ligadas a movimentos de bairro articulados ao mandato da vereadora Mirjam Schiel, como alguns representantes do movimento negro (principalmente do Congada), que se colocavam, naquele momento, em situação de oposição ao governo. Em termos da participação do sindicato, não há em São Carlos uma vinculação forte entre o surgimento do partido e este tipo de organização. O que há é a participação de alguns elementos vindos do sindicato, rompidos com aquela visão de sindicato capitaneado pelo Estado e a serviço dele, e que tiveram papel decisivo na fundação do partido, em grande parte vindos do Sindicato dos Funcionários da UFSCar (SINTUFSCAR) e da USP (SINTUSP).

As primeiras reuniões com o intuito de formalizar a criação de um partido que fosse dos trabalhadores e independente das elites, na direção do debate que se dava em torno da criação do partido em nível nacional culminaram na plenária de criação do Partido que também realizou-se na casa de um de seus simpatizantes com a assinatura demais de cem pessoas. O programa do partido e todos os documentos necessários para essa fundação foram discutidos, neste momento, tendo como referência o modelo preparado para a fundação do partido em nível nacional.

Fundado o partido, as primeiras discussões encaminharam-se no sentido de delinear melhor a proposta a ser executada por ele. Em outros lugares, tratava-se de aglutinar as forças resistentes ao padrão político existente, principalmente, movimentos sociais e sindicatos progressistas. Em São Carlos, como praticamente inexistiam essas forças, a ideia era fomentá-las, agregando os trabalhadores em geral.

Como em São Carlos os sindicatos eram máquinas burocráticas a serviço do Estado, a ideia era criar núcleos de oposição dentro dos sindicatos já existentes, principalmente do Sindicato dos Metalúrgicos que era o mais numeroso na cidade, para tentar romper com esta lógica de peleguismo. Além do trabalho com os sindicatos a ideia era também estimular a criação de associações de bairro, principalmente nos bairros novos surgidos em São Carlos, extremamente carentes em serviços de infraestrutura, uma vez que não havia um histórico de movimentos sociais fortes em São Carlos e as associações de bairro representavam um processo possível, naquele momento, para a fomentação de movimentos deste tipo.

A partir destas diretrizes os membros fundadores do recém criado partido foram para as portas de fábricas e bairros da cidade em busca da sua efetivação. O partido distribuía panfletos e buscava organizar os trabalhadores no sentido de despertá-los para a luta coletiva. Ao longo deste processo, conseguiu articular algumas greves e ao mesmo tempo colocar um candidato do PT em duas ocasiões, 1986 e 1989, concorrendo para a presidência do sindicato dos Metalúrgicos, com chances de vitória na segunda ocasião. Nos bairros este trabalho foi menos intenso e menos consistente. O que se tinha era a tentativa de articular os filiados do partido em núcleos que serviriam de locais de discussão e organização, além de divulgação e possibilidade de novas filiações, muito mais do que a tentativa de organização de associações de bairro.

Já as primeiras iniciativas do partido apresentaram resistência na cidade por parte das forças conservadoras. As mais explícitas vinham dos sindicatos locais que se incomodavam com o trabalho do PT nas portas das fábricas. Estes sindicatos tidos como pelegos se opunham às greves na defesa da ideologia de que este instrumento de luta dos trabalhadores poderia implicar em demissões. Tal processo implicou em várias formas de resistência, que implicavam até em perseguição e ameaça dos membros do PT que organizavam o movimento no sentido de poupar os trabalhadores, estes em várias ocasiões demitidos quando descobertos. Contam alguns velhos militantes de PT que houve situações de troca de agressões na porta de algumas fábricas entre militantes do partido e membros do sindicato pertencentes a estas fábricas. O ponto maior de atrito era PT *versus* Sindicato dos Metalúrgicos, representado por Antônio Cabeça Filho que exercia um papel de liderança muito importante em São Carlos, não somente neste sindicato, mas como modelo para os demais. Contam também que muitas vezes as lideranças sindicais da cidade iam até a rádio da cidade para depreciar e denegrir a imagem do PT e de seus militantes publicamente. Mas de acordo ainda com eles, os atritos não se resumiam às relações entre partido e sindicatos, mas vinham também dos empresários, que, em alguns casos chegaram até mesmo a ameaçar alguns membros do partido.

Apesar destas resistências descritas em relação à atuação do PT neste momento inaugural, o partido foi crescendo e depois de um ano e meio de campanha para filiações junto aos cidadãos sãocarlenses já conseguiu reunir cerca de 500 novos associados, segundo informação de seus próprios fundadores. A sede do partido neste momento era a garagem de uma casa paga pelos seus filiados, onde aconteciam as reuniões que chegaram a reunir até 180 pessoas no mesmo dia.

O PT era visto, inicialmente, em São Carlos, aliás, como no resto do país, como um partido radical, na realidade um "partidinho" que não apresentava muitas possibilidades de crescimento. E em São Carlos existia a particularidade do partido ser vinculado à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por ser composto na sua maior parte, pelo menos em termos de militância, a professores, funcionários e alunos desta universidade. Deste modo, era visto, como algo quase à parte da cidade, com pouca inserção social nela. Isso fica evidente nos resultados das eleições em 1982 quando o PT, rompendo barreiras comportamentais por lançar uma candidata mulher, lançou a candidatura da professora Mirjam Schiel ao executivo municipal, obtendo somente um pouco mais de 5% do total de votos válidos, e não elegendo nenhum dos dezessete candidatos a vereador.

Mas a partir destas eleições, houve um crescendo do partido na cidade, principalmente, à medida em que crescia a popularidade do partido nacionalmente e com a participação do partido em vários movimentos ocorridos em nível nacional, com repercussão em São Carlos, como o "Movimento das Diretas Já". Ademais, o fortalecia um redirecionamento ideológico do partido em direção à luta democrática em nível nacional, acompanhado pelo PT de São Carlos. Em 1988 o PT elege sua primeira vereadora (Julieta Lui), relegendo-a em 1992. A imagem de Julieta para os seus eleitores era a de denunciadora, na medida em que era oposição na Câmara dos Vereadores e estaria sempre presente nela para denunciar possíveis desmandos dos demais vereadores. Neste sentido, mesmo os eleitores não muito simpáticos ao PT votavam em Julieta, com voto personalizado, qual seja, um voto na pessoa e não no partido.

O movimento crescente do PT continua e as eleições de 1996 têm um significado importante para a história do PT em São Carlos, uma vez que, pela primeira vez na história da cidade um candidato do PT para prefeito obteve uma votação expressiva: a candidata

Silvana Donatti teve 12.494 votos, o equivalente a quase 14% dos votos válidos. Além disso, o partido já consegue eleger dois vereadores, novamente Julieta Lui e Luiz Antônio Navarro Magalhães, o que rompe com aquela ideia de único vereador na Câmara e meramente como denunciador. A simpatia pelo partido nitidamente aumentava e parecia cada vez mais, pelas campanhas feitas por ele nas ruas e nos vários bairros visitados, principalmente da periferia, ter deixado de ser visto como um partido da Universidade, e sim como um partido da cidade, com propostas para o rompimento das elites no poder e da instauração de um governo da participação popular.

Apesar disso o clima político e as expectativas na cidade às vésperas das eleições de 2000, basicamente, foram as mesmas, a de que novamente "aqueles velhos representantes" das tradicionais elites seriam vitoriosos. Todas as pesquisas apontavam para a vitória de Dagnone de Melo.

Entretanto, nestas eleições o PT sãocarlense, coligado ao PC do B, apostou em um candidato a prefeito com um nome de inserção nacional dentro do PT, candidato a vice na campanha de Marta Suplicy para governadora do Estado em 1998 embora historicamente pouco conhecido na sua relação com o partido em São Carlos, professor da Universidade Federal de São Carlos, seu ex-reitor e presidente do diretório municipal do partido na época, ligado aos sindicatos dos docentes e à "Articulação – unidade na luta", campo majoritário do PT nesta cidade já neste momento e em todo o período em que o PT se manteve no poder municipal.

O nome mais cotado inicialmente era o de Silvana Donatti, mas Newton foi o candidato escolhido porque além de sua inserção na política nacional, havia uma estratégia do PT de aumentar o número de vereadores na Câmara, considerando a candidata Silvana para o Legislativo, com a certeza de sua vitória. Desta maneira seriam três vereadores: Julieta Lui e Lineu Navarro, como nomes já certos e a partir desta estratégia, Silvana. Ao final além destes três nomes conseguiu eleger ainda um quarto, o de Geria Maria Montanari Franco.

O próprio partido como um todo, naquele momento, por sua trajetória nacional e municipal já tinha uma maior inserção na cidade, principalmente, depois de 1996, tal como relatado. Além disso, o PT fez uma campanha maciça na cidade em que seus militantes foram a vários bairros da cidade, principalmente, os mais periféricos, em uma campanha baseada na experiência adotada na cidade de Ribeirão Preto/SP "O PT fala com você". Nela foram visitadas cerca de 30.000 casas na primeira etapa da campanha, entre abril e julho de 2000, em que os militantes faziam uma campanha institucional, ou seja, não de divulgação do candidato, mas sim do partido, ouvindo dos moradores quais eram os problemas do seu bairro, da cidade, quais as propostas de resolução destes problemas e se votariam em um candidato do PT. Entre julho e outubro, já em período de campanha eleitoral, as visitas aos bairros continuaram e ao final do período, cerca de 60000 casas da periferia que agora eram visitados pelos militantes acompanhados de Newton. O candidato à prefeitura de São Carlos pelo PT se dirigia à população com o discurso de que seu programa de governo seria construído a partir das sugestões da população. Por isso afirmava que não iria prometer nada, pois simplesmente procuraria governar com a população – esse era o eixo da campanha nestas visitas, nas rádios, jornais e TV, onde se fazia a campanha.

A proposta do partido tirada em Convenção Municipal do Partido dos Trabalhadores, que reafirmou a tendência mais de centro-esquerda do PT em São Carlos, ligada à Articulação, ainda em campanha, era de um Governo Participativo. A partir desta proposta mais geral, o programa do governo participativo propunha uma série de eixos de atuação que deveriam ser implementados tão logo se ocupasse o governo, entre os quais já havia a ideia da instituição

do Orçamento Participativo (OP)[26]. De acordo, com material de divulgação do próprio PT à época, os objetivos do OP eram:

> [...] democratizar o processo decisório da aplicação dos recursos dos impostos, gerando distribuição de renda pública e contribuindo para a socialização da política; prestar contas dos recursos arrecadados e gastos pela prefeitura; reforçar a cidadania proporcionando uma participação direta nas escolhas de prioridades para o município; e permitir ao cidadão a formação de uma opinião independente. No Orçamento Participativo, a população tem o direito de opinar e decidir sobre como vai ser empregado o dinheiro dos investimentos públicos" (PT SÃO CARLOS, 2000).

Newton vence as eleições municipais por uma diferença mínima de 128 votos, o equivalente a 0,13% do total de votos válidos, além dos quatro vereadores eleitos, o que surpreendeu a todos, inclusive os próprios militantes e simpatizantes que literalmente choraram emocionados na festa da vitória. A avaliação que se faz é que os dois candidatos, Melo e Altomani, líderes nas pesquisas ficaram se digladiando durante a campanha com ofensas pesadas veiculadas em rádios e TV, o que maculou a imagem de ambos abrindo espaço para Newton que representava algo de novo para a cidade.

Apesar de todas as limitações que distanciam a prática e o discurso do PT, em São Carlos pode-se afirmar que este partido alterou a dinâmica do poder. O PT mudou a forma de se fazer política na cidade, coibiu as relações fisiológicas e a corrupção e por suas constantes iniciativas de prestação de contas à população, principalmente, por ocasião das reuniões do OP, caracterizou-se por uma gestão de governo transparente. Na Câmara mudou o comportamento de outros vereadores. Como diria um dos petistas entrevistados: "Quebramos de certa forma um fio das marionetes daqui de São Carlos e rompemos com um esquema corrupto dos outros governos anteriores." Além disso, por meio deste projeto incorporou a participação popular e apesar de possíveis desvios em relação a esta implantação fez algo inédito na cidade, possibilitando o contato direto entre governo e população na decisão do gasto do dinheiro público, que bem ou mal foi decidido em conjunto. O OP levou as pessoas à participação de suas reuniões, qualificou esta participação, senão em números mais abrangentes, em números mais modestos mas com o intuito de fomentar processos futuros, à medida em que, ao final das contas, de um modo ou de outro o OP estimulou as pessoas ao interesse pela política.

Ainda que possa se falar de todos estes aspectos positivos, há uma série de aspectos na política de São Carlos que, para além do projeto do Orçamento Participativo e mesmo dentro dele, colocam em questão a efetividade das mudanças ou pelo menos a superação da tradição de uma cidade politicamente conservadora. Mesmo que resultados eleitorais renovadores em relação à política tradicional e mais à esquerda apontem para possibilidades neste sentido, além de mudanças, ainda que tímidas, na cultura política local (LAISNER, 2000) em função de projetos inovadores no município ou mesmo por fatores mais amplos de democratização no país, também levem a uma expectativa de análise de mudança, ainda se colocam vários padrões de comportamento na cidade que se dirigem a uma visão muitas vezes mais pessimista de sua mudança.

No que se refere especificamente ao OP, tal projeto bem ou mal aproximou o prefeito e sua equipe da população, alterou o papel dos vereadores na cidade e pôde eleger novos representantes

[26] As demais ações sugeridas no plano de governo do então candidato petista em relação à questão da participação eram: escolha democrática de dirigentes cuja a função for de natureza, para além da técnica, também política (diretores de escola por exemplo); envolvimento da comunidade na escolha dos agentes comunitários de saúde, revitalização, reformulação e criação de conselhos municipais, criação e implementação de ouvidorias dos serviços públicos, como um mecanismo para o cidadão apresentar reclamações e sugestões para a Administração Municipal, gestão democrática e transparente das entidades públicas e das que recebem subvenção pública, rede integrada de serviços urbanos e modernização administrativa.

para um outro formato de projeto político na cidade, que com todos os seus problemas qualificam mais pessoas ao mandato do interesse público, embora outros interesses também possam orientá-los, não tão nobres. Mas o Orçamento Participativo é um dos projetos, embora como reconhece Avritzer (2003), um relevante projeto que "consiste na prática de gestão democrática ao nível local mais inovadora no período pós autoritário". Mas ainda um processo novo e que precisa continuar sendo avaliado para que as conclusões sejam mais precisas. E ademais, precisa ser pensado em articulação com outros formatos tradicionais da representação democrática e também com novos recursos advindos da conquista com a "Constituição Cidadã" e o processo de democratização no país, como os conselhos, iniciativas e consultas populares, etc.

Há muito ainda para se analisar em termos nacionais e também em termos locais. Portanto, apesar dessa nova dinâmica surgida em São Carlos a partir dos anos de 1970, fica evidente que mesmo com o surgimento de novos nomes na política, mudanças no exercício do poder e mesmo com o surgimento de algumas organizações e associações populares não houve uma mudança significativa no poder local e muito menos um processo intenso de articulação das forças populares, que certamente ajudaria na composição desta mudança. Estas considerações tornam procedente afirmar-se que ainda na sociedade brasileira persiste um modelo de compreensão da política extremamente elitista, autoritário e excludente. Por certo tal modelo, legado por uma pesada herança autoritária, se manifesta em diversas práticas e representações disseminadas por toda a sociedade brasileira. Isso não nos autoriza afirmar, porém, que estas são as únicas formas de se fazer e de pensar a política. Certamente que não. E no quadro da experiência brasileira, e, em particular de São Carlos aqui estudada, tal realidade não é diferente, encenando-se também outras práticas e representações.

Estas considerações tornam procedente afirmar-se que na sociedade brasileira persiste um modelo de compreensão da política extremamente elitista, autoritário e excludente. Por certo tal modelo, legado por uma pesada herança autoritária, se manifesta em diversas práticas e representações disseminadas por toda a sociedade brasileira. Isso não nos autoriza afirmar, porém, que estas são as únicas formas de se fazer e de pensar a política. No quadro da experiência brasileira, na qual a política parece se apresentar ao revés do que em princípio deveria representar nos parâmetros de uma democracia, encenam-se também outras práticas e representações.

Referências

AGUIAR, M. M. As Organizações Negras em São Carlos: Política e Identidade Cultural, Relatório de qualificação/UFSCar, 1997.

AVRITZER, L. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander. (orgs.) A Inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

_____.; NAVARRO, Zander; (orgs.). A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

CASTELLS, M. Crisis Urbana y cambio social. Madrid: Siglo Veintiuno, 1981.

COSTA, C. S. Os imigrantes e seus Descendentes no Poder Local – o caso de São Carlos. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2001.

DANIEL, C. Poder local no Brasil Urbano. Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano VIII, nº 24, p. 26-39, 1988.

DEÁK, C. Preliminares para uma política urbana. Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano VIII, nº 24, p. 7-13, 1988.

DEVESCOVI, R. de C. B. Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea. UFSCar, 1987.

FELDMAN-BIANCO, Bela. História e Poder Local. In ARANTES, A.A., (org.)

Produzindo o passado: estratégias de construção de patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense/Secretaria do Estado de Cultura, p.125-147, 1984.

GOULART, J. O Poder local e novas experiências democráticas. Tese de Doutorado. São Paulo: DCP/FFLCH/USP, 2002.

GRANJA, R. H. A questão sindical a partir da perspectiva da experiência político-cultural. Os Metalúrgicos em São Carlos. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais. UFSCar, 2005.

KERBAUY, M. T. M. A morte dos coronéis: política interiorana e poder local. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

_____. Poder Político Local: do coronelismo ao populismo (um estudo de caso: São Carlos). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1979.

LAISNER. R. Poder Local e experiências Participativas: a implantação do Orçamento Participativo em São Carlos e Piracicabas (SP) em uma perspectiva comparada. Tese de Doutorado. FFLCH. USP, São Paulo, 2005.

_____. Visões da política e o caminho da participação: representações e práticas de moradores da periferia de São Carlos. Revista Teoria e Pesquisa. DCSo/UFSCAr, nº 32-35, Janeiro-Dezembro, p.133-155, 2000.

_____. et al.Dossiê: Os Movimentos sociais e a construção democrática. sociedade civil, esfera pública e gestão participativa. Idéias, v.5, n.2/v.6, n.1, p.7-122, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1999.

LAMONIER, Bolívar. Representação Política: a importância de certos formalismos. In LAMOUNIER, Bolivar; WEFFORT, Francisco Correa; BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita.(Orgs.) Direito, cidadania e participação. São Paulo: T.A. Queiroz, p. 230-257, 1981

_____.B. KINZO,M.D.G. Partidos Políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978. BIB Ciências sociais, 5, p.11-32, 1978.

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto. - O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LEITE, K. C. Partidos e organizações políticas no município de São Carlos. Revista Teoria e Pesquisa. DCSo/UFSCAr, nº 32-35, p. 49-63, Janeiro-Dezembro, 2000.

OLIVEIRA, A. C. de J. Participação popular e clientelismo em São Carlos. Dissertação de mestrado. São Paulo: DCP/UNESP, 1998.

PARTIDO DOS TRABALHADORES DE SÃO CARLOS. Plano de governo. 2000.

PEDROSO NETO, A. J. Classe Proletária e Participação Política de 1945 a 1964. Monografia de Graduação – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: 1995.

RODRIGUES, J. A. Pesquisa Padrão de vida, família e socialização em cidades médias paulistas. NPD/DCSo/UFSCar, 1983.

ROMA, C. R. Política e Ideologia do PSDB: a organização partidária em São Carlos entre 1988 e 1996. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1996.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEADE. Informações Eleitorais. Fundação SEADE. Disponível em: < http://www.seade.gov.br/produtos/eleicoes/>. Acesso em 19 de julho de 2013.

ZANARDI, F. E. Partidos e Organizações Políticas no Município de São Carlos - 1930/1945. Relatório final CNPq/PIBIC, 1995.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ESTADO E REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS CANAVIAIS DO BRASIL

Maria Aparecida de Moraes Silva
Marilda Aparecida Menezes
Jadir Damião Ribeiro

O objetivo deste texto é analisar as condições de trabalho nos canaviais do estado de São Paulo, caracterizado pela intensificação do processo de mecanização do corte de cana, sob a ótica do papel desempenhado pelo Estado no sentido de garantir os padrões de acumulação dos capitais nacionais e internacionais aplicados neste setor da economia. Muitos autores têm defendido a tese de que no Brasil, no contexto atual da mundialização do capital, vem ocorrendo o processo de *reprimarização* da economia por meio da produção em larga escala de produtos agrícolas destinados à exportação, tais como, minério de ferro, açúcar, soja carnes, dentre outros. No que tange à regulamentação das relações de trabalho, tem sido observada a tendência de aplicar as normas internacionais caracterizadas pelas representações tripartites, ou seja, por meio da participação do estado, dos representantes do patronato e dos trabalhadores. Nesse sentido, destaca-se o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Boas Condições de Trabalho na Cana de Açúcar, firmado em 2009. Das 300 usinas do país, 250 assinaram o Acordo e 169 receberam o Selo de "Empresa Compromissada" em 2012. Este arranjo institucional visa, sobretudo, à consolidação da ideologia, segundo a qual o etanol, extraído da cana, será a solução para os problemas ambientais do planeta, na medida em que seu uso permitirá a diminuição de gases poluentes na atmosfera, responsáveis pelo efeito estufa, garantindo, assim, a segurança energética. A análise dos principais pontos deste arranjo institucional, vis-à-vis os objetivos de escamotear os conflitos de classe e camuflar os altos índices de exploração da força de trabalho, revelará também os seus limites, quer seja, por meio do processo de resistência dos trabalhadores, quer seja, por meio da ação da Promotoria Pública, voltada para garantir os direitos trabalhistas. Desta sorte, objetiva-se à análise neste artigo dos desdobramentos deste arranjo institucional à luz do da ação pública da Promotoria revogando a premiação Selo de Responsabilidade "Empresa Compromissada" concedida pela Secretaria Geral da Presidência da República a várias empresas sucroalcooleiras do país.

O contexto geral da produção canavieira

Antes de adentrarmos o tema proposto, teceremos algumas considerações sobre a produção canavieira nas últimas décadas com o intuito de fornecer aos leitores maiores subsídios às ideias defendidas neste artigo. O Brasil, nas últimas décadas, tem-se projetado no cenário mundial como potência emergente ou ainda como o "novo gigante da América"[1]. Em grande medida, essa projeção deve-se à exportação de produtos primários – café, açúcar, milho, soja, carnes, celulose, ferro, etanol, além de outros minerais, tais como: bauxita, manganês, cromo, zinco, cobre, chumbo, níquel, tungstênio, ouro, diamante etc. Deste conjunto, vale a pena destacar o etanol, derivado da cana-de-açúcar, como sendo o produto mais indicado para substituir os combustíveis fósseis, responsáveis por boa parte dos danos ambientais na atualidade[2]. Para tanto, nas duas últimas décadas, vimos assistindo ao incremento gigantesco das plantações de cana-de-açúcar e também ao esforço da construção de uma nova ideologia do etanol[3], por parte dos empresários e do Estado com a participação dos representantes dos trabalhadores. Essa produção enquadra-se no novo contexto da economia globalizada, caracterizada pela reestruturação produtiva, flexibilidade das relações de trabalho, migrações, concentração da terra e dos capitais, degradação do meio ambiente, domínio crescente de empresas estrangeiras. Tais aspectos fazem parte da lógica do processo de acumulação capitalista contemporâneo, por meio da constituição dos chamados sistemas agroalimentares. Bonano; Cavalcanti (2011) demonstram como a ação do Estado na regulação ou flexibilização dos mercados e das relações de trabalho tem sido uma marca dos sistemas agroalimentares na era da globalização:

> As nações-Estado se abriram e desregulamentaram seus mercados, reduziram e reorganizaram seus sistemas de bem-estar social, abandonaram medidas em favor dos trabalhadores e aumentaram o apoio aos interesses corporativos e as classes superiores. Assim, o status da nação-estado na era da globalização resulta tanto do impacto das forças globais quanto de sua transformação interna. A Nação-estado e suas contrapartes regionais, como forças motoras da regulação e controle das consequências indesejáveis do capitalismo, contribuem ativamente para a eliminação das regras e regulamentos que dificultam a mobilidade livre do capital. (des) regulação). Elas arquitetaram a abertura de suas economias e a criação de condições favoráveis aos interesses corporativos, mas que são, frequentemente, adversas ao trabalho, comunidades e bem-estar ambiental (re)-regulação (p.19). (Tradução livre de Marilda A. Menezes).

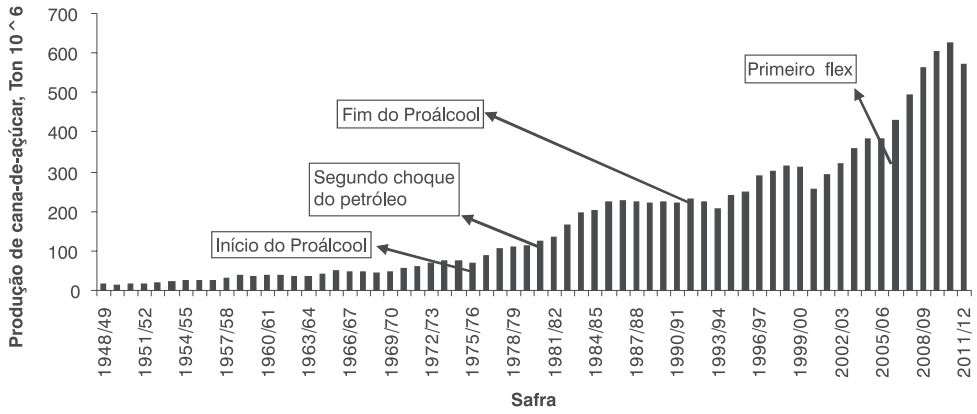
[1] A imagem de gigante, presente no hino nacional brasileiro, é retomada no título, Le Brésil émergent, un géant du XXIe siècle? Por Axelle Degans, publicada na Révue géopolitique, 21/04/2012.
"Pays des cycles économiques, le Brésil faisait figure, il y a peu encore, de grand pays du Tiers Monde. Ce géant latino-américain passe du "jaguar" au "grand émergent" et incarne peut-être même l'avenir du monde dans des domaines stratégiques. Cette émergence contribue au basculement du monde, les lignes bougent en sa faveur". http://www.diploweb.com/Le-Bresil-emergent-un-geant-du.html. Acesso em 18/01/2013.

[2] Vários centros de pesquisa do país, situados em universidades públicas, ou em instituições privadas, têm contribuído para a produção de novas variedades de cana visando ao aumento do teor de sacarose e também ao aproveitamento da palha de cana para gerar energia, o chamado etanol de segunda geração, que permite elevar em até 50% a produção de álcool numa mesma área plantada com cana. Fola de S. Paulo, Mercado B, 03 de fevereiro de 2013, p. 1, 3. Quanto aos centros, Além dos CTCs (Centros Tecnológicos Canavieiros), há a RIDESA (Rede Interinstitucional de Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro), que congrega 10 universidades federais, cujas pesquisas estão voltadas para a melhoria genética da cana, além de outras descobertas. Ver a respeito: http://www.genetica.esalq.usp.br/25temas-sbmp/palestras/2008-10.pdf

[3] A construção da ideologia carregada de elementos simbólicos foi analisada por BURKE (2009), referenciando-se à fabricação da imagem do poder absoluto do rei Luiz XIV. Em artigo recente, BRUNO (2012) utiliza essa noção para analisar o *habitus* das elites agrárias do Brasil por meio da propaganda midiática SOU AGRO. A "fabricação dessa imagem" está presente na letra do samba-enredo da campeã do carnaval do Rio de Janeiro de 2013, Vila Izabel, patrocinada pela BASF, uma das maiores vendedoras de agrotóxicos no Brasil. A homenagem aos agricultores (familiares?) é sem dúvida uma forma de confundir e dissimular a maneira de produzir das grandes empresas do *agribusiness*. A imagem simbiótica do samba-agricultura é mais uma empreitada das elites para assegurar suas vendas no exterior, além de cooptar um dos traços mais importantes da cultura popular.

Atualmente, o Brasil constitui-se no maior exportador de açúcar do mundo e o maior produtor de etanol, proveniente da cana[4]. Esta produção destina-se também ao mercado interno. No que se refere à produção do etanol, o Gráfico 1 mostra a evolução, segundo os arranjos institucionais – início do Pró-Álcool em 1975, bem como seu término em 1991, e a produção de automóveis, cujos motores bicombustíveis – flex/fuel – com tecnologia brasileira, contribuíram para alavancar a produção sucroenérgica no país. O estado de São Paulo concentra a maior produção do país. Os Mapas 1 e 2 mostram as regiões de maior concentração dessa cultura no Brasil e no estado de São Paulo, respectivamente.

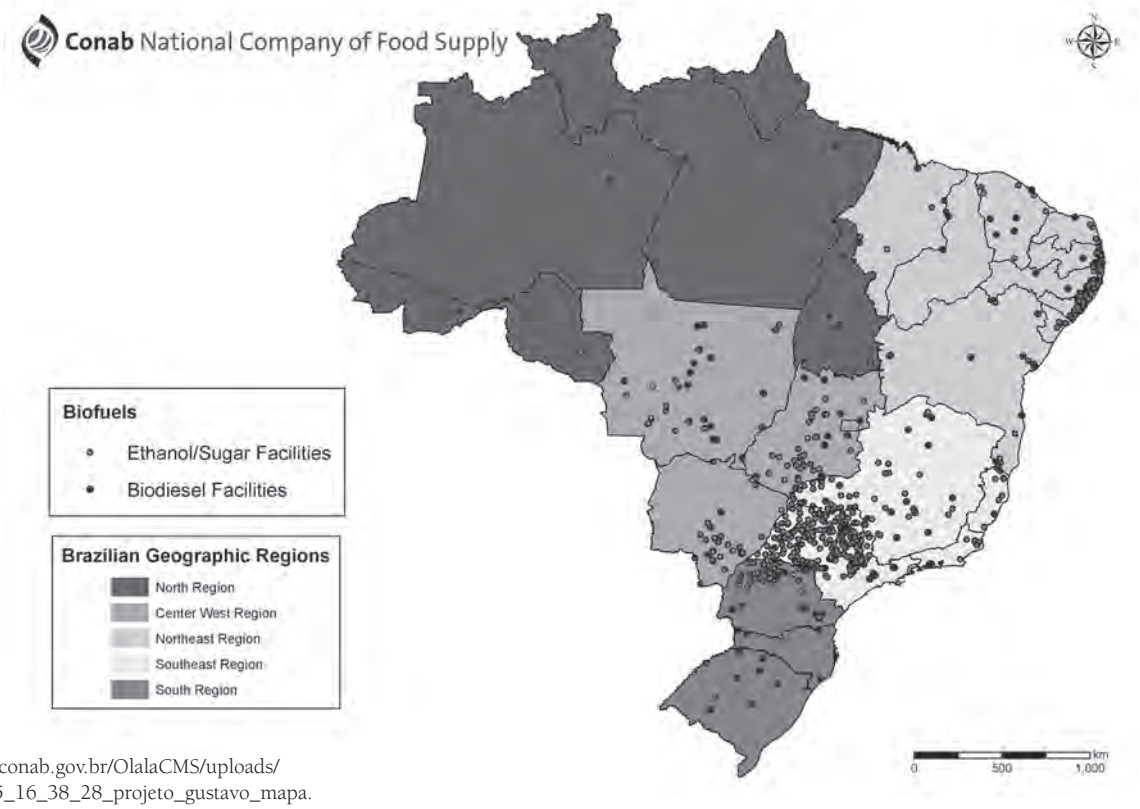
GRÁFICO 1. Produção de cana-de-açúcar (em tonelada). 1948-2012



Fonte: Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA) da Universidade Estadual de Santa Cruz; SPAE; MAPA; União da Indústria de cana-de-açúcar (Unica) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e União dos Produtores de Bioenergia (UDOP). Os dados a respeito das safras de 2010/2011 e 2011/2012 (estimativas) são da Companhia Nacional de abastecimento (CONAB). Apud: SCHUTTE (2012).

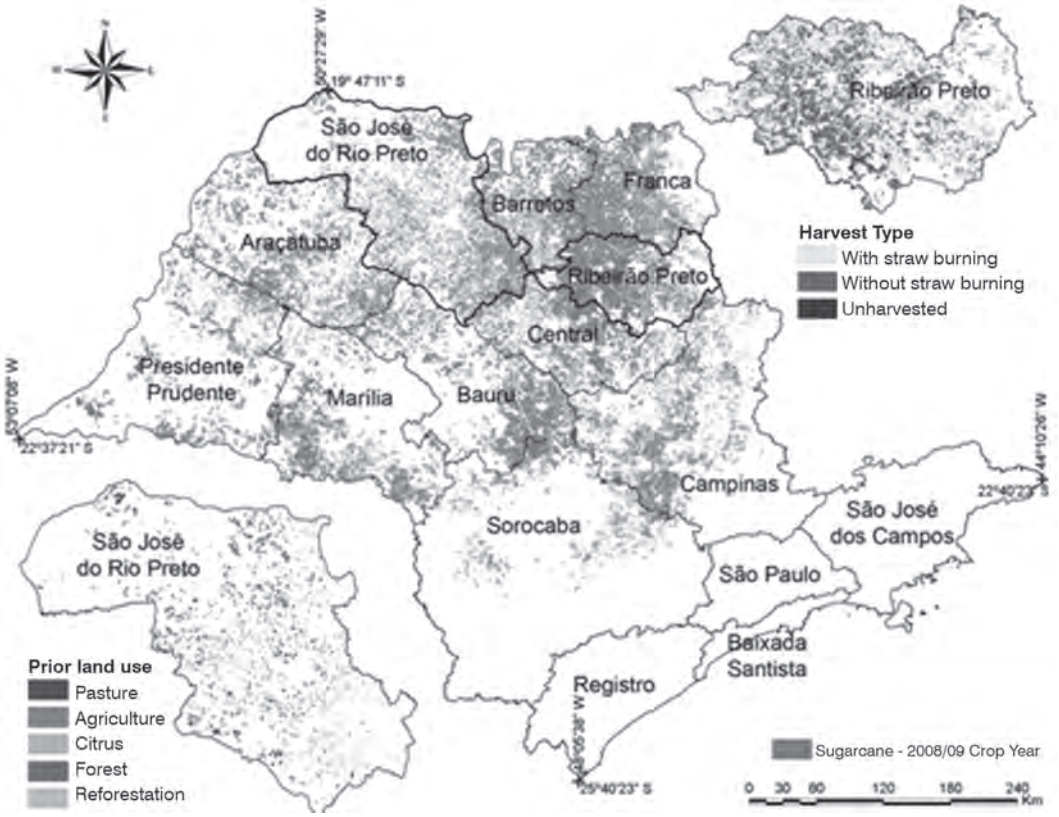
[4] Em 1997, foram exportadas 3.844.224 toneladas de açúcar. Dez anos depois, em 2007, este montante passou para 12.223.221, havendo um acréscimo de quase quatro vezes. Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola), 2009. Segundo dados do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) em 2012, houve acréscimo de 57,5% da quantidade de etanol exportada, passando de 1,57 para 2,48 milhões de toneladas. No que tange à produção, na safra de 2005-2006, foram 15.808.184.000 de litros e em 2010-2011, este montante subiu para 25.780.404.000, portanto, havendo um acréscimo de quase 70%, num período de apenas cinco anos. Quanto à produtividade, segundo dados da ÚNICA (União da Indústria Canavieira), em 1976, era necessária uma tonelada de cana para produzir 45 litros de álcool. Em 2004, esse montante passa para 75 litros, havendo um aumento de 64%. www.unica.com.br. Acesso em 30/11/2012.

MAPA 1. Expansão das áreas de cana no Brasil



Fonte: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_04_05_16_38_28_projeto_gustavo_mapa.png. Acesso em 31/01/2013.

MAPA 2. Expansão das áreas canavieiras no Estado de São Paulo, 2010



Fonte: Disponível em: http://www.ecodebate.com.br/2010/04/29/estudo-feito-no-inpe-indica-expansao-da-cana-de-acucar-no-estado-de-sao-paulo/. Acesso em 13/06/2013.

Segundo este mapa, pode-se observar que há uma progressiva tomada das terras pela cana partindo da região nordeste para o norte, centro e oeste do estado.

Por outro lado, as discussões ambientais em torno do aquecimento global e os efeitos dos Gases de Efeito (GEE´s) fortaleceram não apenas a justificativa da produção do etanol, como também a construção da ideologia, ou da "fabricação da imagem" da energia limpa e, por consequência, capaz de salvar o planeta dos malefícios dos combustíveis fósseis.

Durante os dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a diplomacia brasileira incluiu em sua agenda uma matriz discursiva em favor do etanol em todas as viagens do presidente ao exterior e em todos os contatos com visitantes estrangeiros. Entre 2004-2008, elenca 22 acordos de cooperação, todos eles protocolos de intenções ou memorandos de entendimento, sendo que somente quatros desses foram assinados no Brasil (JHONSON, 2010, p. 58. Apud SCHUTTE, 2012, p.6). Os objetivos desse discurso eram, além de vender o etanol, estender sua produção a outros países da América Latina e da África, visando à transformação do produto em *commodity*.

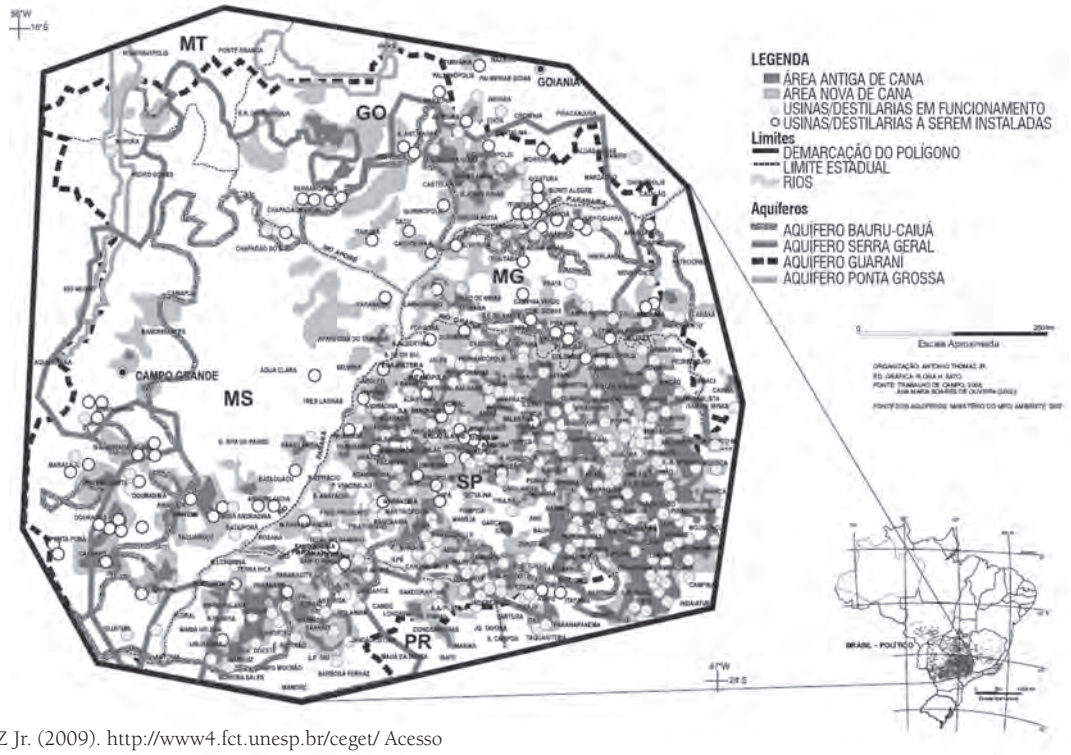
Embora essa expansão tenha sido já analisada em outros trabalhos (SILVA, MARTINS, 2010), vale a pena, ainda, tecer alguns comentários acerca da apropriação dos recursos naturais – terra, águas superficiais e subterrâneas – além dos danos ambientais e sociais. O Mapa 3 revela o polígono denominado pelo autor do hidroagronegócio da cultura canavieira no Brasil.

Observa-se que a figura retrata a superposição de dois mapas. A maior concentração das usinas do país acha-se na região centro-sul, compreendida pelos estados de São Paulo, norte do Paraná, Sul de Mato Grosso do Sul, sul de Minas Gerais e sul de Goiás. Esta região está "sobre" as águas dos principais aquíferos de água doce do mundo e ao lado de grandes bacias hidrográficas. Portanto, o avanço das plantações decorre da territorialização dos capitais em busca de melhores condições naturais para a produção, traduzidas pela apropriação da renda fundiária de localização e fertilidade. Segundo estudos de especialistas, no processamento industrial, para cada litro de etanol são necessários 12 litros de água, o que justifica o processo de territorialização da maior parte das usinas do país[5], tal como demonstra o mapa 2, elaborado pela CONAB.

No tocante à área cultivada com cana-de-açúcar a região Centro-Sul aumentou um registro a cada ano. Da safra 2005/06 à safra 2008/09 o crescimento foi de 54,5%, atingindo 7,16 milhões de ha. Desse total, 6,58 milhões de ha estavam disponíveis para colheita na safra 2008/09, um crescimento de 2,4 milhões de ha em relação à safra 2005/06. O estado de São Paulo é o maior produtor de cana-de-açúcar do país e concentrou 67,6% da área total disponível para colheita na região Centro-Sul na safra 2008/09. Os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais registraram os maiores crescimentos na área disponível para colheita. Entre as safras 2005/06 e 2008/09 eles cresceram: 126,2%, 99,9% e 99,2%, respectivamente. Por outro lado, o estado do Mato Grosso registrou o menor crescimento: 21,4%. Em 2011, as estimativas da área de cana em São Paulo, segundo o IEA (Instituto de Economia Agrícola), ultrapassaram os seis milhões de hectares, registrando um aumento em relação a 2010 de 3,1%. A produção ultrapassou a casa dos 420 milhões de toneladas e a produtividade passou de 77.050 kg/ha para 79.806 no mesmo período.

[5] Em algumas regiões do Brasil, fora do estado de São Paulo, para a cana brotar adequadamente é necessária à irrigação conhecida como "salvamento". Nestes casos, a quantidade de água captada é maior. A cana precisa em seu ciclo de maturação, em média, 1500 mm de água, isto é, 1500 litros de chuvas por m2, ou 15.000.000 litros por hectare e cada hectare produz, em média, 100 toneladas de cana, ou seja, são necessários 150 mil litros de água por tonelada (Informações fornecidas por José Mário Ferreira Andrade, engenheiro agrônomo da CETESB).(ANDRADE, 2009).

MAPA 3. Polígono do hidroagronegócio – Brasil (2008)



Elaborado por THOMAZ Jr. (2009). http://www4.fct.unesp.br/ceget/ Acesso em 06/06/2009.

Essa gigantesca expansão da cultura canavieira tem sido feita em áreas de pastagens, de alimentos[6] ou, ainda, em áreas de reservas naturais, ou reservas destinadas aos povos indígenas. Portanto, não se trata do avanço em áreas degradadas – tal como mostra o discurso empresarial –. As formas de ocupação são por meio do arrendamento (pelo qual os proprietários recebem em dinheiro pelo aluguel da terra)[7], pelo sistema de parceria (pelo qual o proprietário da terra cede o uso do imóvel com a participação nos lucros e prejuízos da atividade), pela compra[8] ou ainda pela invasão de terras indígenas, tal como ocorre no sul de Mato Grosso do Sul, com o povo Guarani kaiowá[9], configurando-se, assim o que Harvey (2010) denomina de acumulação por espoliação, conceito redefinido a partir das reflexões marxianas sobre a acumulação primitiva. O autor mostra, tal como Rosa Luxemburgo (1967), que esse processo não ocorre apenas na fase que antecede ao capitalismo, porém, dele fazendo parte em todas as épocas e fases históricas.

[6] Segundo o IEA (Instituto de Economia Agrícola), os dados para o estado de São Paulo apontam para a diminuição das áreas de 32 produtos agrícolas, dentre eles: arroz (10%), feijão (13%), milho (11%), batata (14%), mandioca (3%), algodão (40%), tomate (12%), sem contar a redução de mais de 1milhão de bovinos e a queda da produção de leite, no período de 2006 a 2007. Na safra 2008-2009, segundo informações do MAPA (Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento), no estado de São Paulo, a cana incorporou 194.000 ha de áreas de milho, soja, café, laranja, pastagens e outros produtos. Para a região centro-sul, esse montante de incorporação foi de 414.605 há e para a região nordeste foi de 33.830 ha. Para o conjunto do país, foram 448.443 ha. http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar

[7] Ver a respeito: Silva (2006). *Senhores da terra. Donos do mundo*, Vídeo (20'), acerca do arrendamento de uma fazenda com 1milhão de cafeeiros que foram arrancados por máquinas para ceder à plantação de cana. Todas as benfeitorias dessa fazenda, situada no município de Batatais/SP, incluindo a sede, além de casas de colonos, foram destruídas pelas máquinas. Essa prática tem contribuído para a destruição do patrimônio arquitetônico das antigas fazendas cafeeiras do estado de São Paulo.

[8] A Compra de terras tem sido realizada por grandes empresas. A Raízen, resultante da COSAN e Shell, maior produtora de cana-de-açúcar do país, possui a empresa subsidiária – Radar Propriedades Agrícolas- responsável – encarregada dessa função, mormente nas áreas novas de expansão canavieira.

[9] A violência praticada contra os indígenas foi objeto de muitas manifestações e reportagens nos meios de comunicação do país. Ver a respeito: http://reporterbrasil.org.br/2012/10/estudo-denuncia-producao-de-soja-e-cana-em-terras-dos-guarani-kaiowa/, Acesso em 18/01/2013. Para maiores informações sobre a apropriação de terras e exploração do trabalho dos índios pelas usinas em Mato Grosso do Sul, consultar: XAVIER et al. (2012), p. 37-49.

Nos últimos anos tem havido o processo de internacionalização das empresas neste setor da economia, atraídas, cada vez mais, pelas vantagens comparativas, advindas da apropriação da renda diferencial da terra, da superexploração da força de trabalho e dos subsídios estatais. Há uma crescente participação de capitais estrangeiros na compra de terras e de usinas (OLIVEIRA, 2012). Do ano 2000 para 2010, a participação estrangeira nas indústrias de cana cresceu 20%. De acordo com o grupo KPMG Corporate Finance, do ano 2000 para 2009, ocorreram 99 fusões e aquisições de usinas no Brasil. Em outubro de 2009, a empresa francesa Louis Dreyfus Commodities anunciou a compra de cinco usinas da Santelisa Vale de Ribeirão Preto. A fusão criou o grupo LDC-SEV Bionergia, tornando-se o segundo maior produtor mundial de açúcar e álcool, ficando o primeiro lugar com o Grupo Cosan que recentemente se uniu à Shell, criando a joint venture Raízen[10]. O grupo LDC-SEV tem participação acionária de grandes famílias de usineiros paulistas, Biaggi e Junqueira, além do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Banco Sachs. Além da fusão entre os capitais investidos na produção canavieira, há a participação de empresas petroleiras (Petrobras, Shell, British Petroleum), automotivas, biotecnologia, mineração, infraestrutura e fundos de investimento. Em 2010 foi anunciada a fusão da ETH Bionergia, do Grupo Oldebrecht, com a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco), visando a produção de três bilhões de litros de etanol por ano.

A participação das empresas estrangeiras também ocorre na produção de novas tecnologias, como a do etanol de segunda geração. É o caso da Raízen, que opera uma unidade de demonstração no Canadá em parceria com a Iogen, empresa de tecnologia na qual detém participação. A empresa ETH, do grupo Oldebrecht, possui parceria com a dinamarquesa Inbicon, que produz etanol a partir da palha de trigo na Europa. A Petrobrás possui investimentos para gerar sua própria tecnologia no etanol de segunda geração[11].

Historicamente no Brasil as usinas de cana dependeram de diversas formas de subsídios estatais; Xavier et al. (2012):

> Durante os oito anos do governo Lula (2003 a 2011), os usineiros obtiveram R$ 28,2 bilhões em empréstimos do BNDES (Banco Econômico do desenvolvimento Econômico e Social) (...) O montante dos empréstimos é maior do que o fornecido a outros setores da economia como as indústrias de papel, celulose e extrativas juntas (R$ 3, 1 bilhões), mecânica (R$ 5,3 bilhões), metalurgia (R$ 4,9 bilhões) e têxtil e vestuário (R$ 2,1bilhões) (p.20).

Ademais destes subsídios diretos, há os indiretos, como por exemplo, a obrigatoriedade de acréscimo de etanol à gasolina, sem contar que para efetuar tais empréstimos, o Estado capta dinheiro em forma de dívida, gerando a dívida pública[12], outra fonte de enriquecimento das empresas e motor do processo de acumulação capitalista, segundo Harvey (2010). Ramos (2011) afirma que em 2009, o montante dessa dívida chegou a R$ 40 bilhões!

[10] Para um estudo aprofundado sobre a criação da Raízen, consultar: XAVIER et al. (2012).

[11] Três fábricas produzirão o etanol de segunda geração a partir de 2014, com aportes em torno de R$ 630 milhões. Folha de S. Paulo, Mercado, 03 de fevereiro de 2013, p. 3.

[12] O endividamento do setor sucroalcooleiro será de R$ 56 bilhões ao final da safra 2013/2014, conforme levantamento do Itaú BBA. A dívida deve crescer R$ 4 bilhões em relação aos valores da safra anterior (R$ 52 bilhões) e se aproximar do faturamento das usinas do Centro-Sul, estimado em cerca de R$ 60 bilhões. Das 330 usinas de açúcar e etanol da Região Centro-Sul do Brasil, 60 deverão fechar as portas ou mudar de dono nos próximos dois a três anos, de acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). A entidade tem confirmação de que pelo menos dez deixarão de processar a safra 2013/2014, por dificuldades financeiras. Estado de São Paulo, 18/02/2013. http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,crise-leva-quase-20-das-usinas-de-cana-do-centro-sul-a-fechar-ou-mudar-de-dono-,998219,0.htm Acesso em 18/02/2013.

A cana-de-açúcar, enquanto mercadoria, não possui apenas valor de uso – açúcar e etanol –, como também valor de troca. Trata-se, pois, de uma mercadoria-fetiche, nos termos marxianos, cuja imagem revela os números gigantescos da produção, mas, ao mesmo tempo esconde o processo de degradação socioambiental e as formas de superexploração dos trabalhadores. Para a "fabricação dessa imagem", o papel do Estado, além dos meios de comunicação, tem sido fundamental. No que tange a esses últimos, não faz parte do escopo deste artigo sua análise[13].

Quanto à degradação socioambiental, muitos estudiosos já apontaram os efeitos negativos desse monocultivo (SZMRECSÁNY, 1994; ANDRADE, 2009; THOMAZ Jr, 2009; SILVA, MARTINS, 2010). Além dos males causados pela queimada de cana (BOSSO, 2006; RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, 2010, dentre outros), há aqueles relacionados a outras fases do processo produtivo da cana, sem contar que os milhares de veículos empregados nessa atividade – caminhões, tratores, máquinas colhedeiras, ônibus para o transporte dos trabalhadores etc – são todos movidos à energia derivada dos combustíveis fósseis. Ainda que tenha havido o crescimento da mecanização e a proibição das queimadas a partir de 2017 (no estado de São Paulo)[14], nota-se que essa prática ainda continua, pois, ao queimar a palha da cana, diminui-se em 50% a quantidade de água do caule, resultando em menores custos advindos do transporte e das operações industriais da transformação da cana em açúcar ou etanol. Outra fonte de poluição reporta-se à utilização do resíduo gerado no processo de destilação do etanol – vinhoto ou vinhaça – , como fertilizante. A cada litro de etanol, são produzidos de 10 a 18 litros de vinhoto, espalhados nos canaviais sob o sistema de fertirrigação. Estudos apontam que o poder poluente desse resíduo chega a ser cem vezes maior do que o esgoto doméstico, além dos danos provocados pela alta temperatura ao sair dos destiladores (70 a 80 graus) que, ao ser lançado no solo torna-se prejudicial à fauna, flora, microfauna, além de contaminar as águas subterrâneas, quando utilizado em grandes quantidades e, sobretudo, durante as chuvas. (PLÁCIDO Jr et al., 2007; XAVIER et al., 2012, p. 44). A parte que não é utilizada como fertilizante é depositada diretamente no solo. Em décadas passadas, esse subproduto era lançado nos rios, provocando o desaparecimento de muitas espécies de peixes, sobretudo no estado de São Paulo.

No intuito de desfazer o mito do etanol, como combustível limpo, o estudo de Cardoso et al. (2008) revela que o nitrogênio ativo com atividade química e biológica possui potencial para modificar as propriedades físicas do ambiente ou da biota, pelos seguintes mecanismos: a) arraste pela água de chuva do nitrogênio contido nos adubos; b) ação de microrganismos no solo, transformando parte do adubo em gases; c) produção de nitrogênio ativo por bactérias existentes em raízes de leguminosas que transforma o nitrogênio inerte do ar em nitrogênio ativo; d) formação de gases nitrogenados como produto da combustão de qualquer combustível.

> A cultura da cana-de-açúcar atua direta ou indiretamente nos quatro mecanismos de formação ou dispersão do nitrogênio ativo no ambiente. O processo se inicia quando cerca de 100 kg por ano de fertilizantes nitrogenados são adicionados ao solo por hectare na cana-de-açúcar (p. 11).

As considerações precedentes compõem um dos retatos da produção sucroenergética brasileira e visam a desmistificar a imagem de energia limpa exportada para o mundo globalizado e também para os consumidores internos. Em seguida, propomo-nos a analisar outro retrato

[13] Bruno (2012) possui uma análise instigante sobre a "fabricação da imagem" das elites agrárias brasileiras pelos *media,* tomando como exemplo a campanha SOU AGRO, da qual participam não somente os agraristas como também pessoas comuns e artistas televisos conceituados como Lima Duarte e Geovanna Antonelli.

[14] Em junho de 2007, o governo do estado firmou com a ÚNICA o Protocolo Agroambiental visando o fim das queimadas até o ano de 2014 nas áreas mecanizáveis e 2017 nas não mecanizáveis. Houve a adesão de 127 usinas e 23 associações de fornecedores de cana. Disponível em: http://homologia.ambiente.sp.gov.br/estanolverde/listas.asp. Acesso em 28/03/2010.

referente à regulação das relações de trabalho, a partir das normativas institucionais vigentes, esforçando-nos para trazer à luz alguns exemplos de outros países, sem a pretensão de dar conta de todos os estudos realizados, porém com o intuito de compreender a lógica da atual fase de acumulação capitalista, que, longe de negar o papel do Estado, como defendiam os neoliberais, reforça-o, como parte integrante desse processo.

O processo de regulação das relações de trabalho

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o trabalho decente diz respeito ao trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Para isso haveria a necessidade de respeitar as normas internacionais do trabalho – liberdade sindical, reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição do trabalho infantil-; eliminação de todas as formas de discriminação; promoção do emprego de qualidade; extensão da proteção social; diálogo social[15].

O governo brasileiro discutiu com outros representantes de países do hemisfério americano a promoção do trabalho decente em 11 conferências e reuniões internacionais no período de setembro de 2003 a novembro de 2005. Na resolução final da Assembleia Geral da ONU, adotada em 2005, os chefes de estados e de Governo definiram o trabalho decente como nacional e internacional. Na Declaração de Mar del Plata, os chefes de Estados e de Governo solicitaram a OIT que trate:

> As pessoas e seu trabalho no centro da globalização", com ênfase particular no trabalho decente, e considere ações governamentais e tripartites para fazer cumprir a Declaração e o Plano de Ação de Mar del Plata[16].

Dentre as prioridades da Agenda Nacional, destacam-se as seguintes: fortalecimento dos atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade por meio da cultura do diálogo social fortalecida; promoção de normativas internacionais; criação e consolidação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT), como mecanismo institucionalizado de diálogo social; Compromisso entre o governo brasileiro e a OIT por meio do incentivo do diálogo com as organizações de empregadores e trabalhadores. A partir desta Agenda, deveria ser elaborado um Programa Nacional de Trabalho decente, aí incluindo as normativas sobre monitoramento e avaliação periódicas.

Os desdobramentos dessas normativas internacionais, no que tange às relações de trabalho no *agribusiness* da cana-de-açúcar, podem ser analisados por meio do acordo tripartite (Governo, representantes dos empresários e dos trabalhadores) em 2009, que será objeto de nossa análise doravante.

O compromisso Nacional

No dia 25 de junho de 2009, no palácio do Buriti, em Brasília, foi assinado um pacto de "livre adesão" entre os representantes dos trabalhadores rurais FERAESP e CONTAG e empresas, produtores do etanol e do governo federal, denominado **Compromisso Nacional**

[15] Essas informações e as seguintes foram retiradas do site: Agenda Nacional de Trabalho Decente. Gerar trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais. www.oitbrasil.org.br. Acesso em 15/03/2013.
[16] Agenda Nacional de Trabalho Decente. Gerar trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais, p. 7. www.oitbrasil.org.br. (Acesso em 15/01/2013).

para Aperfeiçoar as Condições do Trabalho na Cana de Açúcar[17]**.** O documento, instituído pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva e coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República objetivava estimular e garantir melhores práticas nas relações de trabalho e defender o denominado "trabalho decente". A Mesa de Diálogo teve o duplo objetivo de propor soluções para tornar mais humano (sic) e seguro o trabalho na cana-de-açúcar e promover a reinserção dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita.

Os principais pontos do referido documento abrangem os seguintes itens:

- Contrato de trabalho - Os trabalhadores serão contratados diretamente pelas empresas, evitando assim, a ação dos intermediários, ou seja, dos chamados "gatos". Mediante esta medida, a remuneração dos trabalhadores não estará mais vinculada ao pagamento dos intermediários, fiscais e responsáveis pelo transporte. Por outro lado, a empresa deverá dispor de mecanismos de aferição da produção, previamente acertados com os representantes dos trabalhadores, devidamente escritos e amplamente divulgados entre os cortadores.
- Transparência da aferição da produção. Dispor de mecanismos de aferição da produção previamente acertados com os representantes a fim de evitar que os trabalhadores sejam lesados, dado que o sistema de pagamento é por produção.
- Saúde e segurança do trabalho - As empresas deverão fornecer gratuitamente os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) aos trabalhadores. Deverá haver empenho para que os mesmos sejam usados durantes s atividades laborais, sobretudo, durante o corte da cana. As empresas deverão implantar a prática da ginástica laboral antes do início da atividade, além de promover campanhas de conscientização acerca da necessidade de reidratação, devendo, para tanto, fornecer gratuitamente o soro hidratante aos cortadores. Deverá haver rigor no exame médico admissional, bem como melhorias de atendimento médico em situações de emergência.
- Trabalhadores migrantes -Os alojamentos dos migrantes deverão seguir os requisitos da NR31. Para estes trabalhadores, caso não retornem aos seus locais de origem após a jornada de trabalho, as empresas deverão solicitar às Gerências Regionais ou Superintendências Regionais do Trabalho a emissão de certidão liberatória, comprovando a sua contratação regular e de retorno aos locais de origem no final da safra. Ademais, as empresas proporcionarão acesso aos meios de comunicação nos alojamentos, para facilitar o contato com as famílias.
- Transporte - No que tange aos transportes, as empresas deverão fornecê-los gratuitamente, bem como cuidar para que atendam às determinações da NR31[18], relativas à segurança e habilitação dos condutores dos veículos etc.
- Remuneração e alimentação - As empresas deverão complementar o pagamento das diárias, correspondentes ao piso salarial, para os trabalhadores que não lograrem a remuneração com sua respectiva produção. No que tange à alimentação, as empresas fornecerão apenas a "marmita" térmica, sem os alimentos, portanto marmita vazia.
- Organização sindical e negociações coletivas - As empresas e as entidades dos trabalhadores devem se empenhar para o estabelecimento da negociação coletiva de trabalho. As empresas assegurarão acesso aos locais de trabalho de dirigentes

[17] Consultar: www.secretariageral.gov.br/.arquivos/publicacaocanadeacucar.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2009.
[18] NR31: Norma Reguladora das condições e ambiente de trabalho no meio rural.

de sindicatos, federação ou confederação da respectiva base territorial, desde que estejam previamente credenciados e sejam comunicadas de maneira simplificada e com antecedência, para verificarem eventuais problemas e buscarem soluções junto aos representantes da empresa.

- Responsabilidade no desenvolvimento da comunidade -As empresas divulgarão e apoiarão ações relativas à educação, saúde, cultura, esporte e lazer nas comunidades onde estão inseridos os trabalhadores. Esse documento ainda retrata o compromisso do governo em elevar a escolaridade dos trabalhadores, assegurar a adequação dos EPIs e ampliar os serviços oferecidos pelo Sistema Público de Emprego na intermediação da contratação de trabalhadores e, por fim, estabelecer critérios para criar e avaliar os resultados desse pacto.

Pelas razões acima apontadas, torna-se evidente que esse acordo tripartite enquadra-se nas normativas internacionais firmadas pelo Governo brasileiro relativo ao trabalho decente. A pergunta que se põe é a seguinte: esse documento contribuiu efetivamente para tornar o trabalho mais humano (sic) nessa atividade ou mesmo, esse trabalho pode ser definido como decente?[19]

Um dos itens do Documento previa o monitoramento e avaliação das normas. Isto foi feito por meio do Edital de Chamada Pública de n. 01/2011-SG/PR elaborado pelo Governo Federal para conceder a 169 usinas do país o Selo "Empresa Compromissada". Nas últimas décadas tem-se verificado que o emprego de máquinas e de tecnologias avançadas caminha lado a lado com o aumento da exploração e do agravamento das condições de trabalho, caracterizadas por baixos salários, perda dos direitos, casos de escravização por meio de dívidas, sem contar o registro de 21 mortes (2004-2007) (SILVA, 2010), ocasionadas, supostamente, por "exaustão", pelo excesso de trabalho no corte manual.

Por ocasião do lançamento da Cartilha do Compromisso Nacional, 75% das empresas do setor canavieiro já tinham aderido ao "Compromisso", dentre elas as que mais violam direitos trabalhistas e que já tinham sido flagradas submetendo trabalhadores a condições degradante e/ou análogos às de escravo.

Contudo, em razão das irregularidades no Edital de Chamada Pública, elaborado pelo Governo Federal, bem assim pelas violações da legislação trabalhista no setor canavieiro, o Ministério Público do Trabalho ajuizou várias Ações Cíveis Públicas para que a Justiça do Trabalho proceda a cassação do Selo "Empresa Compromissada" concedido às usinas, e a determinação de que a União Federal abstenha-se de conceder às empresas canavieiras os selos de responsabilidade social sem prévia consideração e análise da atuação fiscalizatória pela Auditoria-Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e de processos judiciais findos ou em andamento.

O MPT, nas ações ajuizadas na Justiça do Trabalho de São Carlos, Araraquara, Itápolis, Porto Ferreira, Matão, todas no interior paulista, juntou vários documentos, dentre eles o Relatório de Verificação ao Cumprimento do Compromisso Nacional Para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar. Nas ações, afirma o MPT que o Termo de Adesão é firmado entre as usinas e as entidades que compõem a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional composta por oito Ministérios da União, quais sejam: Secretaria Geral da Presidência da

[19] Para responder a esta questão, foram feitas (09) entrevistas com operadores de máquinas agrícolas, uma com o Procurador do Trabalho, em Araraquara. Foram, ainda, analisados sete processos (Ações Cíveis Públicas), de n. 0001888-92.2012.5.15.0049; 0001375-30.2012.5.15.0048; 0001203-86.2012.5.15.0081; 0001060-06.2012.5.15.0079; 0000517-69.2012.5.15.0154; 0001936-51.2012.5.15.0049; 0001736-70.2012.5.15.0008, em que o MPT pede a cassação do Selo de Responsabilidade "Empresa Compromissada" concedido às usinas desta região.

República, Casa Civil, Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Saúde. O MPT insurge-se contra o procedimento adotado pela União ao conceder o selo em favor das usinas, alegando várias irregularidades em tal ato.

Nas irregularidades apontadas estão: trabalho além da jornada permitida de 8 horas diárias e 44 semanais; falta de treinamentos aos empregados em geral; falta de ginásticas laborais; os trabalhadores fazem as refeições na própria roça; falta de cadeiras e mesas; falta de ambulância nos locais de trabalho; falta de fiscalização adequada do uso de EPIs; contratação por empresas terceirizadas; trabalhadores recrutados por "gatos"; ausência de condições adequadas de conservação, asseio e higiene; falta de redes de alvenaria, madeira ou material equivalente; falta de piso cimentado, de madeira ou de material equivalente; falta de cobertura que proteja contra as intempéries; falta de iluminação e ventilação adequadas; falta de instalações sanitárias fixas ou móveis nas frentes de trabalho, etc.

Segundo denuncia o MPT, com a certificação, as usinas livram-se da imagem de serem por vezes vistas, tanto no Brasil como no exterior, como exploradoras do trabalho escravo, o que lhes criam dificuldades de inserção do açúcar e do etanol no mercado internacional. Ademais, as empresas desse setor, além de estarem envolvidas na exploração de trabalhadores em condições análogas às de escravos, são lideres no ranking de maiores empresas reclamadas com ações trabalhistas na Justiça do Trabalho, conforme revela a planilha de inúmeros processos ajuizados individualmente nos últimos anos. Outra denúncia se reporta às várias irregularidades na seleção das empresas credenciadas para aplicar o questionário e na própria metodologia aplicada na condução dos trabalhos. E em poucos dias, após edição da Resolução da Chamada Pública de n. 01/2011-SG/PR, o Governo Federal concedeu as 169 usinas de todo o país o Selo de Reconhecimento de boas práticas trabalhistas. Dessa forma, para fundamentar a denúncia, o MPT juntou aos autos o inquérito civil de n. 003/2012, tendo como inquerido o Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, que foi representado pelo seu presidente, Sr. Elio Neves, e respondeu que: **"***não houve acompanhamento da vistoria por auditoria privada nas usinas Raízen Tamoio em razão da divergência da direção do sindicato"; "que na usina Santa Cruz houve comparecimento do Sr. Mario Augusto, que é suplente da diretoria do sindicato e funcionário da usina Santa Cruz"*.

Tal fato, segundo o MPT, é caracterizado de fraude, pelo que pede a cassação do "Selo de Reconhecimento", vez que não houve qualquer cautela; não houve qualquer metodologia na aplicação do questionário para aferir a realidade no setor canavieiro; não houve participação da representação sindical; não houve participação da representação do próprio governo e seus órgãos fiscalizatórios; não houve participação da representação da sociedade civil organizada; os trabalhadores entrevistados nas frentes de trabalho foram previamente selecionados pelas próprias usinas denunciadas; os consultores são os próprios sócios das empresas de consultorias chamadas no edital; o pagamento das consultorias foi feito pelas usinas.

De mais a mais, os questionários foram feitos com base em documentos apresentados pelas usinas, ou seja, tendo por base os dados fornecidos por elas mesmas, sendo que as próprias empresas de consultorias afirmaram em seus relatórios que: *"dessa forma, nosso relatório não proporciona asseguração limitada ou razoável sobre tais informações***".** Em outras palavras, das auditorias realizadas nas 169 usinas do país, as informações apresentadas pelas usinas não foram questionadas.

As condições degradantes denunciadas nos autos das Ações Cíveis Púbicas se baseiam no não cumprimento das exigências concernentes aos sanitários e locais para refeição, contidos

na Norma Regulamentadora de n. 31, instituída pela Portaria MTE n. 86/2005[20]. Demais disso, devem ser disponibilizadas instalações sanitárias fixas ou móveis nas frentes de trabalho, compostas de vasos sanitários e lavatórios, na proporção de um conjunto para cada grupo de quarenta trabalhadores ou fração, atendidos os requisitos do item 31.23.3.2, sendo permitida a utilização de fossa seca (31.23.3.4). Quanto aos locais para refeição (item 31.23.4.1), devem atender aos seguintes requisitos: a) ter boas condições de higiene e conforto; b) capacidade para atender a todos os trabalhadores; c) água limpa para higienização; d) mesas com tampos lisos e laváveis; e) assentos em número suficiente; f) água potável, em condições higiênicas; g) depósitos de lixo, com tampas. Em todo estabelecimento rural deve haver local ou recipiente para a guarda e conservação de refeições, em condições higiênicas, independentemente do número de trabalhadores (31.23.4.2). E nas frentes de trabalho devem ser disponibilizados abrigos, fixos ou móveis, que protejam os trabalhadores contra as intempéries, durante as refeições (31.23.4.3). Compulsando os autos das Ações Cíveis Públicas, resta evidenciado que os empregadores do setor sucroalcooleiro submetem seus empregados as precárias condições de trabalho, moradia e alimentação, deixando de lhes oferecerem o mínimo de higiene e segurança, o que não lhes confere o direito de um "Selo de Compromisso" concedido pelo Governo Federal, em razão da situação aviltante vivenciada pelos trabalhadores e que foi apontada pelo MPT.

Não se pode olvidar que a higidez física e mental do ser humano são bens fundamentais de sua vida, privada ou pública. Ademais, a intimidade, a autoestima e a honra são bens tutelados constitucionalmente, a teor do (art. 5º, incisos V e X, e art. 7º, inciso XXVIII, todos da CF/88), restando inegável a existência de prejuízo moral passível de indenização, seja por meio de Ação Cível Pública ou individualmente. Isso porque a reprovável conduta das empresas denunciadas nas Ações Cíveis não ofende apenas o trabalhador, individualmente considerado, mas uma coletividade de trabalhadores rurais e, por conseguinte do flagrante desrespeito ao meio ambiente do trabalho. Por tal razão, segundo o MPT, o "Selo", se concedido em confronto com os fatos, e de forma a ocultar problemas trabalhistas reais, torna-se uma ameaça à efetivação dos direitos dos trabalhadores individualmente e coletivamente considerados. Ademais, denuncia que os ilícitos cometidos e as ofensas suportadas pelos trabalhadores correm o risco de se tornar invisíveis aos olhos da sociedade, com prejuízos à tutela dos interesses lesados, individuais e coletivos. Por fim, o MPT pede a cassação do Selo "Empresa Compromissada", concedido às usinas, e a determinação de que a União Federal abstenha-se de conceder às empresas canavieiras os selos de responsabilidade social sem prévia consideração e análise da atuação fiscalizatória pela Auditoria-Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e de processos judiciais findos ou em andamento[21].

Ainda, segundo denuncia o MPT, as usinas da região excedem os limites legais atinentes à duração do trabalho, exigindo dos operadores de máquinas uma jornada de 12 x 12 horas diárias, inclusive sábados, domingos e feriados, privando-os totalmente do direto social

[20] De acordo com o item 31.23 dessa Norma, o empregador rural ou equiparado deve disponibilizar aos trabalhadores áreas de vivência, compostas de instalações sanitárias e locais para refeição, que devem atender aos seguintes requisitos: a) condições adequadas de conservação, asseio e higiene; b) redes de alvenaria, madeira ou material equivalente; c) piso cimentado, de madeira ou de material equivalente; d) cobertura que proteja contra as intempéries; e) iluminação e ventilação adequadas (31.23.2). As instalações sanitárias devem ser constituídas de lavatório e vaso sanitário, na proporção de uma unidade para cada grupo de vinte trabalhadores ou fração, e de mictório e chuveiro, estes, na proporção de uma unidade para cada grupo de dez trabalhadores ou fração (31.23.3.1), sendo necessário: a)ter portas de acesso que impeçam o devassamento, além de ser construídas de modo a manter o resguardo conveniente; b) ser separadas por sexo; c) estar situadas em locais de fácil e seguro acesso; d) dispor de água limpa e papel higiênico; e) estar ligadas a sistema de esgoto, fossa séptica ou sistema equivalente; f) possuir recipiente para coleta de lixo (31.23.3.2).

[21] Os processos analisados estão em fase de conhecimento e julgamento de Recurso Ordinário pelo TRT 15ª/Campinas, vez que o juiz de 1ª instancia declarou *ex oficio* a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para julgar o presente feito e determinou a remessa dos autos a uma das Varas da Justiça Federal.

ao lazer, bem como ofendendo direito à saúde e à dignidade. A jornada de trabalho é uma dimensão importante na qualidade do emprego, com sérias repercussões na segurança e saúde do trabalhador, bem como no próprio ambiente laboral. Dessa forma, a usina, cujo empregado é submetido à jornada diária extensa de 12 horas, sem intervalo intrajornada ou interjornada desrespeitados, provoca um quadro clínico de exaustão psicológica no trabalhador. A negligência e a displicência dos empregadores do setor sucroalcooleiro trazem sérios problemas, pois os operadores de máquinas acabam se acidentando ou sofrem doença do trabalho, repercutindo no Sistema Único de Saúde de no Sistema Previdenciário. Para o MPT, age com culpa o empregador que desrespeita flagrantemente as normas cogentes de saúde e segurança do trabalho, impondo jornada excessiva de 12x12 ao seu empregado, com violação das cláusulas mais elementares do contrato laboral, quando não permite a fruição de pausa mínima legal para descanso e alimentação. Nesse sentido, a exigência desproporcional do cumprimento de jornada de 12 horas sem intervalos e metas de produtividade, sob pena de o empregado ser impedido de almoçar, descansar ou de finalizar a jornada diária de trabalho, não pode ser tolerada, configurando ato ilícito patronal, a teor do (CC/2002, art. 187 c/c o art. 8º da CLT) e (CC/2002, art. 927 c/c o art. 5º, X, da CF/88).

A denúncia do MPT, assentada nos dispositivos jurídicos, constitui-se numa importante fissura nas normativas instituídas pelo Governo federal com apoio dos representantes dos trabalhadores e também dos empresários. A concessão do "Selo" às empresas, que continuam com suas práticas de superexploração, é uma tentativa de "fabricar outra imagem" dos produtores do etanol e do açúcar, garantindo, assim, a confiabilidade dos compradores e investidores externos. Por outro lado, a reação do MPT insurge-se contra o processo de construção das novas relações de trabalho fundamentadas em mesas de diálogo, negociações tripartite, ditadas pela OIT, com o intuito de anular os conflitos de classe, e, principalmente, imprimir ao Estado, a marca de defensor dos direitos humanos do trabalho no atual momento da acumulação capitalista, caracterizada pela precarização, flexibilidade, vulnerabilidade e intensa mobilidade dos trabalhadores. Vale ainda ressaltar que o gigantesco número de processos trabalhistas movidos contra as empresas, além das greves e outras formas de lutas - descritas mais adiante -, revela que a desobediência às normas continua vigendo.

Vale a pena ainda tecer outras considerações sobre a atuação dos representantes sindicais. Pelo Compromisso, a fiscalização das relações de trabalho cabe às próprias empresas, retirando dos representantes dos trabalhadores essa função, haja vista que, sequer podem adentrar os locais de trabalho, sem credenciamento ou prévia autorização dos patrões buscando soluções conjuntas para possíveis problemas. Consubstancia-se, assim, o rearranjo das relações de força e dos conflitos, caracterizado não somente pelo enfraquecimento do poder dos sindicatos, mas pela desconstrução dos conflitos de classe, agora tratados em mesas de diálogos e de negociações tripartites. Ao invés da verticalização, observa-se a horizontalidade das relações de classe, por intermédio da fabricação de novas matrizes discursiva e novas práticas. E mais ainda. Esse "modelo" horizontal deveria servir de exemplo para outros países da América Latina produtores de açúcar e etanol, cujas primeiras discussões ocorreram em um evento internacional nos finais de 2012, ocasião em que compareceram representantes sindicais de Honduras, Equador e Colômbia, além do patronato e governo brasileiro[22].

[22] De 26 a 29 de novembro de 2012 ocorreu em Araraquara/SP o Intercâmbio Brasil-América latina entre Sindicatos da Cana de açúcar e etanol, evento promovido pelo Centro Americano para Solidariedade Sindical Internacional, Federação dos trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do estado de São Paulo e a Federação dos Empregados Assalariados do estado de São Paulo para promover trocas de experiências e informações entre lideranças de trabalhadores ligados a cana-de-açúcar e etanol na América Latina**.** A programação consta do site: www.feraesp.org.br. Acesso em 12/12/2013.

Durante a discussão do Compromisso Nacional o representante dos trabalhadores reiterou que o Compromisso Nacional não tinha a força da lei, mas era um instrumento moral e ético, um marco regulador nas relações de trabalho doravante, algo repetido pela representante das empresas, cujo discurso girou em torno da necessidade de negociação, diálogo, convergência e não mais divergência. Os representantes sindicais estrangeiros, ao final dos debates, mostraram-se confiantes no sentido de implantarem o mesmo modelo em seus respectivos países.

Em obra instigante, Boltanski, Chiapelo (2011) retomam, à luz das mudanças ideológicas que acompanharam as transformações recentes do capitalismo, as ideias de Max Weber acerca do espírito do capitalismo.

> L'esprit du capitalisme est justement cet ensemble de croyances associées á l'ordre capitaliste qui contribuent à justifier cet ordre et à soutenir, en les légitimant, les modes d'action et les dispositions qui sont cohérents avec lui (p.45).

Mais adiante, os autores afirmam que esse "espírito" não está localizado na "superestrutura", e que longe de ocupar somente o lugar de um "suplemento da alma", desempenha um papel central no processo de acumulação capitalista. (p. 67). Assim sendo, esse espírito – a justificação do capitalismo – é interiorizado pelos atores sociais e, neste processo, o Estado desempenha um papel fundamental. No tocante ao trabalho, os autores defendem a tese da desconstrução e do enfraquecimento das defesas do mundo do trabalho. Embora a análise esteja assentada no caso francês, suas considerações são evidenciadas em vários países do mundo globalizado, inclusive no Brasil. O processo de desconstrução do mundo do trabalho é analisado a partir da nova realidade laboral, caracterizada pela flexibilidade, vulnerabilidade, precarização, redução da seguridade social, exclusão, intensificação da exploração, divisão interna do operariado, resultante das transformações do tecido produtivo. Ademais esse processo é acompanhado de outras divisões relativas à etnia – caso dos imigrantes – e ao gênero e à idade. (p. 317-376). Quanto ao processo de enfraquecimento da resistência do mundo do trabalho, os autores se reportam à (des) sindicalização além da repressão antissindical (p.377-413). Em seguida, defendem a tese das evidências do processo de desconstrução das classes sociais e, igualmente, dos conflitos de classes, onde o Estado é um ator importante, na medida em que as regulações das relações de trabalho são postas em prática, a partir de novas legislações e novas matrizes discursivas. Assim sendo, até os finais dos anos de 1970 predominava o discurso referente às desigualdades sociais, substituído pelo da exclusão. Esse deslocamento discursivo revela que no primeiro caso, havia lugar para os antagonismos de classes sociais, enquanto no segundo, há a imposição da ideia de um largo consenso, evitando todas as formas de enfrentamentos possíveis (p. 422). Para isso, a mudança de vocabulário foi fundamental. Os termos, patronato e operário, cada vez mais, ficaram em desuso: "operadores" ao invés de operários. Essa terminologia se enquadrava em novos modelos classificatórios de regulação das relações de trabalho, caracterizada pela *manipulação simbólica* (p. 424).

Acreditamos que essas reflexões são preciosas para a análise do "Compromisso Nacional" acima descrito. Como vimos, é um documento fruto de muitas discussões prévias travadas com chefes de governo de vários países da América Latina, segundo as orientações da OIT. Portanto, não se trata de um caso particular da realidade brasileira e nem de um acontecimento conjuntural. Ao contrário, trata-se de uma normativa institucional necessária para o enquadramento das relações de trabalho na nova ordem capitalista mundial, cujo alcance deveria ser estendido

a outros ramos da economia, *inter alia*, a construção civil, onde as denúncias de desrespeito às normas trabalhistas, inclusive as de condições análogas à escravidão, são sobejamente divulgadas.

No que tange à produção canavieira brasileira, em muitas outras ocasiões, analisamos a condições degradantes impostas aos trabalhadores (SILVA, 1999; NOVAES e ALVES, 2007; GUANAIS, 2010). Nos limites deste artigo, faremos uma síntese das nossas pesquisas, além de outros estudos, com o intuito de mostrar que, além do desrespeito às normas trabalhistas, constatado pelo MPT, as irregularidades são ainda mais profundas, pois elas põem em risco a saúde e a vida dos trabalhadores[23]. No período de 2004 a 2012, 23 trabalhadores das usinas do estado de São Paulo morreram, supostamente, por exaustão, segundo denúncias ao MPT[24]. Essas mortes foram ocasionadas pela intensificação da exploração da força de trabalho imposta pelo aumento do quantum de cana cortada durante a jornada. Esse aumento caminha na mesma direção do processo de mecanização do corte da cana. Segundo pesquisas realizadas (ALVES, 2007; SILVA, 2012; RAMOS, 2011; VERÇOZA, 2012), em 1980, a imposição era de até oito toneladas de cana cortada por dia; durante os anos de 1990, esse número sobe para 10 e, atualmente, está em torno de 12 ou mais. Além desse acréscimo, há que se considerar que as novas variedades de cana, produzidas graças às pesquisas científicas, possuem, cada vez mais, menor quantidade de água e maior de sacarose, reduzindo, assim, o peso[25].

Em recente estudo (LAAT, 2010, p. 129) realizado nos canaviais paulistas, considerados modelo do denominado *agribusiness* sucroenergético, o pesquisador utilizando um instrumento de medição – Software Captiv L300 –, constatou, ao acompanhar um trabalhador durante uma jornada de trabalho, que ele cortou em 107 minutos um total de 85,3 metros de cana. Durante a jornada cortou 12.960 kg de cana, realizando cerca de 3.080 flexões de coluna e pelo menos 3.498 golpes de facão! Este autor compara esse esforço ao dos maratonistas, salvo que nestes casos, trata-se de atletas bem alimentados e avaliados por especialistas, ao contrário dos cortadores de cana. A carência nutricional, agravada pelo esforço excessivo, contribui para o aumento de acidentes de trabalho, além de doenças das vias respiratórias, dores na coluna, tendinites, cãibras, produzidas pela perda de potássio em razão dos suores. A fuligem da cana queimada contém gases com venenos, posto que as usinas empregam agrotóxicos que apressam a maturação da cana, apenas três semanas antes do corte. Esses produtos são altamente prejudiciais à saúde. Em muitas ocasiões, verificamos que muitos trabalhadores se queixam da sensação de um "quenturão", que faz com que eles fiquem "borrados", isto é, com dores pelo corpo, acometidos de vômitos e também da "birôla" ou "canguru" (em Alagoas), palavras utilizadas para se referirem aos desmaios ou convulsões e cãibras. A pesquisa de Verçoza (2012) aponta para os riscos de morte dos trabalhadores alagoanos, em função dos distúrbios hidroeletrolíticos, causando alterações nas células, e podendo provocar mortes, caso não haja atendimento rápido. É por essa razão que um dos itens do Compromisso Nacional versava sobre o oferecimento do soro hidratante durante a jornada de trabalho.

Se a fuligem da cana queimada é extremamente prejudicial à saúde da população urbana nos arredores dos canaviais, conclui-se que os efeitos danosos sobre a saúde dos trabalhadores são mais agravantes, posto que, ao golpearem a cana, a fuligem se desprende e atinge diretamente

[23] Constatamos que a vida útil dos cortadores de cana não ultrapasse 20 anos. De 2005-2007, entrevistamos várias mulheres e homens com muitas doenças ocasionadas pelas condições de trabalho após 15 anos de trabalho nessa atividade. Ver a respeito: SILVA (2011). *Fragmentos*. Vídeo, 40 min.

[24] Consultar a respeito das mortes dos trabalhadores nos canaviais: SILVA (2006, 2008). Sobre os nomes dos mortos, consultar o site do Serviço Pastoral dos Migrantes: http://www.pastoraldomigrante.com.br

[25] Os trabalhadores denominam essas canas de "palitos", pois são muito finas, comparativamente, àquelas de antes.

suas faces, penetrando nos olhos, nariz e boca. Assim o estudo de Bosso et al. (2006) constatou que cortadores de cana nos canaviais paulistas apresentavam, na época da colheita, na urina substâncias que indicavam a presença de HPAs genotóxicos e mutagênicos. Segundo os autores, as condições de trabalho expõem os cortadores de cana a poluentes que levam ao risco potencial de adoecimento, principalmente por problemas respiratórios e câncer de pulmão. A partir dos relatos de óbitos não esclarecidos nos canaviais, Barbosa (2010) desenvolveu uma pesquisa pioneira com trabalhadores rurais de uma usina no estado de S. Paulo, com o objetivo de avaliar os efeitos cardiorrespiratórios em 28 cortadores de cana da cidade de Cerquilho em 2007 e 2008[26]. Um dos resultados dessa investigação se reporta aos problemas cardiovasculares e respiratórios dos cortadores de cana (p. 77-90). O caráter inédito dessa pesquisa reside no fato de ser a primeira avaliação cardiorrespiratória feita com cortadores de cana, com o intuito de fornecer pistas sobre os recentes óbitos nos canaviais paulistas. Ainda que nas conclusões dessa tese não exista uma afirmação definitiva sobre o nexo causal entre trabalho e mortes dos canavieiros – posto que a autora reconhece alguns limites de seu estudo, *inter alia*, o número reduzido de trabalhadores (28) – , é possível verificar que a autora apresenta dados substantivos sobre a carga cardiovascular, os efeitos da queima da biomassa no aparelho respiratório e o aumento da pressão arterial.

Os resultados dessas pesquisas evidenciam que a imposição da remuneração por produção é o fator responsável pela superexploração dos trabalhadores, as doenças e as mortes por exaustão[27]. Contudo, as normativas firmadas entre o Estado, representantes dos trabalhadores e do patronato não questionam essas formas abusivas que ferem os direitos humanos do trabalho. Ao imporem as metas de produção acima da capacidade física dos trabalhadores – por meio de uma disciplina despótica, que os segmenta, os exclui, caso não consigam atingir os resultados alvejados, colocando-os em competição entre si –, essas empresas logram a obtenção de maiores lucros, além da renda da terra, acima referida, e dos subsídios do Estado, capazes de assegurar-lhes um lugar seguro nos mercados internacionais, tanto do açúcar, como do etanol.

A regulação do mercado de trabalho está explicitada no item II do Compromisso Nacional referente à contratação dos trabalhadores. Dado o fato de que a grande maioria deles é constituída de migrantes, provenientes dos estados do nordeste e do norte do estado de Minas Gerais, da região do Vale do Jequitinhonha, o Acordo prevê que as empresas devam protocolar nas unidades do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e comprovar a contratação regular dos trabalhadores e as condições de seu retorno à localidade de origem ao final de cada safra, tendo em vista que o contrato de trabalho nessa atividade é por tempo da safra, durando de nove a dez meses ao ano nos canaviais de São Paulo[28]. Ao final, os trabalhadores são despedidos, sendo obrigados a retornar aos seus locais de origem para, somente por meio desse meio, serem contratados na safra seguinte. Configura-se, assim, o trabalho permanentemente temporário e regulado pelo Estado com a anuência da representação sindical. Mais ainda. Ao defender a tese da contratação na origem, o discurso estatal, por meio da ***manipulação simbólica,*** é justificado no sentido de impedir a terceirização, eliminando os "gatos", assim chamados os responsáveis pela intermediação do processo de mercado de trabalho, vigente desde o início do aparecimento das usinas açucareiras (SILVA, 1999). Conquanto os "gatos" desapareçam desse cenário, eles continuam atuando nos bastidores nos locais de origem, arregimentando o exército

[26] Os trabalhadores foram avaliados no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo.
[27] O MPT foi à Justiça com nove ações, desde o final de 2011, contra usinas de açúcar e álcool instaladas nas regiões de Araraquara e Araçatuba, visando à abolição do trabalho por produção dos cortadores de cana. Numa das ações, A justiça do Trabalho de Matão proibiu essa forma de salário na usina Santa Fé. Fola de S. Paulo, ribeirão, C11, 29 de janeiro de 2013.
[28] Esse tempo é variável em outros estados. Em Alagoas, por exemplo, a safra ocorre durante seis meses.

de trabalhadores e, ao mesmo tempo, selecionando-os quantitativa e moralmente, pois são eles os detentores do reconhecimento das condutas dos mesmos. Assim sendo, são ***eleitos*** homens jovens, dotados de saúde e força física, que não tenham se envolvido em greves ou outras formas de lutas em safras passadas e que não sejam usuários de drogas ou bebidas alcoólicas[29]. Dados de nossas pesquisas nos pequenos municípios nordestinos (Paraíba e Pernambuco) evidenciam que há predominância de homens jovens, entre 17 e 30 anos, com baixa escolaridade, em geral cursaram apenas o ensino fundamental incompleto e são residentes da zona rural (MENEZES, 2009). Os critérios sexistas, aliados ao processo de mecanização do corte manual da cana, que emprega basicamente homens como operadores de máquinas, têm alijado as mulheres desse mercado desde os finais da década de 1980. Contudo, muitas delas – geralmente moradas das cidades canavieiras, são destinadas às tarefas penosas e insalubres, como: recolher pedras nos canaviais, a fim de evitar que as mesmas danifiquem as lâminas das máquinas colhedeiras; recolher os restos de cana (bitucas) após a colheita, para evitar a presença de bactérias capazes de comprometer a rebrota da cana; empregar herbicidas nos canaviais. Os salários são em geral, inferiores aos dos homens.

Nos casos de trabalhadores casados, eles são obrigados a deixar as famílias na localidade de origem, em virtude das empresas, após a seleção, conduzirem os trabalhadores aos alojamentos construídos nas áreas da cana, ou ainda, em casas alugadas nas cidades, conhecidas como "casas da usina". Em ambos os locais, a presença feminina é proibida pelas empresas, o que denota o controle da sexualidade exercido[30]. Configura-se, assim, a "apropriação do afeto" (SILVA, 2012), consubstanciando-se o processo de reificação das pessoas vistas como mercadorias, dotadas apenas de força física para desferir os milhares de golpes diários de facão, impedidas de terem prazeres, sentimentos, desejos, enfim de terem uma vida humana ativa. A apropriação da sociabilidade também se configura na esfera laboral, uma vez que as jornadas são distribuídas, segundo o sistema cinco por um, ou seja, o descanso só ocorre após cinco dias de trabalho, variando segundo os grupos (turmas) de trabalhadores. Dessa sorte, as relações entre eles ficam comprometidas, uma vez que as alternâncias das jornadas impedem que eles se reúnam nos dias de festas, domingos ou feriados. Essa também é uma forma de controle político por parte das empresas. Nesse sentido, o controle despótico é exercido não somente no eito, ou seja, no ambiente do trabalho, como também nos demais espaços da vida social.

Em razão do crescimento da mecanização da colheita, tem havido a diminuição substantiva do número de trabalhadores, mormente migrantes, para o desempenho dessa atividade. Segundo dados do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), no estado de São Paulo, cada colhedeira é capaz de substituir 104 trabalhadores. Nesse sentido, a contratação na origem, sob a capa da eliminação dos "gatos", na verdade é uma das soluções para controlar quantitativamente o mercado de trabalho, evitando, assim, o afluxo de migrantes desnecessários para as áreas canavieiras[31]. As usinas ao poderem contar com os trabalhadores migrantes pretendem ter um maior controle político sobre eles, considerando a heterogeneidade de origens constitutiva dessa fração da força de trabalho: eles são mineiros, baianos, pernambucanos, paraibanos, cearenses, maranhense; sua fragmentação política e o seu caráter de *temporários* nas regiões canavieiras, que mesmo sem impedirem, dificultam a atuação política. Ao obrigarem o

[29] Além dos "gatos", os médicos, funcionários das usinas, são responsáveis pelo processo seletivo, ao examinares as condições de saúde física e mental dos trabalhadores.
[30] Sobre as formas, condições de moradia e relações de sociabilidade dos trabalhadores migrantes na região canavieira, consultar Menezes (2002); Cover (2011); Silva (2011).
[31] Sobre o impacto da mecanização do corte de cana sobre a contratação dos trabalhadores e transformações nas condições de trabalho, consultar: Menezes, Silva, Cover (2011, 2012).

retorno após a safra, os empresários declinam-se dos custos da força de trabalho na entressafra, custos esses que serão assumidos pelo Estado, por meio do pagamento do salário desemprego. A imposição do contrato na origem também contém outra forma de ***manipulação simbólica*** na medida em que os trabalhadores desejam o retorno para o reencontro com a família. O retorno desejado é justificado e interiorizado pelos próprios trabalhadores. A violência é simbólica e atua por meio do consentimento dos dominados, segundo o conceito bourdieuniano. Em outros termos, não existe a deportação, como no caso dos imigrantes ilegais nos EUA e Europa, nem o uso da força policial. O retorno, após o término do contrato temporário, é a outra face desse trabalho, caracterizado pela simbiose permanentemente temporária do vir-voltar, chegar-partir.

Ao cotejarmos essa realidade com aquela de outros países, observamos que há vários pontos em comum, ainda que os trabalhadores sejam imigrantes, portanto trata-se da mobilidade internacional do trabalho. Tanto nos países da América Latina, como Argentina, México, como na Espanha, observa-se que a reestruturação produtiva no campo seguiu a via da flexibilização produtiva e das relações de trabalho (DE LA GARZA, 2000). Há a mesma lógica imposta pelo modelo agroalimentar globalizado, onde as agriculturas intensivas ou *enclaves* de exportação utilizam mão de obra migrante ou imigrante, por meio de contratos temporários regulados pelos respectivos Estados (FLORES, 2010). No que tange às condições de trabalho, verificam-se os mesmos traços: precarização, salários baixos, flexiblização, etnificação, discriminação de gênero, precariedade das condições de moradia, impedimento da vida em família, haja vista que o contrato é individual, além do controle policial exercido sobre os imigrantes para que retornem aos seus lugares de origem no final do contrato.

O dossiê (47) da revista Regiones (2012), publicada na Espanha, sob o título, Mercados de trabajo en la agricultura mediterrânea, reúne artigos que tratam das questões acima analisadas nas plantações de hortaliças e morango nas regiões de Murcia e Andalucía. A produção é destinada à exportação para os demais países europeus. Empregam-se basicamente imigrantes – as mulheres são em maioria - provenientes do leste europeu, da África Central, Marrocos, Equador e Bolívia. As relações de trabalho nessas plantações, segundo os autores, segue o modelo californiano, isto é, precariedade combinada ao avanço tecnológico e à reestruturação produtiva (CÁNOVAS , 2012, p. 16-20). Essas imigrações são ordenadas e as contratações em geral são feitas na origem. O governo espanhol visando resolver os problemas da demanda de mão de obra, em 2000, implantou o sistema de Contratação na Origem, pelo qual, os países da Europa do leste eram os principais fornecedores de trabalhadores para a região de Andaluzia. Em 2007, os maiores fluxos eram provenientes de Marrocos. A investigadora Reigada (2012, p. 22-26) mostra que a preferência por mulheres marroquinas deu-se em virtude de se tratar de uma força de trabalho mais barata. No entanto, no período de 2008 a 2010, em razão da crise econômica na Espanha e o regresso de famílias andaluzes ao campo, houve a diminuição da presença do número de imigrantes marroquinos e subsaarianos. Para os empresários, governo e representantes sindicais, esse modelo de imigração ordenada e temporária é o ideal, pois evita a presença dos ilegais e resolve a questão da demanda de força de trabalho nessas plantações.

A política estatal de Contratação na Origem é uma forma evidente de controlar o quantum de trabalhadores necessários à execução de tarefas temporárias, por meio de critérios seletivos, como gênero, etnia, idade, e também garantir o retorno ao país de origem após o final dos contratos de trabalho. No caso das mulheres, há a preferência por aquelas com filhos, pois o retorno ao país de origem é mais garantido, em razão do reencontro com os filhos, vis-à-vis os empresários espanhóis. Reigada (2012) denomina essa forma de Contratação na Origem e com a obrigatoriedade de firmar o compromisso de retorno de "gestão ética e humana da imigração"

(p. 25). Por conseguinte, a normativa brasileira acima analisada, enquadra-se na mesma lógica do capitalismo globalizado, válida tanto para migrantes nacionais, como para imigrantes, ambos considerados como estrangeiros nos territórios dos *enclaves*, dominados pelo capital.

Por outro lado, a pesquisa de Rodriguez (2011) revela o papel de outro agente importante neste processo de regulação, o sindicato. Nas plantações de frutas catalãs, o sindicato agrícola Unió de Pagesos é o responsável pelo recrutamento de trabalhadores imigrantes na origem e também pelo controle despótico exercido sobre os mesmos nos alojamentos nas áreas agrícolas da Catalunha. A autora, baseando-se nas reflexões foucaultianas desenvolveu uma singular pesquisa etnográfica nos alojamentos concluindo que os encarregados, nomeados pelo sindicato para exercerem o controle e disciplina, assemelham-se aos capatazes de escravos da época da Roma antiga. Na verdade, o ajuntamento dos imigrantes nos alojamentos cria as condições para o exercício do poder coletivo sobre eles, tornando-os dóceis e domesticados para a aceitação das regras impostas pelos empresários. Os alojamentos se assemelham às prisões, onde ocorre a "gestão fordista dos homens", produzida pelo Sindicato. Em outro texto (2011) a autora se refere ao alojamento como exemplo de Instituição Total descritos por Goffman[32]. Para aqueles que resistem, a única saída é a fuga, transformando-se em ilegais, sujeitos à perseguição policial. Caso sejam aprisionados, antes de serem extraditados para seus países de origem, são submetidos às leis do estatuto do estrangeiro irregular, pelas quais são enviados a trabalhos forçados nos setores produtivos menos rentáveis da economia. Assim, essas práticas aprovadas pelo Parlamento Europeu resultam da debilidade do estado Social e Democrático de Direito imperante na Espanha (p. 22). Com isso, o Estado elimina a figura do estrangeiro nômade que circulava em busca de trabalho nos municípios frutícolas, cerceando o direito de ir e vir consagrado na Constituição burguesa desde a Revolução Francesa nos finais do século XVIII. No caso brasileiro, a obrigatoriedade da contratação na origem também eliminou a figura do migrante nômade em busca de trabalho nos canaviais, embora por meios mais "suaves", ditados pelo Compromisso Nacional.

Cada vez mais essas normativas vão se configurando como um fenômeno global. Outro país onde a regulação das relações de trabalho pelo estado tem sido posta em prática nas últimas décadas é o México. Vários programas foram assinados entre os governos do México, EUA e Canadá, tais como: H2-A (entre México e EUA); o Programa de Trabalhadores Agrícolas Temporários (PTAT) firmado entre México e Canadá em 1974 (BINFORD et. Al., 2004). Contrariamente ao que ocorre com as migrações *desreguladas* internas e as *indocumentadas* aos EUA, as migrações para o Canadá são estritamente reguladas para impedir desajustes entre oferta e procura de mão de obra. Diferentemente do Programa Bracero (1942-1964) entre México e EUA, cujas falhas ocorreram em razão da deserção dos trabalhadores, o Programa com o Canadá possui as seguintes características: retorno da maioria dos imigrantes a seus locais de origem; provimento da agricultura canadense de mão de obra barata, flexível e temporária (QUINTANA, 2003, p. 1). Trata-se, portanto, de uma imigração controlada e temporária, cujo crescimento foi expressivo com o passar dos anos. Em 1974, apenas 203 homens foram empregados nas plantações de hortaliças e frutas (morango) do Canadá, chegando a 10.342 em 2002. A partir de 1989, nota-se a presença de apenas 37 mulheres; Em 2002 elas já eram em número de 369. Tal como na Espanha e no Brasil, esse mercado de trabalho não somente é

[32] A análise dos alojamentos como forma de controle e disciplina da força de trabalho no tempo de trabalho e de não trabalho foi realizado por Menezes (2002) para o caso dos trabalhadores migrantes do Estado da Paraíba em usinas do Estado de Pernambuco. Análise similar foi elaborada por Cover (2011) para alojamentos de trabalhadores migrantes paraibanos em usinas da Região de Campinas e Piracicaba, Estado de São Paulo.

regulado quantitativamente, como também por meio de critérios seletivos relativos ao gênero e etnia. As mulheres viúvas e mães solteiras são as preferidas pelos empresários canadenses, sem contar a discriminação que homens e mulheres sofrem pelo fato de desconhecerem os idiomas francês ou inglês e por não serem brancos. O processo de trabalho é rigorosamente controlado; as condições de trabalho são marcadas pelo desgaste físico em razão da postura corporal, pois recolhem o morango agachadas ou sentadas no chão durante jornadas de 10 a 12 horas por dia. Nos alojamentos, há o controle de hábitos, moral e sexualidade (QUINTANA, 2006). Após o trabalho de três a cinco meses, os (as) trabalhadores (as) são obrigados (as) a retornar aos seus locais de origem para, em seguida, imigrarem no ano seguinte, configurando-se assim, a imigração permanentemente temporária. Em razão do tempo de duração desse fenômeno, há, por parte dos empresários, a preferência pelos (as) mesmos (as) trabalhadores (as), cujas condutas lhe são condizentes, selecionando-os (as) pelos respectivos nomes. Esse é mais um fator para a garantia da oferta de trabalho, segundo suas necessidades, sem, contudo, arcarem com os custos de reprodução dessa força de trabalho, haja vista que esses homens e mulheres não possuem os mesmos direitos sociais e laborais vigentes no Canadá.

Flores (2008) mostra que a ação sindical é praticamente nula no processo migratório no México. Ademais, no mesmo estudo, a autora questiona a existência do trabalho decente no México, mostrando, ao contrário que, o que lá predominam são os traços de vulnerabilidade, precarização e eterna circulação nacional e internacional de trabalhadores para os enclaves agroalimentares globais.

> A la falta de seguridad, equidad y libertad em el âmbito del trabajo se agregan modos de vida que despojan a estos indivíduos de La dignidad a La que todo ser humano tiene derecho. Principios fundamentales que han sido señalados por La OIT como requisitos de um trabajo "decente" (p.33).

Ao longo deste texto discutimos o papel do estado no processo de produção e regulação das relações de trabalho do açúcar e etanol no Brasil no contexto do capitalismo contemporâneo. A descrição inicial pautou-se em dados acerca do panorama dessa produção – quantidade, produtividade, localização das plantações, bem como os efeitos deletérios ao meio ambiente –, e o apoio do Estado por meio dos subsídios, empréstimos e investimentos na "fabricação e exportação da imagem" do etanol como energia limpa, capaz de substituir os combustíveis fósseis no planeta.

Em seguida aprofundamos a análise das relações de trabalho e o papel do Estado a partir do chamado Compromisso Nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar, que se constituiu numa normativa de cunho moral e ético segundo os parâmetros do "trabalho decente", proposto pela OIT, com o intuito de diluir os conflitos de classes pela introdução de novas nominações e práticas de negociações tripartite entre os representantes do patronato, Estado e trabalhadores. Em virtude do não cumprimento das regras desse Compromisso por muitas empresas signatárias e da emissão do "Selo de Empresa Compromissada" pela presidência do país, O MPT insurgiu-se na tentativa de mostrar à sociedade que as práticas relativas ao trabalho degradante nos canaviais não foram abolidas, iniciativa essa adotada por outros representantes do MPT do país. Apoiando-se em inúmeros dados resultantes de muitos estudos, provenientes de vários campos do conhecimento, concluímos que essas relações de trabalho continuam sendo caracterizadas pela precariedade, vulnerabilidade e superexploração. A análise comparativa com outras realidades mostrou vários pontos em comum, sobretudo no tocante à regulação do mercado de trabalho temporário, sobretudo, nos casos de imigrantes que se destinam às empresas agroalimentares. Dessa sorte, afirmamos que tanto lá como cá, um dos eixos do

processo de acumulação dos capitais nessas produções do capitalismo globalizado é a regulação do mercado de trabalho temporário e, ***pour cause***, o controle das relações de trabalho, por meio do enfraquecimento dos conflitos de classes. Contudo, sabemos que esse processo não é linear e sim contraditório. No Brasil, além da reação do MPT, poderíamos acrescentar inúmeras greves havidas após a assinatura desse Documento, bem como, outras tantas relativas às resistências cotidianas, ou miúdas nos canaviais do país como um todo. A "manipulação simbólica" efetuada pelos signatários do Compromisso Nacional, seguramente, não logrará dissimular todos os sinais da revolta, ainda que surda em alguns casos, nas profundezas dos canaviais.

Referências

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? Saúde e Sociedade. V. 15, p. 90-98, 2006.

_____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, Roberto e ALVES, Francisco (Orgs.). Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro). São Paulo: Ed. UFSCar, 2007.

ANDRADE, J. M. F. Construção de um índice de sustentabilidade ambiental para a agroindústria da cana paulista da cana-de-açúcar (ISAAC). Dissertação de Mestrado. Escola de Economia de São Paulo, FGV, 2009.

BARBOSA, C. M. G. Avaliação cardiovascular e respiratória de trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar no estado de S. Paulo. Tese de doutorado em Pneumologia. Faculdade de Medicina, USP, 2010.

BOLTANSKI, L. CHIAPELO, È, Le nouvel esprit du capitalisme. Paris: Galimard, 2011.

BONANO, A.; CAVALCANTI, J. S. B. "Introduction." In: BONANO, A.; CAVALCANTI, J. S. B. (eds.). Globalization and the Time-Space Reorganization. UK: Bingley, Emerald Publishing, 2011, p. 1-31.

BONANNO, A.; CAVALCANTI , J.S.B.. "Conclusions: The Contradictions of the Reconfiguration of Time and Space." Pp. 239-252 In: A. Bonanno and J.S.B. Cavalcanti (eds.) Globalization and the Time-Space Reorganization. Bingley, UK: Emerald Publishing, 2011 Pp. 239-252

BINFORD, L. et al. Rumbo ao Canadá. La migración canadiense de trabajadores agrícolas tlaxcaltecas. México: Ediciones Taller Abierto, 2004.

BOSSO, R. M. V. ET AL. Effects of genetic polymorphisms CYP1A1, GSTM1 and GSTP1 on urinary 1-hydroxypyrene levels in sugarcane workers. Science on the Total Environement. V. 370, 2006, p. 382-390.

BURKE, P. A Fabricação do rei. A construção da imagem pública do rei Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BRUNO, R. Movimento SOU AGRO: Marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. ANPOCS, 2012. Texto digitalizado.CÁNOVAS, A. P. Trabajadores y agriculturas mediterrâneas en la globalización. Regiones, 2012, p.16-20. http://www.suplementoregiones.com/pdf/Regiones47.pdf. Acesso 10/01/2013.

CARDOSO, A. A.; MACHADO, C. M. D.; PEREIRA, E. A. Biocombustível, o Ito do combustível limpo. Química Nova na escola, N. 28, p. 2008. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc28/03-QS-3207.pdf. Acesso em 30/11/ 2008.

CAVALCANTI, J. S. B. Trabalho e mobilidade no mundo globalizado. In: MENEZES, M. A.; GODÓI, E. P. Mobilidades, redes sociais e trabalho. São Paulo: Annablume, 2011, p. 133-155.

COVER, M. O "Tranco da Roça" e a "Vida no Barraco": um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

DEGANS, A. Le Brésil émergent, un géant du XXIe siècle ? Révue géopolitique, 21/04/2012. http://www.diploweb.com/Le-Bresil-emergent-un-geant-du.html. Acesso em 18/01/2013.

DE LA GARZA, E. "Conclusiones" en la formación socioeconômica neoliberal. México: Plaza y Valdés, 2000.

FLORES, S. M. L. Es posible hablar de um trabajo decente em La agricultura moderno-empresarial em México? Cotidiano, México, enero-febrero, año 23, n. 147, 2008, p. 25-33.

_____. Los "encadenamientos migratórios" em regiones de agricultura intensiva de exportación em México. In: FLORES, S. M. L. (Org.). Migraciones de trabajo y movilidad territorial. México: Conacyt, Porrúa, 2010, p. 251-279.

GUANAIS, J. B. No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP. Dissertação de Mestrado. PPPG/Sociologia/UNICAMP, 2010.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2010.

JHONSON, Érica Cruz. O etanol como alternativa energética e sua consolidação na política externa brasileira no governo Lula. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília, 2010. Texto digitalizado.

LAAT, E. F. Trabalho e risco do corte manual da cana-de-açúcar. Tese de doutorado (Engenharia de Produção), Universidade Metodista de Piracicaba, 2010.

LUXEMBURGO, R. L'accumulation du capital. V. 1. Paris: François Maspéro, 1967.

MENEZES, M. A. ; COVER, M. ; SILVA, M. Os impactos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. Idéias. IFCH/UNICAMP. V. 1, p. 59-87, 2011.

_____; SILVA, M. S.; COVER, M. Migrant Workers in Sugarcane Mills: A Study of Social Networks and Recruitment Intermediaries in Brazil. Agrarian South: Journal of Political Economy 1(2), 2012, p.161-180.

_____. Juventudes rurais do nordeste: trabalho, migração e movimentos sociais. Relatório Acadêmico Sintético. Campina Grande/PB. Edital Universal MCT/CNPq 02/2006, Fevereiro, 2009.

_____. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dará/João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

NOVAES, J. R. P. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. RURIS. V. 3, N.1, Campinas-SP, 2009.

_____. e ALVES, F. (Orgs.). Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro). São Paulo: Editora UFSCar, 2007.

OLIVEIRA, A. U. A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. Agrária (São Paulo. Online), v. 12, p. 3-113, 2011.

http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/12/2Oliveira_AU.pdf

PLÁCIDO Jr; MELO, M. MENDONÇA, M. L. O mito dos agrocombustíveis, Comissão Pastoral da Terra e rede Social de Justiça e Direitos Humanos (Org.). Agroenergia: mitos e impactos na América Latina. São Paulo, 2007.

QUINTANA, O. B. Relación de gênero, trabajo trnasnacional y migración temporal: trabajadores y trabajadoras agrícolas mexicanos em Canadá. Primer Coloquio Internacional Migración y desarallo: transnacionalismo y nuevas perspectivas de integración. 23 a 25 de octubre, 2003, Zacatecas, Mexico. Disponível em pdf. http://www.migracionydesarrollo.org. Acesso em 15/01/2013. _____. Gênero, sexualidade e identidade. Transmigrantes mexicanos em Canadá. II Coloquio internacional sobre Migración y desarollo. Migración, transnacionalismo y transformación social. 26- 28 octubre, 2006. México. Disponível em pdf: http://www.migracionydesarrollo.org. Acesso em 15/01/2013.

RAMOS, P. Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e ... atual. Texto digitalizado, edição do autor, 2011.

REIGADA, A. Agricultura industrial em Andaluíca y feminización del trabajo em las cadenas agrícolas globales. Regiones, n. 47, año 8, p. 22-26, 2012. http://www.suplementoregiones.com/pdf/Regiones47.pdf. Acesso 10/01/2013.

RIBEIRO, H. & PESQUERO, C. Queimadas de cana-de-açúcar: avaliação de efeitos na qualidade do ar e na saúde respiratória de crianças. Estudos Avançados. V. 24, N. 68, 2010, p. 255-271.

RIBEIRO, H. Sugar cane burning in Brazil: respiration heath effects. Rev. Saúde Pública, N. 42, V. 2, 2008, p. 370-376. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n2/en_6804.pdf. Acesso em 03/12/2009.

RODRIGUEZ, O. A. La Unió de Pagesos y el reclutamiento de mano de obra extrnagera em Cataluña. Estudios. Centro de Documentación de las migraciones. Madrid, n. 46, mayo, 2011, p. 1-24.

_____. Reterritorializando el flujo de mano de obra extrangera: el nacimiento de uma instituición total nueva eN La agricultura catalana. Geopoliticas, 2011. V. 2, n. 2, 277- 281.

SCHUTTE, G. R. Avaliação crítica da diplomacia do etanol. Paper apresentado na mesa "Diplomacia e Energia". Primeiro Seminário Nacional de Pós-graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Brasília, 12/07/2012.

SILVA, M. S. Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência Paulistas: Sociabilidades, Trabalho e Formas de Resistência. Tese de Doutorado. PPGCS, UFCG, 2011.

SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo: Edunesp, 1999.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. Abra. V. 33, n. 2, ago/dez, 2006, p. 111-142.

_____. Mortes e acidentes nas profundezas do "mar de cana" e dos laranjais paulistas. InterfaceHES. V. 3. N. 2, 2008, p. 1-10. Disponível em: www.interfacehs.sp.senac.br/

_____. Fragmentos, Vídeo. 40'. FAPESP, CNPq, Secretaria das Mulheres, 2011.

_____. Trabalho oculto nos canaviais paulistas. Perspectivas, São Paulo. V. 39, p. 11-46, jan./jun. 2012.

_____; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da cultura canavieira paulista. Sociologias. N. 24, mai/ago, 2010, p. 196-241.

SILVA, W. F. et al. Análise da expansão da área cultivada com cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil: safras 2005/2006 a 2008/2009. Anais do IV Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto. Natal, Brasil, 25 de abril de 2009, INPE, p.467-474.

SZMRECSÁNYI, T. Tecnologia e degradação ambiental: o caso da agroindústria canavieira no estado de São Paulo. Informações econômicas. São Paulo, V. 24, n. 10, out, p. 73-82, 1994.

THOMAS Jr. A. Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI.(Limites Explicativos, autocrítica e desafios teóricos). Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Tese de livre-docência UNESP/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP, 2009. http://www4.fct.unesp.br/ceget/

VERÇOZA, L. V. Trabalhadores nos canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência. Dissertação de Mestrado. PPG/Sociologia/UFSCar, 2012.

XAVIER, C. V. et al. Monopólio na produção de etanol no Brasil. A fusão Cosan-Shell. São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

OS ATORES DO RURAL PAULISTA: UM ENSAIO SOBRE A REGIÃO CENTRAL[1]

Giovana Gonçalves Pereira
Jéssica Aline Troiano

O presente artigo objetiva elucidar as transformações ocorridas no mundo rural paulista dado à convivência e interdependência de atores (trabalhadores rurais, pequenos produtores e empreendedores agrícolas). Os espaços (dantes urbano e rural) aqui se organizam no contexto de transformações ocasionadas tanto pela agricultura itinerante quanto pela consolidação dos Complexos Agroindustriais que constituem sempre novas fronteiras agrícolas pelo território brasileiro, acarretando em reestruturações e reorganizações dos agentes produtivos (camponeses, pequenos produtores e empreendedores, etc.), bem como, da agroindústria e dos fluxos migratórios. Neste sentido, por intermédio de levantamentos bibliográficos e pesquisas de campo realizadas em algumas cidades da região central do Estado de São Paulo desde meados de 2010, definimos a presença e atuação de alguns dos agentes envolvidos com os espaços rurais desta região.

A América Latina é das regiões mais desiguais do mundo (GARCIA e OLIVEIRA, 2010). Junto ao Caribe presenciou o agravamento da pobreza na região com o aumento de 3 milhões no número de pobres que na década de 2000 atinge a marca de mais de 90 milhões. A pobreza, nessa conjuntura, é associada às condições de vida no campo e ao processo histórico de concentração de renda característico de países "em desenvolvimento" (LEITE e ÁVILA, 2007, p.782). Ademais, a desigualdade no interior dos países latino-americanos é marcada por heterogeneidades regionais (GARCIA e OLIVEIRA, 2010).

Os desequilíbrios regionais, no caso brasileiro, podem ser correlacionados à discussão do subdesenvolvimento econômico que se fundamenta com a empresa agrícola nordestina de exportação de açúcar no Século 17. Com a abundância de terras e a rarefação da população considerada 'livre', o processo de concentração fundiária é impulsionado pela Lei de Terras

[1] O presente artigo é uma versão revisada do trabalho apresentado no II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente realizado em Junho de 2013 em São Carlos.

(1850) que se dá de forma adjacente ao chancelamento e legitimação dos cartórios (CANO, 2002). Atualmente, a terra permanece como ativo de alta concentração. Estima-se que nos anos 90, 1,03% dos proprietários detinham cerca de 50% das extensões territoriais da Argentina, Brasil, Colômbia e Paraguai[2]. Assim, podemos aferir que a concentração de terras, tradução paradoxal do movimento de modernização da agricultura que se mantém com estruturas de dominação arcaicas, é um dos pilares das relações assimétricas existentes no território brasileiro (PORTO-GONÇALVES e SANTOS, 2012).

Na segunda metade dos anos 80, o Brasil vivencia diversas transformações no mundo rural, impulsionadas pela "percepção" da invalidade técnica e econômica de um modelo agrícola pautado, particularmente, na pequena propriedade familiar. Por conseguinte, os avanços da agricultura, como a intensificação da "modernização" do campo, o advento da agricultura empresarial, a consolidação do direito inalienável da propriedade privada, e, a integração crescente dos capitais (financeiro, comercial, industrial e agrícola), passa a compor o padrão agrícola requerido pela agricultura brasileira. Surge, neste contexto, a *"caificação"* do padrão agrícola, ou seja, o crescimento do número, tamanho, poder e integração dos Complexos Agroindustriais (CAIs).

Como pontua Martine (1991, p.8), esse momento simboliza "o fenômeno central de transformação na agricultura" que contribuirá para o fortalecimento da imagem de uma "agricultura moderna" ancorada nas "supersafras", que são constituídas por meio da financeirização, dos avanços técnicos científicos e da utilização crescente de agroquímicos na produção agrícola, dá-se assim, a emergência da "agricultura convencional" no meio rural brasileiro. Esse processo está inserido na dinâmica mundial iniciada com a chamada "Revolução Verde" por volta da década de 70, responsável pela visão de que altos níveis de produtividade eram vitais para o suprimento da crescente demanda mundial de alimentos, fundamentando, assim, a difusão da utilização dos agrotóxicos, das plantas geneticamente modificadas, dos fertilizantes químicos e da alta mecanização dos processos produtivos (EHLERS, 1996). Em ampla medida, essas mudanças que se deram no contexto internacional englobaram o desenvolvimento da agricultura brasileira e impulsionaram seu processo de modernização.

Em simultâneo a manutenção da ***agricultura itinerante,*** representada pela marcha ou deslocamento espacial de setores agrícolas, como a agricultura de subsistência e exportação e suas inter-relações, é dada sob o panorama da ***modernização conservadora*** entre os anos de 1965 e 1979 que incentiva prioritariamente às culturas exportáveis e passíveis de capitalização, ou seja, da cana-de-açúcar, da laranja, do trigo, da soja, do algodão e do cacau. Com isso, nota-se, primeiramente nos anos 80, um aumento das exportações agroindustriais que figuram como setor principal da economia ainda na atualidade. Ademais, assistimos entre as décadas de 1960 a 1980 um forte êxodo rural conjugado ao aumento de assalariamento rural e, consequentemente uma intensificação da migração (CANO, 2002, 2004 e MARTINE, 1991).

Soma-se a essa cojuntura as recentes transformações da sociedade brasileira no que toca as dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Quanto aos espaços rurais e as atividades agrícolas é possível identificar influências fundamentais das quais as mudanças dos processos produtivos, do setor de transportes, dos meios de comunicação e dos avanços das tecnologias da informação (WANDERLEY, 2009 e SILVA, 1997) corroboram para a construção de novas conjunturas implicando em também novas formas de pensar, debater e conceituar os espaços rurais. Na mesma medida, Wanderley (2009) define o meio rural brasileiro como uma heterogeneidade

[2] Ver mais em Leite e Ávila, 2007, p.784.

de espaços, processos e atores sociais – muitos dos quais ocupando os mesmos territórios e localidades, compondo, portanto, inter-relações. Disso decorre a necessidade de construir uma tipologia dos espaços e agentes inseridos no meio rural brasileiro.

Esse cenário revela ainda o desdobramento de novos paradigmas produtivos. As consequências ambientais e sociais da agricultura convencional provocaram nas últimas décadas questionamentos acerca de sua viabilidade, culminando nas ideias de desenvolvimento rural sustentável ou ainda agricultura sustentável. Estas postulam a concepção de uma agricultura que permita o desenvolvimento social e econômico tendo em vista a conservação dos recursos naturais (JALCIONE, 2009).

Temos então que atuam na agricultura brasileira, ambos os modelos produtivos (agricultura convencional e a agricultura sustentável). Carneiro (2007) ressalta, neste sentido, uma dualidade paradoxal nesses paradigmas produtivos que valoriza a agricultura convencional como associá-la a alta produtividade, a demanda de mercado e a organização empresarial e, simultaneamente, vincula agricultura sustentável à baixa produtividade, ao autoconsumo e produção familiar.

Por fim compreendemos que tanto a agricultura quanto os trabalhadores assalariados rurais e pequenos produtores (de forma não excludente) tornaram-se itinerantes[3] e, necessitam se adaptar às demandas do mercado e, é sob esse cenário que nossa discussão se insere.

Os CAIs da Região Central Paulista: O monopólio da cana-de-açúcar e da laranja e o surgimento das cidades do agronegócio

Na década de 1960, ocorre a intensificação do processo de modernização da agricultura paulista, em decorrência da reconfiguração do processo produtivo (SILVA, 2008). Simultaneamente temos o surgimento das grandes usinas produtoras de açúcar e álcool (SILVA, 2008), bem como, da indústria processadora de sucos de laranja (PAULILLO, ALMEIDA e MELLO, 2008) na Região Central do Estado.

No contexto da constituição dos complexos agroindustriais (CAIs) na década de 80 temos a consolidação do agronegócio no território brasileiro graças à territorialização dos capitais e a oligopolização do espaço agrário. O aumento da infra-estrutura ocasiona, dessa forma, a construção de bases sólidas para a modernização agrícola e industrial no território brasileiro. Deste modo, o agronegócio estabelece novas relações entre o campo e cidade e, concomitantemente promove o acirramento das desigualdades sociais[4]. O neoliberalismo figura, nessa conjuntura, em conjunto aos grandes conglomerados tanto em níveis nacionais quanto internacionais e promove a crença de que sem escala de produção não existiria crescimento econômico (MARTINE, 1991).

Prova disso são os complexos agroindustriais tradicionais da Região Central. O complexo agroindustrial sucroalcooleiro é historicamente uma das principais indústrias do país (NETO, 2009) enquanto que a indústria citrícola brasileira é responsável por cerca de 50% da produção mundial de suco de laranja (NEVES et al, 2010). A concentração – e consequente monopólio dos complexos agroindustriais –, por sua vez, pode ser ilustrada pelos Grupos Empresariais: Raízen, Fischer e Cutrale (NETO, 2009 e PAULILLO et al, 2008) que possuem unidades produtivas em diversas cidades da região. Além disso, o monopólio das culturas exportáveis, nesse caso da cana-de-açúcar e da laranja, é perceptível quando analisamos a produção agrícola da Região Central:

[3] Ver mais em Cano, 2002 e Martine, 1991.
[4] Ver mais em Elias e Pequeno, 2007.

Ocasionalmente, os pequenos proprietários – responsáveis pelos setores de baixa eficiência produtiva (culturas menos capitalizadas) – se comportam como "peças" fundamentais aos CAIs, uma vez que são responsáveis por parte da produção de matéria prima da agroindústria em suas propriedades (MARTINE, 1991). Cenário encontrado nas cidades de Taquaritinga, Nova Europa, Araraquara, Ibitinga, Gavião Peixoto e Matão. Conquanto, o arrendamento da propriedade para as usinas e indústrias processadoras de suco de laranja é um costume característico do território paulista, e, se configura de forma complementar como prática que viabiliza, não raramente, o processo de "diversificação produtiva" por parte dos pequenos produtores e agricultores familiares da região. O "arrendamento", neste sentido, atua como fonte de renda distinta desses produtores e se apresenta simultaneamente como "garantia financeira" e "financiamento indireto" de outras atividades produtivas, ou mesmo de atividades alternativas realizadas por pequenos produtores. A relação irá se estabelecer, em síntese, pela interdependência de ambos os atores rurais, ou seja, dos empreendedores rurais – representantes dos grandes conglomerados agroindustriais – e dos pequenos agricultores. Todavia, cabe ressalva que essas relações de coexistência se estabelecem em bases assimétricas de dominação.

As cidades do agronegócio surgem também neste contexto e são atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais relacionáveis. Neste sentido, o desenvolvimento das cidades do agronegócio depende, em diversos níveis, dessas atividades, cuja produção e consumo se darão, em grande parte, de forma globalizada (ELIAS e PEQUENO, 2007). Poderíamos citar aqui, especialmente, os casos de Matão/SP e Dobrada/SP. O município de Matão se localiza no centro-leste do Estado de São Paulo e possui sua economia pautada na agroindústria mais precisamente no setor citrícola. Abriga em seu território desde o inicio dos anos de 1960 a maior unidade do Grupo Fischer, um dos principais produtores e exportadores de suco de laranja no mundo, que em conjunto à Cutrale é responsável por mais de 70% da produção do suco processado no país (PAULILLO et al, 2008). A zona industrial da cidade, por exemplo, compõe o quadro da economia matonense e torna visível a relação entre o setor e suas empresas "satélites" – de 'sustentação' mecânica e tecnológica para a atividade agrícola. Ademais, notamos reconfigurações socioespaciais na cidade produzidas pela migração de trabalhadores rurais nordestinos empregados na colheita da laranja. Em linhas gerais, notamos especificidades na composição dos bairros[5] em "bairros tradicionais de moradores" e "bairros de migrantes", como bem pontua Silva (1999).

Enquanto que Dobrada localizada acerca de vinte quilômetros de Matão, encontra-se imersa num verdadeiro "mar de canaviais", considerando ainda que sua constituição se dá através de diversas trajetórias migratórias vinculadas ao trabalho rural. A cidade de Dobrada é consideravelmente um espaço de fluxos de trabalhadores e escoamento de produção, geralmente, nota-se um intenso movimento de ônibus rurais e caminhões de cana-de-açúcar. Em seu entorno, temos a Usina Bonfin, unidade pertencente ao Grupo Raízen, responsável pela contratação da maioria dos trabalhadores rurais da cidade e inclusive de trabalhadores de Santa Ernestina/SP. A população migrante de Dobrada se emprega, em geral, no corte de cana-de-açúcar, e o trabalho agrícola se vincula de forma direta à formação da cidade.

Em suma, ambas as "cidades do agronegócio" citadas apresentam construções sociais que aproximam a figura do migrante do trabalho rural, tanto por parte dos moradores "tradicionais" quanto pelos próprios envolvidos (indiretamente ou diretamente) na dinâmica migratória. Além

[5] Até mesmo as construções das casas e composições dessas em "fundos" e "frente" são característicos. A "frente", geralmente, é do "morador" da cidade, o "fundo" pertenceria ao migrante e suas famílias.

disso, apesar de perfis laborais um pouco distintos, essas pessoas possuem projetos migratórios semelhantes, ou seja, utilizam-se da migração como estratégia de sobrevivência às condições antagônicas que encontram na origem. Ademais, os indivíduos que pretendiam na época da pesquisa se fixar nas cidades paulistas, não obstante, alegam não ter para "quem voltar", em outras palavras, para estes a *família* ou sua rede de apoio – ligação visível com a terra – se encontra muitas vezes no local de destino. Todavia, percebemos uma tentativa de retomar a ligação simbólica com o local de origem, através de comidas e produtos "típicos" do nordeste, por exemplo. Percebemos, enfim, uma íntima relação entre os trabalhadores rurais alocados nas "pontas" do processo produtivo dos CAIs, o mundo rural e a economia da região, cuja estruturação se fundamenta em processos macroeconômicos que trataremos a seguir.

Assalariamento Rural: do pequeno agricultor ao trabalhador rural assalariado.

Nas décadas de 1970 e 1980, observa-se uma tendência de concentração populacional em determinadas áreas, fenômeno decorrente principalmente do esgotamento das fronteiras agrícolas e do acelerado processo de modernização da agricultura já explicitado[6]. A Região Sudeste, particularmente o Estado de São Paulo, vem, deste modo, a se constituir historicamente como polo de atração populacional. Nos anos 90, ocorre uma modificação na "cartografia migratória" na região, com a inserção das origens do Maranhão e Piauí devido há uma intensificação do ritmo de trabalho no campo (SILVA, 2008). De fato a Região Central do Estado apresenta atualmente, segundo dados do Censo de 2010, cerca de 60 mil residentes provindos da Região Nordestina[7], as principais concentrações em números percentuais em relação à população local são encontradas nas cidades de Américo Brasiliense (19%), Dobrada (30%), Ibaté (15%) e Ribeirão Bonito (16%).

Entretanto, não são todos os fluxos migratórios captados pela pesquisa que são passíveis de quantificação pelos levantamentos censitários. A migração direcionada aos trabalhos rurais no interior paulista, muitas vezes, se relaciona ao fenômeno de "migração permanentemente temporária", na qual, os indivíduos possuem "(...) vidas transitórias, marcadas pelo eterno partir e chegar" (SILVA, 2008, p.174). Em geral, os processos migratórios, em especial, os sazonais se fundamentam em estratégias de reprodução social. No caso da migração nordestina, temos que a figura do camponês, ou seja, de pequenos produtores que visam prioritariamente à produção para o autoconsumo e, residem no 'interior' dos Estados nordestinos, se constitui a partir do projeto migratório, seja este familiar ou individual (MENEZES, 2009).

O trabalho assalariado no "destino" permitiria, para o camponês nordestino, a complementação da renda e, por conseguinte a reprodução familiar na "origem" visto que há um desequilíbrio entre a produção e a necessidade de consumo (idem, ibidem). Ademais, a condição migratória também faz parte do ciclo de vida do indivíduo e da família sendo vivenciada por diversas gerações. Na cidade de Matão, assim como em São Carlos e Dobrada, não é raro encontramos discursos relacionados a projetos de "melhorar de vida" (SILVA, 2008 e MACIEL, 2013). Um caso interessante é de Silvia[8], uma mulher de cerca de trinta anos, colhedora de laranja que fará sua sexta safra no município matonense. Ela traduz seu projeto migratório

[6] Ver mais em Patarra, 1991.

[7] Todavia, não queremos afirmar que não existem outros fluxos migratórios direcionados ao Estado de São Paulo. A escolha preferencial pela Região Nordeste é decorrente dos resultados obtidos pelos estudos abarcados na Região Central desde 2010. Além disso, reconhecemos a importância de outros fluxos regionais (em especial do Sul e Centro-Oeste) para formação socioeconômica e cultural da região.

[8] O nome dos participantes da pesquisa foram trocados com intuito de preservar o anonimato de nossos colaboradores.

através do desejo de ver sua casa "crescer" no 'interior' do Piauí. A cidade de Dobrada, por sua vez, apresenta histórias migratórias que não implicam, majoritariamente, em retorno. Como explicita a história de Luiza, que já trabalhou na colheita da laranja e no corte de cana na região, e questionada sobre um possível retorno, afirmou que só "retornaria" para Pernambuco no caso de poder trazer sua mãe para São Paulo.

Percebemos, então que mesmo os projetos que aparentam a princípio serem caracterizados por vontades individuais são perpassados pela ótica familiar, inclusive no planejamento da migração de retorno. Além disso, a pré-condição de permanência e "adaptação" da população migrante ao local de destino se relaciona ao estabelecimento de vínculos laborais e familiares (DURHAM, 1984 e DE PAULA et al, 2005).

A contratação da população migrante para o trabalho na zona rural paulista pode ser efetivada de duas maneiras: a primeira é por meio da contratação na origem – prática mais difundida no corte de cana –, e a segunda através da contratação no destino. Os responsáveis pela arregimentação e contratação dos trabalhadores são os "gatos" ou "turmeiros", figuras contraditórias que ora representam os interesses da empresa, ora dos trabalhadores. Normalmente, os "turmeiros" e "gatos" são antigos trabalhadores rurais e moradores do mesmo bairro que a população migrante e/ou, em alguns casos, oriundos das mesmas cidades de origem dos trabalhadores (SILVA, 2008, MACIEL e BAENINGER, 2011).

Ademais, os trabalhadores rurais migrantes empregados na cana-de-açúcar se localizam, em geral, em alojamentos "fornecidos" pela própria empresa pela qual são contratados, contudo, existem "cidades-dormitórios" (SILVA, 1999), como Dobrada, que abrigam algumas famílias de trabalhadores. A migração para o trabalho no eito é majoritariamente masculina, enquanto que a migração para a colheita da laranja abarca uma abertura maior para a população feminina[9]. Neste sentido, e em razão da inexistência de alojamentos para colhedores de laranja na região, os trabalhadores rurais migrantes empregados na colheita da laranja se concentram em bairros específicos nas cidades que se localizam no entorno das plantações (ex: Matão, São Carlos, Ibaté, Dobrada, Araraquara, etc).[10]

Já o assalariamento dos trabalhadores rurais é dado por meio das medições de produtividade destes realizada pela figura dos fiscais (ALVES, 2006 e MACIEL BAENINGER, 2011), ou seja, por meio da contagem e/ou pesagem da "produção" do trabalhador. As visões dos trabalhadores acerca do trabalho rural, como já apontado por Maciel e Baeninger (2011), são em alguns casos positivadas pela relação anterior com o campo, visto que a maioria dos trabalhadores migrantes, especialmente os alocados na colheita da laranja, é pertencente à "categoria" de pequenos agricultores na origem. O ganho por produção acarreta inegavelmente um aumento no ritmo do trabalho, pois, esses trabalhadores vinculam seu assalariamento à possibilidade de melhorar suas condições de vida e de suas famílias. Em outras palavras, o projeto migratório de "*juntar um dinheiro*", "*fazer a casa crescer*", "comprar uma moto" é justificado pelo alto desempenho na colheita da laranja ou no corte de cana.

Entretanto, o ritmo acelerado de produção corrobora para o surgimento de doenças degenerativas relacionadas, sobretudo à coluna. Os acidentes de trabalho também não são raros, ouvimos alguns relatos sobre cegueira, lesões por esforço repetitivo, "picadas" de cobra, entre outros. Outros dois fatores alarmantes são relacionados ao envenenamento por agrotóxicos no

[9] 35% da mão de obra empregada nas safras de 2009/10 fora feminina. (NEVES, 2010)
[10] De acordo com Neves (2010), em relação aos trabalhadores temporários, na cultura da cana de açúcar se estabelece um emprego temporário para cada 41 hectares cultivados, ao passo que na cultura da laranja a razão é de um emprego para 9 hectares.

caso da colheita da laranja que podem resultar inclusive em mortes[11] e o uso de drogas ilícitas com o intuito de aumento do ritmo e capacidade produtiva, em particular, o uso do craque. Esse cenário é promovido pelo não controle do trabalhador sobre sua produtividade, como pontua Alves (2006), a medição da produção é geralmente realizada sem a presença do trabalhador no eito, prática também encontrada nos pomares. Deste modo, o trabalhador rural não dispõe de domínios claros e efetivos sobre o controle de sua produção e, consequentemente de seu salário final. Além disso, os números de atestados médicos são utilizados para a classificação entre "bons" e "maus" trabalhadores (MACIEL e BAENINGER, 2011).

Temos aqui a história de Isabel, que possui cerca de 40 anos, ex-colhedora de laranja, natural de Minas Gerais, residente em Matão há mais de uma década, se considera como sendo "*da cidade*". Ela conta que após trabalhar por mais de dez anos na colheita da laranja, encontra-se atualmente desempregada e impossibilitada de trabalhar. Segundo o médico que a acompanha, ela possui "*bico de papagaio e hérnia de disco*" em suas costas, mas que a mesma denomina como "*bico de tucano*" por suas constantes dores. Inclusive em sua última experiência como safrista Isabel "*travou*" a coluna por três vezes e ficou afastada. Todavia, por não possuir registro no início de sua carreira, não conseguiu se aposentar por tempo de serviço e busca uma aposentadoria por invalidez, sobrevivendo hoje aparentemente com os recursos de sua "*madrinha*" e a aposentadoria de seu pai.

A economia da região é, então, construída e viabilizada pela atuação desses trabalhadores na "ponta" do processo produtivo das agroindústrias, em outras palavras, a mão de obra migrante é fundamental, sobretudo, para o dinamismo econômico do país que se atrela ao êxito do modelo exportador agrário/agrícola (PORTO-GONÇALVES e SANTOS, 2012). Contudo, a presença dos trabalhadores rurais migrantes na região central do Estado passa, não raramente, "despercebida" beirando a invisibilidade pela maior parte da sociedade civil e do poder público. Em síntese, a mesma lógica perversa que ocasiona a migração pela busca do "melhorar de vida", dados os processos históricos de expropriação (SILVA, 2008 e MENEZES, 2009) financiados pela agricultura itinerante e pela modernização agrícola, é sustentada pelo assalariamento e trabalho da população migrante no campo.

As alternativas produtivas para os pequenos produtores rurais da região central do estado de São Paulo

Como vimos o mundo rural paulista abarca a convivência e inter-relação de diversos atores sociais. O estudo e a compreensão dos pequenos e médios produtores rurais paulistas são, neste sentido, essenciais, pois eles caracterizam a emergência e convívio de um "novo rural" (SILVA, 1997), tendo em vista as realidades contrastantes identificadas na região central do Estado de São Paulo que foram tratadas anteriormente.

[11] A pesquisa de campo desenvolvida com os trabalhadores rurais do interior do Estado de São Paulo se pauta na compreensão dos lugares de origem e destino. Deste modo, em julho de 2012, viajamos até o sertão piauiense e, ouvimos diversos relatos e comoção em razão de três mortes ocasionadas muito provavelmente pelo convívio com agrotóxicos no destino. Além disso, na cidade de Matão, em Outubro de 2012, um trabalhador rural morreu em decorrência de envenenamento por agrotóxicos, fato que foi amplamente divulgado pela mídia local: http://www.saibaja.com.br/tv-matao/noticia/1430-trabalhador-rual-morre-por-envenanemto.

A partir da realização de trabalhos de campo[12] e de mapeamentos das pequenas e médias unidades produtivas da região[13] buscamos identificar a presença de atividades alternativas, ou seja, de atividades que se diferenciem do modelo de produção da agricultura convencional, no caso, da cana-de-açúcar e da laranja. As atividades alternativas também podem ser compreendidas como processos produtivos que envolvem a qualificação do produto e o suprimento de mercados diferenciados (ABRAMOVAY, 2007). Dentre as atividades identificadas na região estão: a agricultura orgânica, cachaça artesanal, queijo artesanal, cerveja artesanal, pinga e vinho de mel, mudas florestais, plantas ornamentais, culturas diferenciadas para região tais como uvas, pêssego, maça e pera, dentre outras.

Verificamos nos casos analisados o perfil de produtores empreendedores (CAMPOS, 2010), que compartilham características das pequenas e médias empresas européias, como o emprego de tecnologias no processo produtivo, capacidade e qualificação para a gestão do empreendimento, opção por mercados diferenciados, etc. (BAGNASCO, 1999) traços que mais recentemente passam, como observamos, a ser parte da ruralidade brasileira. Abramovay (2001) assinala a cooperação, o conhecimento, a inovação e a troca de informações como elementos formadores desse tipo de produtor. Com a imersão em campo percebemos que a formação desses produtores empreendedores encerra a participação do SEBRAE/SP com sua assessoria técnica e gerencial. Este fomenta a perspectiva empreendedora desses produtores tendo como base o conhecimento produtivo ou saber-fazer dos mesmos.

Foram entrevistados 41 produtores presentes na região central do estado, dentre os quais 36 são homens e 5 são mulheres. Através da análise das variáveis utilizadas, no caso, "escolaridade" e "tempo em que é produtor" podemos, em linhas gerais, delinear o perfil desses produtores alternativos.

No que se refere à investigação da "escolaridade" identificamos que o desenvolvimento de atividades produtivas diferenciadas é correlacionado aos altos níveis de escolaridade. Captamos que 47% dos produtores entrevistados possuíam ensino médio completo, outros 24% cursos superiores[14], 14% ensino fundamental completo e outros 14% ensino fundamental incompleto. Essa constatação coincide com a hipótese de que para desenvolver essas atividades os produtores necessitam de conhecimentos básicos acerca de processos de gerenciamento, como a elaboração de planilhas para o controle dos gastos e ganhos da propriedade, a utilização da internet como ferramenta de atualização e informação, etc. Apesar de em ampla medida essa capacitação gerencial se dar via SEBRAE, não se exime a necessidade de níveis de conhecimento prévio por parte desses produtores.

Já em relação ao tempo em que o entrevistado exerce a profissão de produtor, dividiu-se a variável "tempo em que é produtor" em três opções a fim de tornar factível a apreensão de seus resultados. Sendo essas categorias: 1. "Produtor entre 1 e 12 anos", 2." Produtor entre 13 e 24 anos" e 3. "Produtor há mais de 25 anos". Nestes termos, 48% dos entrevistados se

[12] Foram visitadas 19 cidades da região central do estado, isso em decorrência do recorte das pesquisas que são base para a presente exposição. As cidades visitadas foram: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiju.

[13] Fazemos referência a duas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2011-2013. A primeira compõe Projeto Jovem Pesquisador FAPESP coordenada pelo prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos e intitulada "Capitalismo cognitivo e a dinâmica da pequena produção agrícola "alternativa" no contexto "local" de Araraquara - o caso do SAI - Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP". A outra pesquisa está em andamento, consiste em bolsa de Iniciação Cientifica financiada pela FAPESP, com projeto intitulado "A subjetividade do novo agente produtivo-consumidor na produção orgânica: o caso do Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável".

[14] Dentre os cursos em que são formados os produtores estão: história, advocacia, pedagogia, administração, biologia, turismo, engenharia de produção, farmácia, dentre outros.

encontram em atividades que envolvam de alguma forma o meio rural "há mais de 25 anos". Não raramente, esses produtores utilizavam a expressão "a vida toda" para designar o tempo que se dedicaram a produção agrícola/rural. Ademais, antes de optarem por alternativas produtivas empregavam apenas atividades convencionais em suas propriedades, tais como as culturas da cana-de-açúcar e da laranja. Num dado momento em decorrência de uma série de fatores relacionados às especificidades históricas de cada produtor os mesmos passaram a buscar uma produção diferenciada. Representam a categoria "entre 1 e 12 anos" 34% dos produtores entrevistados. Estes desde o princípio trabalham em atividades alternativas, sendo oriundos de outros ramos produtivos não ligados necessariamente ao espaço rural. Por fim, 18% estão na atividade "entre 13 e 24 anos", dentre esses observamos uma mescla das considerações verificadas nas opções anteriores. Ou seja, este grupo apresenta tanto produtores que iniciaram diretamente na produção alternativa quanto produtores que ingressaram antes em atividades convencionais para depois adentrarem naquelas alternativas. Seja entre os produtores que sempre estiveram relacionados à produção agrícola/rural seja entre aqueles que optaram por ela mais recentemente, identificamos que a permanência e/ou escolha pela produção rural/agrícola se alicerça nas atividades produtivas diferenciadas, as quais dentre outras vantagens possibilitam um retorno financeiro positivo.

Conforme aponta Veiga (2005), a articulação e reunião de atores individuais em grupos define o que denomina de Sistemas Produtivos Locais (SPL). Sistemas de produção que estimulam a cooperação em detrimento a competição mesmo que esses produtores estejam inseridos e supram um mesmo nicho de mercado. Tal compreensão da realidade social pôde ser relacionada ao que observamos com frequência em campo. Na cidade de Itápolis foram constatados dois grupos estruturados, o "Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável" caso atípico na região já que a única associação com membros 100% orgânicos, a "Coagrosol" – Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis – que agrega tanto produtores convencionais quanto orgânicos, com a especificidade de desenvolver o comércio justo entre seus membros. Em Ibitinga também foram encontradas duas associações, a APRIB - Associação dos Produtores Rurais de Ibitinga – com produtores de vários tipos de culturas; e uma associação de piscicultores que ainda está sendo articulada. Em Boa Esperança do Sul encontramos uma associação de apicultores. Tabatinga também possui uma associação chamada APROTABA – Associação dos Produtores Rurais de Tabatinga -, com predominância de produtores de pimentão.

As noções de desenvolvimento territorial e local puderam ser admitidas a partir da compreensão desses agentes do rural. A relação de interdependência entre produtores de localidades e espaços distintos compõe dinâmicas sociais comuns, formatando o que chamamos de território produtivo (CARNEIRO, 2007; WANDERLEY; 2009; ABRAMOVAY, 2000). Com os relatos dos entrevistados pudemos perceber o conhecimento recíproco de produtores de diferentes localidades, como por exemplo, produtores de Tabatinga conhecer aqueles de Matão. Entendemos que tal fato se dá em decorrência desses produtores plantarem as mesmas culturas e/ou participarem de cooperativas e associações, trocando, portanto, conhecimentos sobre suas experiências e relacionando-se a um "modo de vida", tendo em vista que os mesmos participam de eventos comuns tais quais festas comemorativas, cursos de capacitação técnica, etc.

Em resumo, entendemos que as novas dinâmicas identificadas envolvem configurações e reconfigurações da realidade do meio rural da região central do Estado de São Paulo resultando na complexidade das interpretações acerca dessa realidade que é díspar. A produção alternativa empreendedora implica o emprego do conhecimento típico desses produtores e o suprimento de mercados diferenciados, o que resulta na viabilização econômica e social desses produtores,

todavia não deixando de expor as dificuldades que "travam" sua propagação, como a necessidade da escolaridade, das dificuldades de formação de grupos e associações, em decorrência de múltiplas razões, como a falta de coesão e homogeneidade de interesses que permitam a união do grupo ou mesmo a carência do amparo de órgãos públicos em sua formação como casas da lavoura, sindicatos rurais, etc.. Contemplamos, portanto, a necessidade da problematização desse "novo rural" e suas especificidades tendo em vista a heterogeneidade do meio rural brasileiro apontada por Wanderley (2009).

Pretendemos com este estudo delinear as conjunturas que compõe a ruralidade da região central do Estado de São Paulo, dando ênfase para a convivência e interdependência dos diversos agentes envolvidos nos processos constitutivos do mundo rural, ao mesmo tempo em que buscamos incitar novos e distintos olhares para a realidade regional. Seja através da compreensão da relação entre os grandes complexos agroindustriais e os trabalhadores rurais, ou, seja por meio da coexistência da agricultura familiar de subsistência e da agricultura alternativa. Percebe-se, em síntese, que a análise dos espaços rurais é perpassada por enfoques complexos e contraditórios. Se por um lado existem convivências simbióticas a exemplo dos pequenos produtores estudados na região e dos complexos agroindustriais, encontramos, no entanto, condições perversas e paradoxais que difundem a pobreza que afeta especialmente as "pontas" do processo de produção agrícola, em outras palavras, os trabalhadores rurais, que são um dos responsáveis pela manutenção da agricultura convencional e agroexportadora.

Ademais, a presença do trabalhador rural no campo é primordial para o agenciamento de novos empregos em toda a cadeia produtiva, como explicita Neves (2010), para cada emprego direto no campo têm-se dois empregos indiretos ao longo da cadeia produtiva da laranja.

De fato como aponta Martine (1991), não existe questionamento acerca da evidência de que o aumento da produtividade na agricultura é uma condição essencial para o crescimento e desenvolvimento econômico da população brasileira. Entretanto, a modernização agrícola e a consequente rentabilidade e aumento da produção não significou a constituição de um "bem-estar" geral, afinal não há nenhuma garantia sobre a redistribuição dos benefícios do crescimento entre os mais diversos setores da sociedade. Em outras palavras, vimos que apesar da importância do trabalho da população nordestina no eito e nos pomares paulistas e, do papel fundamental dos pequenos produtores da região na manutenção da produção agrícola do Estado, não raramente, estes atores se inserem em relações assimétricas de dominação. Assim sendo, ainda que as constatações de Martine datem da década de 90, a reprodução das relações entre pequenos proprietários de terra, trabalhadores rurais e os Complexos Agroindustriais tendem a se perpetuar de forma análoga.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura e desenvolvimento rural. Jornal O Valor Econômico, 14, jun., 2007.

_____. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. Revista de Economia Aplicada, v.4, n.2, 2000, p. 379-396.

_____. Nova dimensão para as pequenas propriedades rurais. Gazeta Mercantil, 28, jun., 2001.

ALMEIDA, J. P. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2009.

ALVES, F. Por que morrem os Cortadores de Cana? In: Saúde e Sociedade. V. 15. N.3 Set/Dez 2006.

BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: Cocco, G.; Urani, A. Galvão, A. P. (Org.), Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro, DP&A Ed. 1999.

CAMPOS, R. L. S. Capacitação rural: o caso do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP – Módulo de Araraquara, 2010. Relatório de pós doutorado – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CANO, W. Ensaios sobre a Formação Econômica Regional do Brasil. Editora UNICAMP. Campinas. 2002.

CARNEIRO, M. J. Notas sobre a noção de desenvolvimento territorial e sustentabilidade e o lugar da multifuncionalidade da agricultura. 2007. Disponível em: http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Carneiro_M_J_Coloquio_Floripa_2007.pdf (Acesso em: Setembro de 2012).

DE PAULA, A; CUNHA, M; CLEPS JUNIOR, J; HERLES S. R. Itinerários Sertanejos: Travessias nas Partidas e Chegadas do Homem no Sertão do Gerais . XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto-SP. In Anais do: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. SOBER. Brasília (DF). 2005. V. Único.

DURHAM, E. R. A Caminho da Cidade: a Vida Rural e a Migração para São Paulo. Editora Perspectiva. 3ª edição. 1984.

EHLERS, Agricultura Sustentável origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EHLERS, Agricultura Sustentável origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades Socioespaciais nas Cidades do Agronegócio. In Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém. 2007.

GARCIA, B.; OLIVEIRA, O. Cambios Familiares y Políticas Públicas em América Latina. In IV Congreso de la Asociacíon Latinoamericana de Poblácion. La Habana. Cuba. 2010.

LEITE, S.P; ÁVILA, R.V. Reforma Agrária e Desenvolvimento na América Latina: Rompendo com o Reducionismo das Abordagens Economicistas. RER. Rio de Janeiro. Vol. 45. N 03. Julho/Set 2007.

MACIEL, L. M. O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na migração rural-urbana para o interior de São Paulo. Jundiaí, Paco Editorial, 2013.

_____; BAENINGER. R. Assalariamento rural no interior de São Paulo: um estudo sobre migrações e identidades. In: 35º Encontro Anual da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) Caxambu - MG. 2011.

MARTINE, G. A Trajetória da Modernização Agrícola: A Quem Beneficia ? Lua Nova. N 23. São Paulo. Março de 1991.

MENEZES, M. A. Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste. In: Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias. Vol.II: Estratégias de Reprodução Social. Org: Emilia Piestrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes & Rosa Acevedo Marin. UNESP. São Paulo. 2009.

NEVES, M. F. (coord.) et al. O Retrato da Citricultura Brasileira. CitrusBR. Ribeirão Preto (SP). 2010.

NETO, M. M. De Sucroalcooleiro a Sucroenergético: a Construção de um Campo Organizacional. In Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. 2009.

PATARRA, N. el al. População e Espaço: Movimentos Migratórios, Urbanização e Regionalização. In: FUNDAP. Políticas Sociais no Brasil: Avaliação e Propostas para os ano 90. Documento de Trabalho. DT/Qs11. FUNDAP. São Paulo. 1991.

PAULILLO, L.F.; ALMEIDA, L.M.; MELLO, F.O. A Coordenação Agroindustrial Cítricola Brasileira e os Novos Recursos de Poder: Dos Políticos aos Jurídicos. In: Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; SANTOS, L. H. R. A Violência que se esconde atrás de êxito do modelo agro-exportador. In: Conflitos no Campo Brasil. Orgs: Antônio Canuto, Cássia Regina Luz, Isolete Wichinieski. CPT Nacional Brasil. Goiânia (GO). 2011.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43- 81, maio de 1997.

SILVA, M. A. M. Errantes do Fim do Século. Ed.UNESP. São Paulo (SP). 1999.

_____. Expropriação da Terra, Violência e Migração: Camponeses Maranhenses no Corte da Cana em São Paulo. Cadernos CERU (versão online). vol. 19, no. 1, p. 165-180. 2008. (Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ceru/v19n1/12.pdf > - Acesso em Maio/2011).

_____; MELO, B. M.; VERÇOSA, L. V. Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: A Permanência do Intolerável. In Conflitos no Campo Brasil 2011. Orgs: Antônio Canuto, Cássia Regina Luz, Isolete Wichinieski. CPT Nacional Brasil. Goiânia (GO). 2012.

VEIGA, J. E. Do local ao Global. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DE CAMPONESAS A OPERÁRIAS – EXPERIÊNCIAS DO TRANSITAR FEMININO NO CAMPO E NA CIDADE

Juliana Dourado Bueno

O ponto de partida e o universo de investigação das reflexões aqui apresentadas são a experiência e a trajetória laboral de mulheres e homens que trabalharam em um abatedouro de frangos em São Carlos/SP. As narrativas[1] nos permitiram verificar que, para além da precarização característica de suas trajetórias laborais, essas pessoas têm o início de suas vidas marcado pela moradia e/ou trabalho no campo.

As trajetórias evidenciam que num primeiro momento, muitos homens e mulheres vão sendo obrigados a deixar as áreas das colônias e fazendas de café no interior do Estado de São Paulo (regiões de Araraquara e São Carlos), que foram sendo transformadas em imensos canaviais.

Para outras pessoas, o movimento migratório quase forçado em razão da expansão de monoculturas, escassez de terras e serviços nos Estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão, as afasta de um contexto de vivência nas terras onde costumavam tirar o sustento próprio e familiar. Além disso, muitas que se empregavam no corte de cana-de-açúcar são alijadas dessa atividade devido ao crescente processo de mecanização do corte.

Trata-se, portanto, de pessoas que circularam pelos ambientes do campo e da cidade, em movimentos de idas e vindas que evidenciam a complementaridade entre os espaços "rurais" e "urbanos", pois elas não só transitam por esses espaços em razão da diversidade de atividades laborais, mas carregam consigo as lembranças, os modos de vida, costumes, gestos, falas pertinentes aos espaços do campo e da cidade.

A perspectiva da complementaridade entre os espaços sociais do campo e da cidade está ancorada na argumentação de Wanderley (2001), segundo a qual a existência do rural não supõe

[1] As reflexões apresentadas neste texto partem do estudo desenvolvido para a elaboração da dissertação de Mestrado, concluída em 2011, intitulada *De camponesas a operárias: experiências do transitar feminino*, desenvolvida com o financiamento da FAPESP, sob orientação da professora Maria Aparecida de Moraes Silva, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

uma realidade isolada e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Antes de tudo, o mundo rural "mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba" (p. 31).

Diante desse cenário, as reflexões apresentadas neste texto buscam lançar a seguinte contribuição: compreender o movimento de idas e vindas pelos espaços sociais do campo e da cidade. As bases dessa compreensão são as trajetórias femininas e masculinas de trabalhadoras e de trabalhadores empregados em um abatedouro de frangos na região de São Carlos.

Para traçar um caminho seguro que nos levasse ao objetivo geral aqui proposto, a metodologia da História Oral se mostrou bastante relevante por permitir que os dizeres e as práticas que se apresentam nos relatos, em momentos de entrevistas[2], conversas e observação ao campo empírico revelem uma história que nem sempre é apresentada pela "História Oficial". Ao descrever atividades humanas até então consideradas sem valor, dá-se visibilidade aos grupos cuja história foi apagada ou esquecida (SCOTT, 1999, p. 24). Essa visibilidade é ainda mais relevante por se tratar de mulheres trabalhadoras, algumas das quais migrantes e negras, que têm suas identidades apresentadas de forma estigmatizante.

É válido apresentar também – para o debate aqui proposto – as reflexões sobre as relações de gênero, conduzindo a análise para a compreensão das formas como a dominação vai sendo introjetada nas mulheres, apontando também os caminhos possíveis de resistência. A perspectiva adotada aqui é aquela segundo a qual o gênero é entendido e utilizado para mostrar as relações sociais entre os sexos, indicando as "construções sociais" sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. O termo refere-se às origens sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1990). Neste ponto-de-vista destaca-se o fator *social* (SAFFIOTI, 2004) que envolve as relações entre homens e mulheres (e também de cada grupo entre si) para afastar o essencialismo biológico que coloca como naturais e essencializadas as características de homens e mulheres.

Vale lembrar que o gênero não pode se desvincular de outras categorias sociais (DOMINGUEZ e OQUENDO, 2002), já que os homens e as mulheres não formam um grupo homogêneo: as mulheres trabalhadoras estão ligadas a uma raça/etnia, são provenientes de certas regiões, apresentam modos de vida que lhe são peculiares. Não serão desconsideradas, portanto, as especificidades de cada grupo, antes de tudo, as observações buscam apresentar momentos das histórias de vida que demonstram também uma recusa da construção hierárquica entre masculino e feminino, numa tentativa de se aproximar da proposta de Scott (1990), qual seja: a de reverter ou deslocar os funcionamentos da referida construção hierárquica.

Assim, ao nos debruçar sobre as trajetórias dos sujeitos e grupos, especialmente as mulheres, estabelecemos um exercício sociológico de apreensão das relações entre estrutura e sujeito que se encarregam de mostrar as particularidades dos espaços sociais para além de sua dimensão física.

Os tópicos seguintes procuram seguir a trajetória realizada pela maioria das mulheres e dos homens empregados no abatedouro de frangos: o início da vida com a família nos sítios e roçados, realizando atividades camponesas de plantio de diversidades de culturas e criação de animais; a passagem para o assalariamento rural, por meio do emprego em atividades agrícolas

[2] A pesquisa em campo empírico e entrevistas foram realizadas nos anos de 2009 e 2010. As conversas se deram nos domicílios das trabalhadoras e dos trabalhadores nos municípios de São Carlos e Ibaté.

como o corte de cana e a colheita da laranja; e a proletarização urbana – momento em que procuram atividades remuneradas no abatedouro de frangos.

Início das trajetórias no campo – as colônias e os roçados

História e narrativas são os instrumentos que lançaremos mão para desenvolver as reflexões presentes neste tópico. As narrativas das mulheres que se cruzam em muitos momentos – como no assalariamento rural em atividades realizadas nos canaviais e laranjais, e no trabalho realizado no abatedouro de frangos – também se iniciam no mesmo ponto: os primeiros anos da vida passados no campo.

Sítios, roçados e fazendas nos Estados da Bahia e Pernambuco; fazendas de café e sítios nos municípios de Araraquara/SP e São Carlos/SP: para além das diferenças geográficas pertinentes a cada local, o que une os pontos de origem das mulheres entrevistadas é o modo de vida das áreas rurais. O trabalho coletivo e a valorização da terra enquanto provedora da subsistência do grupo doméstico são características que evidenciam uma forma de viver rememorada por meio das narrativas.

Para iniciar, apresentaremos parte do debate teórico acerca do regime de colonato[3], pois muitas das mulheres entrevistadas passaram os primeiros anos de suas vidas em colônias com seus familiares nas regiões de Araraquara/SP e São Carlos/SP, cidades do interior do Estado de São Paulo que fazem limite com Ibaté/SP, onde vivem atualmente a maioria das pessoas que trabalham no abatedouro de frangos em questão.

O sistema de colonato como regime de trabalho se iniciou no Estado de São Paulo no século XIX, permanecendo até o início da década de 1960 nas grandes fazendas de café e cana-de-açúcar do interior do Estado. A implantação do colonato foi "fundamental para a formação de uma força de trabalho livre e assalariada" (CAÍRES, 2008, p. 163).

Enquanto trabalhador, o colono não era visto a partir de uma ótica individualizada, mas era um "trabalhador que combinava as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher, os filhos com mais de sete anos" (MARTINS, 1979, p. 82).

Para os moradores da colônia, a terra, o trabalho e a família se completavam, apresentando um valor essencial para a vida, por isso a terra não era vista como mercadoria, mas como um elemento de desenvolvimento de seus modos de vida. Os colonos trabalhavam nas terras do empregador em atividades na colheita de café, por exemplo, ou na realização de tarefas na fazenda, como o preparo da terra, o feitio de cercados, o cuidado com os animais. Assim, dividiam o tempo entre a *cultura do fazendeiro e a cultura do colono*, esta, caracterizada pelo cultivo da lavoura de subsistência familiar:

> O colono combinava a produção de café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Especialmente nos cafezais novos era-lhe permitido plantar milho e feijão e, em menor escala, arroz, batatas, legumes etc. Essa produção lhe pertencia inteiramente, em grande parte consumida pela família e em parte vendida aos comerciantes ou, até mesmo, ao fazendeiro (MARTINS, 1979, p. 83).

A família de colonos era, portanto, ao mesmo tempo produtora e consumidora, na medida em que cuidava de sua subsistência sem comprometer a produção da fazenda, voltada para

[3] Intentamos, neste tópico, somente tangenciar o debate teórico acerca do regime de colonato, com a finalidade de situar o início das trajetórias estudadas. Trata-se, portanto, de uma breve apresentação sobre o tema, sem pretensões de um levantamento extensivo.

o mercado. Reduziam-se, então, os custos para o fazendeiro, que não sentia necessidade de garantir rendas elevadas para os colonos (SILVA, 2004b, p. 556).

O trabalho das mulheres era de fundamental importância para a manutenção do regime de colonato, na medida em que estas se encarregavam das atividades produtivas e reprodutivas: realizavam as tarefas no interior da unidade doméstica, alimentavam os filhos e os maridos para trabalhar nas lavouras e muitas vezes trabalhavam também na roça de subsistência e nos cafezais da fazenda (SILVA, 2004b). Não são poucos os depoimentos de mulheres que se recordam da infância acompanhando as mães nas lavouras de café. Mesmo com a diversidade de tarefas, nas colônias, as mulheres não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas. Essas tarefas eram controladas diretamente por homens da família – o pai, e posteriormente, o marido. (Ibid., p. 557).

Os seguintes excertos de entrevistas demonstram a rotina do período em que as trabalhadoras do abatedouro de frangos viviam nas colônias, as tarefas realizadas pelos membros da família, pelo pai, mãe e irmãos.

> Nice – Na época, (...) meu pai levantava de madrugada, ia... é... tirar leite do gado. Aí durante o dia cuidava do gado, eu ia para a escola de manhã, na época eu estudava em São Carlos, que o ônibus vinha buscar a gente na fazenda, eu estudava em São Carlos. Eu não trabalhava porque eu era pequena, *meus irmãos trabalhavam, já, tiravam leite junto com meu pai, também trabalhavam na fazenda. Aí minha mãe cuidava da casa, tinha um sítio perto que minha mãe ia apanhar café*. Aí meu pai plantava, meu pai plantava arroz, fazia horta, criava criação na fazenda.
>
> Juliana – Nesse período, por exemplo, que você morava na fazenda, tinha... eles davam algum espaço para sua família plantar alguma coisa?
>
> Nice – Davam. Meu pai plantava arroz, fazia horta. *A gente sempre ia com minha mãe e meu pai, sabe? Ficava lá no meio. Eles levavam a gente, a gente era pequeno, no café.* Minha mãe trabalhava no cafezal. (...) À tarde eu ia levar almoço para minha mãe no cafezal. Ela ficava lá e a gente brincando. Ela trabalhando e a gente brincando. (Risos). Ah, é gostoso. É o tempo que a gente não esquece. O tempo que deixa saudade, era muito bom!
>
> J – Era gostoso?
>
> N – Gostoso, era mais família também. *A mãe ia trabalhar e levava a gente tudo junto*. Quer dizer, você ficava mais com a família. Agora, não, eu quase não vejo meus filhos. (Risos)
>
> *(Nice4, em entrevista realizada em junho de 2009, em Ibaté/SP)*

Fica evidente na passagem a realização da dupla jornada de trabalho feminina, já que sua mãe se encarregava dos serviços na roça e das atividades domésticas. No que diz respeito especificamente à divisão de tarefas entre os membros da família no cafezal, Martins (1979) aponta:

> O homem, sobre uma escada de tripé, colhia nas partes altas do cafeeiro, a mulher nas partes médias e as crianças nas partes mais baixas, na saia da planta. Em ambos os casos, no trato e na colheita, o rendimento monetário anual do colono dependia do grau de intensificação do trabalho que podia impor à família (p. 82).

A possibilidade de acesso à roça de subsistência familiar era limitada para os colonos (STOLCKE, 1986), uma vez que o pequeno roçado geralmente era insuficiente para a alimentação de todo o grupo familiar, assim o trabalhador tinha que passar um tempo trabalhando para o senhor no intuito de receber alguma forma de pagamento que o permitisse comprar alimentos ou recebê-los em espécie.

[4] Os nomes das pessoas entrevistadas apresentadas neste texto são fictícios.

Nas narrativas também fica perceptível a valorização do tempo da colônia pelo fato de que o período representava a tranquilidade, diversão e segurança que não encontra no ambiente da cidade, onde vive atualmente:

> Juliana - Como que era viver numa fazenda?
>
> Cida - É, eu só ajudava minha mãe a cuidar da casa e brincava o dia todo... era gostoso brincar na colônia, para mim era bom.
>
> Juliana - Você tinha uns 13 anos, né, quando você saiu de lá?
>
> Cida - ... É, por aí. Mas brincava, só... e corria com os outros que estavam brincando (risos), e brincava de pular corda. Para mim, *o tempo melhor foi esse, quando eu morava lá.* (Risos)
>
> J - Foi?
>
> C - Quando eu morava na Tamoio. *Muito gostoso, lá era melhor do que aqui em Ibaté,* era quase igual uma cidade a colônia que a gente morava.
>
> J - Ah, é?
>
> C - *Tinha bar, tinha supermercado, tinha salão, tinha clube! E era bastante... a colônia... tinha bastante travessa*.
>
> J - Era bem grande?
>
> C - *Era grande*. Era bem melhor do que aqui.
>
> J - Você preferia morar lá?
>
> C - Oxe! Por causa que agora mudou muito lá, né? Mas se fosse como na época que eu morava, eu preferia morar lá. Se eu pudesse criar meus filhos lá, eu tinha criado. *Era sossegado, você não ouvia falar nada de "coisarada" de bandido*, que tem aqui em Ibaté. Era bem melhor (*Cida, em entrevista realizada no dia 20 de junho de 2009, em Ibaté/SP*).

Colocadas as memórias do tempo da colônia, cabe agora apresentar o contexto de outro espaço-tempo: a vivência nas áreas rurais dos municípios de Bom Conselho/PE e Pintadas/BA, locais de origem de algumas das mulheres empregadas no abatedouro de frangos.

A principal diferença dos modos de vida dos sítios e roçados na região Nordeste em relação ao regime de colonato está no fato de que aqueles ainda se encontram presentes num espaço físico. Muitas mulheres que migraram recentemente para as cidades do interior do Estado de São Paulo ainda têm algum vínculo com as regiões de origem: além dos valores culturais presentes nas formas linguísticas, certos costumes, formas de pensar e agir, as mulheres mantêm ligações com aqueles locais e o retorno apresenta-se como uma possibilidade constante.

Nos seguintes excertos de entrevista, é possível notar a presença de elementos que formam o que Garcia Jr. (1989) caracteriza como o tripé da economia dos agricultores: a criação de animais, *colocar negócio* (feira) e colocar roça.

> Juliana – Aí vocês voltaram para Bom Conselho e lá seu pai voltou a trabalhar como rendeiro?
>
> Francisca – Como agricultor, né? Lá deram trabalho para ele...
>
> J – E nessa época sua mãe ajudava ele na terra?
>
> F – Ajuda, todo esse tempo do mês de junho é o *tempo de ir lá colocar roça*.
>
> ***
>
> Juliana – E lá no Pernambuco, você pensa em fazer o que quando chegar lá?
>
> Francisca – Ah, nem sei. Sei, não, porque lá não tem muita opção de trabalho, não.
>
> J – Não?
>
> F – Para mulher, não. Para os homens tem, que nem eu falei, tem agricultura, só. *Lá tem as feiras também para colocar negócio.* Só isso que tem, coisa de empresa não tem lá, não.
>
> J – Você já trabalhou na feira?

F – Eu, não.

J – A sua mãe já trabalhou na feira, alguém da sua família?

F – Quem trabalha é meu avô.

J – Ah! Seu avô! Você já foi com ele alguma vez lá?

F – Eu, não. Trabalhar, não. Eu ia para lá porque... Por exemplo: dia de hoje, *dia de sábado é o dia de todo mundo fazer a feira lá.* Todo sábado todo mundo tem que ir comprar alguma coisa, lá é assim. *Não é que nem aqui que tem essas quitandinhas que você compra toda hora.* Lá é dia de sábado. Só que quando for dia de sábado você tem que ter dinheiro.

J – Tem que deixar já o dinheiro guardado para sábado e aí vai lá e faz a compra do mês ou da semana?

F – Da semana.

J – Aí, que produto tem mais lá, assim?

F – Ah, de tudo. (...) Fruta, roupa, calçado, tudo! Tudo o que você imaginar, tem. *(Francisca, em entrevista realizada no dia 20 de junho de 2009, em Ibaté/SP)*

Além da prática de colocar roça e colocar negócio nas feiras, notam-se as diferenças de temporalidades: o tempo industrial comparado ao tempo agrícola; o tempo de realizar as compras (as compras que podem ser realizadas a qualquer momento em razão da proximidade do comércio com as residências na cidade) e o tempo de comprar "tudo o que se possa imaginar" aos sábados na feira.

Apesar da semelhança de todas as mulheres apresentarem uma origem no mundo rural, o que intentamos mostrar na discussão do presente tópico foi a multiplicidade de vivências nestes espaços que marcaram o início das trajetórias. Realizamos também um encaminhamento do debate para o segundo momento de análise, que apresenta alterações consideráveis no percurso das mulheres: a residência em áreas urbanas e o assalariamento rural.

A saída do campo e o assalariamento rural

Inserem-se neste tópico as reflexões acerca do processo de expulsão dos trabalhadores das terras, caracterizado tanto pela saída dos moradores colonos das fazendas e também pelo movimento migratório de muitas famílias do interior de Minas Gerais (SILVA, 1999) e de alguns Estados da região Nordeste. As consequências desse processo passam pela alteração nas formas de moradia e residência, mas principalmente pelas transformações de valores culturais e dos processos de trabalho que envolvem as famílias.

Silva (1999) mostra que além do processo de expropriação direta dos trabalhadores da terra existiu ainda o processo de expropriação simbólica que fez com que a terra de trabalho fosse substituída pela terra de negócio. O fato assim se deu em razão da aplicação das leis do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963, que acabou expulsando os pobres do campo por tornar oneroso o gasto com o trabalhador permanente, deixando a maioria dos trabalhadores em condições de volante.

> À condição social anterior de moradores, colonos, parceiros, sitiantes, seguiu-se a de desenraizados, desmunidos, libertos das antigas formas de sujeição prevalentes na morada ou na colônia mas sujeitos, agora, aos grandes proprietários, sob as regras do Direito burguês que, ao produzir seus direitos, garantiu aos patrões o não-cumprimento dos mesmos direitos, justificando as expulsões e 'volantização' de suas forças de trabalho e de suas vidas (Ibid., p. 240).

Sigaud (1979), ao analisar a realidade nordestina, também apresenta alguns elementos para entendermos esse processo de expulsão dos moradores das colônias, apresentado por ela como um ciclo de saída dos moradores. Em razão da elevação dos custos com o pagamento dos trabalhadores, que adquirem novos "direitos" com o ETR, o proprietário começa a manipular formas de dispensar os trabalhadores, colocando, por exemplo, o colono para exercer diferentes atividades durante a semana, impedindo que ele adquira certa experiência e qualificação efetiva na realização de uma tarefa.

Os trabalhadores decidem, aos poucos, sair da colônia, cabendo àqueles que ficam realizar todo o trabalho pesado. Como fazem uma quantidade elevada de trabalho extra, eles têm menos tempo para se dedicar ao roçado, característica esta que é vista como o fato que lhe dá sentido enquanto morador. Em razão de o trabalhador sentir-se com uma dívida moral por residir na terra do proprietário com a família, percebe que é ilegítimo dizer "não" ao trabalho extra, restando, portanto, a alternativa de sair da fazenda.

Uma vez expulsos de suas terras, as famílias se deparam com as seguintes possibilidades: trabalhar nas poucas fazendas que restaram; comprar uma pequena propriedade ou um terreno na cidade com a indenização do processo de expulsão do campo; ingressar no movimento de luta pela terra, participando de ocupações; arrendar um pequeno pedaço de terra para fazer a roça de subsistência da família; e o assalariamento rural – realizando trabalhos nos períodos de safra da cana-de-açúcar e colheita da laranja, por exemplo.

Essas possibilidades muitas vezes se apresentam de modo combinado, sendo, portanto, fluídas. Isso nos faz voltar o olhar para os aspectos subjetivos do processo que envolve os diferentes padrões de ação dessas famílias. Conforme mostra Garcia Jr (1989), "cada agente tem um leque de estratégias de reconversão que está na estrita dependência dos recursos de que dispõe, e das práticas de seus concorrentes e opositores" (p. 240). As estratégias, os recursos e as práticas são guias fundamentais dos agentes sociais no momento das rupturas que exigem a tomada de decisões. Para Bourdieu (2007b), esse processo de escolha tem seus limites no *campo dos possíveis* oferecido ao agente social.

> A determinado volume de capital herdado corresponde um *feixe de trajetórias* praticamente equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes – trata-se do *campo dos possíveis* oferecido objetivamente a determinado agente; e a passagem de uma trajetória para outra depende, muitas vezes, de acontecimentos coletivos (guerras, crises, etc.) ou individuais (encontros, ligações amorosas, privilégios, etc.) descritos, comumente, como acasos (felizes ou infelizes), apesar de dependerem, por sua vez, estatisticamente, da posição e das disposições daqueles que vivenciam tais eventos (p. 104).

Para Bourdieu, nas trajetórias, nem todas as posições de chegada são igualmente imagináveis para todas as posições de partida, reforçando os aspectos subjetivos que estão envolvidos nos processos de tomada de decisão.

Para além das idas e vindas nos espaços físicos, há transformações nos modos de vida quando consideramos esse movimento realizado pelos trabalhadores e famílias. Os modos de vida da colônia não são abandonados tão facilmente ou deixados para trás. Muitas famílias tentam revivê-los, seja por meio de falas, hábitos, gestos e práticas cotidianas.

Uma das formas de reviver os modos de vida da colônia foi observado por meio do plantio de hortaliças e da criação de pequenos animais no quintal das casas na cidade de Ibaté/SP – visitada para a realização das entrevistas com as trabalhadoras. Silva (2004b) fornece elementos para a compreensão dos novos significados advindos da vida na cidade:

> Morar nas cidades significou para o trabalhador a perda da roça de subsistência e da indústria doméstica e, paralelamente, o aumento dos gastos com a própria sobrevivência, tais como: água, luz, gás, impostos, aluguel, transporte, etc. O aumento de gastos não foi acompanhado daqueles referentes aos salários (p. 562).

Nice expressa em sua narrativa a valorização da terra e a (im)possibilidade de reproduzir na cidade o hábito de cultivar uma roça de subsistência familiar como no período em que vivia na fazenda. O sentimento de perda, a tentativa de restabelecer o costume da fazenda e as comparações com a cidade são apresentados por ela da seguinte maneira:

> Nice – Olha, com 500... com 800 contos você vive bem na fazenda. Com 1.500, você não vive na cidade, não vive.
>
> Juliana – Com o dobro na cidade...
>
> Nice – Você não vive. Você vive com menos na fazenda que na cidade. Porque aqui você tem que comprar tudo. Lá na fazenda, não. Eu, quando eu casei, eu sempre morei em fazenda, eu sempre gostei de fazer uma hortinha, eu sempre fazia uma hortinha e criava galinha. Aí quando a gente veio para a cidade, sem pagar aluguel, a gente veio para a casa da minha sogra, da minha ex-sogra, sem pagar aluguel, já era difícil de viver, que aí tinha força... Na fazenda você não paga, você não paga água, você não paga força. Se é fazenda de leite você não paga leite. Se você planta, você tem uma verdura, você não paga. Você tem uma verdura, você tem uma criação. Aqui compra tudo, tudo, tudo.
>
> Juliana – Eu vi que você tem algumas plantações. O que você planta aqui dentro da sua casa?
>
> Nice – Eu gosto de plantar. Eu plantei *uma couvinha, uma salsinha, uma cebolinha (risos)*. A galinha passou o cercado e comeu. E tenho as galinhas. Eu falo, eu gosto muito de mexer com terra. Se eu pudesse, eu plantava tudo, só que tem que ficar gastando água para regar. Mas s*e eu pudesse, eu plantava, eu fazia uma hortona!* (*Nice, em entrevista realizada em junho de 2009, em Ibaté/SP*)

É interessante notar no excerto acima as representações do mundo rural (o passado na fazenda) e o mundo urbano (a vida na cidade) nas formas como Nice expressa o cultivo de plantas e o desejo de realizar algo maior, como fazia no período em que vivia com os familiares em regime de colonato. No passado, além do cultivo de alimentos e a criação de animais, não havia a necessidade de comprar "tudo, tudo" como ocorre na cidade.

Ao expressar as características da atual plantação em sua casa no diminutivo ("uma couvinha, uma salsinha, uma cebolinha"), Nice representa a reprodução limitada dos modos de vida da fazenda no espaço da cidade, em razão da insuficiência de espaço físico para manter a roça e o hábito de criar animais e também pelo fato de não dispor de um tempo livre para a realização dessas atividades, já que o emprego no abatedouro lhe consome boa parte do dia e da semana. A reprodução completa e total dos modos de vida da fazenda fica impossibilitada e só se encontra presente no desejo de mantê-los, que são expressos no aumentativo: "se eu pudesse, eu plantava, eu fazia uma *hortona*!"

A depoente relata ainda a valorização da terra na colônia e os modos de vida permitidos pela disponibilidade de terras:

> Na fazenda era bem melhor. Era bem diferente. Meu pai plantava arroz. O sustento, a gente tirava praticamente da fazenda. Antigamente tinha bastante espaço para conseguir a terra para plantar. Aí depois, quando a gente veio para a usina, já era mais difícil porque usina, não (...) é só cana. Então, viver na fazenda é bem melhor. *(Nice)*.

Sendo assim, entendemos que da mesma forma que os modos de vida da fazenda não são abandonados automaticamente, a diversidade de experiências nos revela que o processo de expropriação das famílias da colônia não leva necessariamente a um processo de proletarização

(GARCIA JR., 1989; SILVA, 1999). As famílias expulsas do campo não formam um grupo homogêneo, na medida em que diversos são os caminhos que marcam as trajetórias. Sigaud (1979) esclarece na seguinte passagem que não há uma determinação entre os processos de expropriação e proletarização:

> Mesmo não tendo, na conjuntura pós-64, dado lugar a um movimento coletivo de recuperação da terra e se expressando apenas, de um lado, através de estratégias individuais e, de outro, através de uma bandeira de luta de Sindicatos e trabalhadores, a aspiração pela terra entre esses trabalhadores expulsos é um elemento importante para se relativizar determinados *bias*, sobretudo aqueles que veiculam uma imagem de que com o abandono do campo os trabalhadores perdem, quase que por um passe de mágica, toda sua vinculação com a terra e se transformam automaticamente em "operários do campo" ou "proletários rurais", passando a ver o mundo, as relações sociais em que estão inseridos e a si mesmos com os "olhos" de um operário (p. 215-216).

Tais considerações também nos fazem refletir sobre a não dicotomia entre os espaços do campo e da cidade, no sentido de que os modos de vida ligados a esses espaços físicos e sociais se entremeiam. Williams (1989) demonstra claramente a relação entre esses espaços:

> O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Temos uma experiência social concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais e físicas intermediárias e novas (p. 387).

É justamente no espaço do intercâmbio de vivências no campo e na cidade que despontam os movimentos migratórios. O processo migratório deve ser entendido como um acontecimento histórico que envolve os que partem e os que ficam. Nele estão envolvidos elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos que passam pela organização social de classe, gênero, raça/etnia. Daí a importância em se considerar o migrante a partir de duas óticas, estando envolvido no processo social e histórico mais geral [espaço da determinação] e inserido numa realidade social definida por laços sociais referentes a certo espaço social e cultural. Os migrantes não só são moldados pelos processos sociais que geram os deslocamentos, mas também moldam esses processos (SILVA e MENEZES, 2006).

Desse modo, é possível compreender o novo universo de significados formado a partir do movimento migratório: quando deixam os espaços das colônias ou os sítios e roçados nas terras de origem em alguns Estados da Região Nordeste, as mulheres encontram no interior do Estado de São Paulo um novo espaço social, caracterizado pela "civilização da usina" (SILVA, 1999). Esta nova paisagem formada pelos imensos canaviais do Estado de São Paulo é o cenário que esconde as distintas temporalidades e espacialidades representadas pelas experiências de trabalhadoras e trabalhadores responsáveis pelo corte de cana-de-açúcar no Estado responsável por aproximadamente 60% do total de cana colhida no país.

Ao contrário do que muitos pensam e propagam, há ainda um emprego elevado de mão-de-obra na colheita manual da cana, mesmo com a mecanização do processo, fator que gera para o trabalhador a pressão para uma maior produção de quantidade de cana cortada. Silva et al. (2006) mostram que na década de 1980 a média de cana cortada por trabalhador era de cinco a oito toneladas por dia, aproximadamente. No ano de 2004, a média de produtividade por trabalhador chega a 12 toneladas de cana cortada por dia!

Em razão das alterações na forma de remuneração dos trabalhadores, que começam a receber de acordo com a produtividade do dia, criam-se formas de regulação do trabalho, uma delas é manifestada na figura do feitor, o fiscal que vigia a turma, geralmente a mesma pessoa

que leva os trabalhadores até o eito e que mede a produção de cada um. Além da vigilância do fiscal, o novo processo produtivo que impõe regras e normas que fazem com que o trabalhador não se aproprie do produto de sua tarefa, também cria formas de controlar a produtividade e cada trabalhador (SILVA, 1999, p. 110). A hierarquia constituída pelo trabalhador-fiscal-patrão produz e reproduz os mecanismos de dominação que fazem com que a intensidade das atividades no corte de cana seja cada vez mais profunda.

> O mecanismo de controle externo acaba sendo introjetado pelo próprio trabalhador, de tal forma que ele se transforma em autocontrole, deixando de ser um controle de atos para ser do próprio indivíduo. Isto é conseguido por intermédio da forma de pagamento (por tonelada) e também pela concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Produz-se, assim, a figura do "bom cortador de cana" (Ibid., p. 202).

Aquele que não é representado como um "bom cortador de cana" sente-se incapaz, envergonhado e inferiorizado. A partir disso é possível notar as maneiras pelas quais as formas de dominação impõem o ritmo e a duração do trabalho.

Esse processo em que o trabalhador é despersonalizado e apagado frente ao processo de produção tem como consequência o sofrimento diário do trabalhador que tem suas condições de trabalho violadas. Antes de ser apagado diante do trabalho, no entanto, o trabalhador tem sua experiência utilizada para o proveito da empresa. Ou seja, muitas vezes a vivência como trabalhador agrícola – seja aqueles que viveram em colônias e trabalharam nas roças de subsistência e colheita de café, ou aqueles sitiantes com experiência no tratar com a terra, todas essas disposições culturais incorporadas pelos trabalhadores e trabalhadoras se mostram como "vantajosas" economicamente para os empregadores, na medida em que se eliminam os gastos com o treinamento e adaptação às atividades nas áreas rurais (CAÍRES, 2008, p. 169-170).

Notamos que a mesma experiência é aproveitada quando as mulheres procuram emprego no abatedouro de frangos, que exige um intenso uso da força física. Durante a entrevista de admissão na empresa, um ponto "positivo" para ser aceita no trabalho de abate é ter exercido atividade no corte da cana e colheita da laranja, pois o trabalho no interior do abatedouro é apresentado como uma tarefa "muito puxada".

> Juliana – O que precisava ter para entrar lá, você sabe quais eram os critérios para entrar no abatedouro? Precisava ter um nível de escolaridade mínimo?
>
> Cida – Não, não tinha estudo, nada. Eu entrei lá, nem tinha estudo, nada. *A única coisa que eles perguntavam é se a gente trabalhou no corte de cana*, onde que a gente já trabalhou... só isso. Eles preferem mais gente que já trabalhou no corte de cana para trabalhar lá.
>
> J – Ah, é? Por que?
>
> C – Ah, *porque é um serviço puxado, que nem corte de cana*. Tem que trabalhar rápido. Então eles preferiam, na época, inclusive, eles falavam. (*Cida, em entrevista realizada no dia 20 de junho de 2009, em Ibaté/SP*).

Entendemos que a experiência na atividade de corte de cana é usada em proveito do serviço realizado no interior do abatedouro. As práticas corporais e psíquicas adquiridas nas jornadas estafantes nos eitos dos canaviais são "aproveitadas" para o serviço na linha de produção do abatedouro, que requer tanta rapidez e força como a realização do corte de cana. Recorremos ao conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (2007a) para elucidar a questão e compreender o modo pelo qual essas práticas vão sendo incorporadas. O autor nos mostra que *habitus* se refere a um

> Sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das

> ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo (p. 191).

Tais práticas se atualizam e entram em jogo quando as mulheres procuram o emprego no abatedouro de frangos. Podemos pensar ainda no esquema de ***autocontrole*** (ELIAS, 1990) para compreender a interiorização das formas de dominação e exploração das mulheres trabalhadoras nos diferentes ambientes de trabalho. Existem em nossa sociedade esquemas de comportamento que são "inculcados no indivíduo desde a infância, como uma espécie de segunda natureza, e (...) nele são mantidos alerta por um poderoso controle social com uma organização cada vez mais estrita" (ELIAS, 1990, p. 259). O autocontrole é estabelecido por meio de um sistema de modelação social pelo qual o indivíduo é habituado a uma constante contenção. Com isso, forma-se um sistema estável de autocontrole que passa a operar, na maioria das vezes, de forma automática.

Esses conceitos são pertinentes para a reflexão aqui suscitada: os corpos e a estrutura psíquica das mulheres trabalhadoras vão sendo moldados socialmente para que suportem a intensidade das tarefas realizadas. O "treinamento" desenvolvido ao desferirem milhares de golpes de facão no eito do canavial é "aproveitado" quando são contratadas pelo abatedouro de frangos e precisam executar a atividade no ritmo intenso das máquinas na linha de produção.

Percebemos, com isso, a dupla passagem que se realiza na trajetória laboral das mulheres: primeiramente, a experiência do trabalho familiar nas colônias e roçados é aproveitada para a realização do corte de cana; no momento posterior, as práticas e as estruturas psíquicas desenvolvidas no corte de cana são utilizadas como um saber para a realização das atividades no interior do abatedouro.

Nesse percurso de realização de uma variedade de tarefas percebe-se, então, a transitoriedade de atividades realizadas pelas mulheres entre os espaços rurais e urbanos: elas passam do trabalho no corte de cana e colheita da laranja para o interior das fábricas em um curto período de tempo. Para adentrar ao espaço do abatedouro de frangos, a qualificação exigida não diz respeito ao nível de escolarização, mas à "aptidão" adquirida nas intensivas jornadas nos canaviais ou laranjais. Assim, do ponto de vista dos empregadores do abatedouro, a experiência das mulheres nas atividades rurais não é vista como uma limitação ou depreciação, mas antes de tudo como uma forma de perceber se as trabalhadoras estão prontas para enfrentar a velocidade da máquina e a intensidade da tarefa realizada no abatedouro.

O trabalho no abatedouro de frangos

Nas narrativas das mulheres, a intensificação do trabalho, o sofrimento e riscos a que estão submetidas no local de trabalho se mostraram presentes. Quando conversamos com as pessoas sobre o abatedouro de São Carlos, muitas diziam que se tratava de um local "doentio" e que aquilo nada mais era do que um "abatedouro de gente". Evidencia-se, então, a exploração dos trabalhadores para que haja o lucro capitalista e a opressão dessas pessoas no chão da fábrica, que se traduz em sofrimentos prolongados.

Pretendemos, neste tópico, descrever o cenário de descarte e desgaste dos trabalhadores e das trabalhadoras a partir da atividade realizada no momento em que estão empregados no abatedouro. Nos tópicos anteriores, ao percorrer as trajetórias laborais femininas, ficou perceptível que na diversidade de trajetórias vão sendo retiradas, de diferentes maneiras, algumas possibilidades de trabalho, ao mesmo tempo em que outras são elaboradas.

Chegamos ao momento do abatedouro. É preciso lembrar a leitora/ o leitor de que, nesse instante, as mulheres, seus corpos, suas mentes, seus entendimentos, já passaram por processos que na maioria das vezes foi imposto ou ainda que tenham deixado marcas físicas e simbólicas, na medida em que se encontram submetidas a diferentes tipos de dominação e processos de exclusão nos espaços sociais do campo e da cidade, enquanto migrantes e negras – quando têm seus modos de ser e falar estigmatizados; como mulheres, quando se vêem em condições de exploração física e simbólica no ambiente doméstico; enquanto trabalhadoras, por terem sido expulsas das colônias e, em seguida, alijadas do trabalho realizado no corte de cana.

O trabalho realizado no interior do abatedouro se insere no contexto da reestruturação produtiva, caracterizado pela maior flexibilização das atividades e pelo afrouxamento dos vínculos dos empregados em relação à empresa. No que diz respeito ao processo de descarte de trabalhadores e trabalhadoras, em seu estudo sobre a forma de ser da classe trabalhadora, Antunes (2005) faz as seguintes considerações e que podem ser pensadas para o caso das mulheres trabalhadoras da agroindústria de frangos e para tantos outros setores da economia:

> A força humana de trabalho é descartada com a mesma tranquilidade com que se descarta uma seringa. Assim faz o capital, e há então uma massa enorme de trabalhadores e trabalhadoras que já são parte do desemprego estrutural, são parte do monumental exército industrial de reserva que se expande em toda parte (2005, p. 200).

Esse cenário apontado pelo autor está inserido no processo de reestruturação produtiva, que impõe um novo padrão de acumulação do capital e transforma as relações sociais, alterando a organização da produção, as relações de trabalho, reconfigurando o mundo do trabalho e a classe trabalhadora. Como consequência tem-se o processo destrutivo que elimina postos de trabalho, aumenta o número de desempregados, gera enorme precarização do trabalho e exclui milhares de trabalhadores e trabalhadoras (ARAÚJO et al., 2004).

Nesse contexto de flexibilização das atividades produtivas, a polivalência é uma característica bastante desejável e incentivada no interior das indústrias. Exige-se dos trabalhadores e trabalhadoras uma capacidade de trocar de tarefas continuamente. Antunes (2005) mostra que a polivalência feminina, já exercida por muito tempo no ambiente doméstico – uma vez que elas são responsáveis por uma variedade de tarefas – é aproveitada pelo capital de forma intensiva, tanto no espaço produtivo, como na esfera reprodutiva.

Nota-se, então, que as mulheres são as mais afetadas pelo processo de transformação na organização do trabalho, sendo submetidas às formas precárias de emprego, tais como o trabalho em tempo parcial, a subcontratação e o trabalho informal (CUNHA, 1998). O paradigma produtivo reforça, ainda, as diferenças já existentes entre homens e mulheres, tais como a desigualdade entre os grupos "em termos de salário, condições de trabalho, acesso a treinamentos e promoções" (ARAÚJO et al., 2004, p. 10). Bruschini et al. (2008) mostram que o diferencial de rendimentos entre os sexos de acordo com os anos de estudo dos grupos "revela com clareza a discriminação sofrida pelas mulheres apesar de o nível de escolaridade feminino ser mais elevado que o masculino" (p. 30).

No que diz respeito ao chão do abatedouro, é possível dizer que o trabalho é representado nas narrativas como algo que traz sofrimento às trabalhadoras. Diariamente, elas estão submetidas a riscos no local de trabalho, que variam de acordo com o setor, mas em geral podem ser apresentados os seguintes problemas: chão molhado, que provoca escorregões; manuseio de produtos em temperaturas extremas, queimando a pele e provocando o choque térmico; ruído intenso, gerando dores de cabeça e ouvido; lugares muito quentes ou gelados

demais que provocam, diariamente, desmaios; cortes nos dedos e nas mãos pelo uso do facão – o espaço entre um trabalhador e outro é tão pequeno e o ritmo é tão intenso que, muitas vezes, um corta o outro; desmaios provocados por altas temperaturas e suor excessivo; problemas dermatológicos – urticárias e unhas quebradiças – em decorrência do manuseio de produtos químicos. Há ainda as doenças relacionadas ao trabalho, como tendinite e L.E.R. (Lesões por Esforços Repetitivos).

As doenças e os acidentes resultam da superexploração presente no modelo organizacional que dilapida a força de trabalho (CUNHA, 1998, p. 265). O processo de dilapidação no abatedouro fica evidente quando nos deparamos com o grande número de afastamentos em função das doenças ocupacionais e também com os graves acidentes ocorridos no interior do abatedouro. Em janeiro de 2009 uma funcionária do abatedouro teve o braço decepado por uma máquina. Quatro meses antes, outras duas pessoas tiveram o braço e o dedo decepados também no interior do abatedouro.

As trabalhadoras afirmam que a realização de suas tarefas está sob vigilância constante do "pessoal do controle", que são os líderes e encarregados de cada setor. Eles observam o trabalho, realizam algumas atividades quando alguém tem que deixar a linha, trocam os trabalhadores e as trabalhadoras de posição, tirando de uma atividade para outra e autorizam a ida ao banheiro ou a saída para beber água. No entanto, em boa parte das vezes, a abordagem do "pessoal do controle" é feita de forma hostil e com excessivo rigor, causando uma situação de assédio moral. Nota-se, ainda, que a hierarquia reproduz a dominação das mulheres pelos homens, uma vez que os cargos de chefia e comando são ocupados por eles.

Os homens que exercem atividade de fiscalização e controle da produção são representados pelas mulheres da seguinte maneira:

> Era muita pressão. Muita pressão, mesmo. Ele ficava ameaçando: "Ai, eu vou chegar no gerente, eu vou falar para ele que você não quer trabalhar". Entendeu? Nossa, eu chorava, me dava um... Eu só vivia chorando lá dentro, parecia uma bezerra desmamada chorando lá dentro. Muita pressão, muita pressão, mesmo. E o pior, eu trabalhava bem, hein!? (*Júlia, em entrevista realizada em maio de 2010, em Ibaté/SP*).

Entendemos que a mesma construção social – que atribui ao homem elementos como a coragem – faz com que os cargos de liderança sejam exercidos no abatedouro, em sua maioria, por homens. As considerações de Dejours (2000) acerca das diferentes formas de dominação no ambiente de trabalho nos ajudam a compreender que a virilidade é medida justamente pela violência que se é capaz de cometer contra outra pessoa,

> especialmente contra os que são dominados, a começar pelas mulheres. Um homem verdadeiramente viril é aquele que não hesita em infligir sofrimento ou dor a outrem, em nome do exercíc0io, da demonstração ou do restabelecimento do domínio e do poder sobre o outro, inclusive pela força (DEJOURS, 2000, p. 81).

Os olhares dos líderes e encarregados não se restringiam ao interior do abatedouro de frangos, uma vez que grande parte do "pessoal do controle" reside nos mesmos bairros ou em locais próximos onde vivem as trabalhadoras. Portanto, os ambientes de sociabilidade – como os bares, as igrejas e as praças da cidade – também são marcados pela vigilância.

No interior do abatedouro de frangos em São Carlos, a maioria das atividades é realizada coletivamente. No momento em que uma pessoa é escolhida para trocar de mesa ou ficar em uma máquina ela corre o risco de realizar uma atividade solitária – situação que é vista de forma negativa, pois impede a interação com as demais trabalhadoras, fazendo também com

que o tempo seja percebido de forma mais vagarosa –, ou de ser colocada em uma mesa cuja tarefa ela não está habituada, tendo de se submeter ao ritmo já acelerado daquelas que já estão acostumadas com a atividade, sendo pressionada duplamente: pelas trabalhadoras com quem divide a tarefa e pelos líderes de equipe.

Soma-se a todas as formas de controle do trabalho acima elencadas o protagonismo das máquinas no abatedouro: estes instrumentos de produção tomam o lugar dos sujeitos, tornando-se personagens principais e ativas na cadeia de abate do frango.

Os fragmentos das entrevistas que seguem mostram que as máquinas são representadas como agentes no processo de produção. Elas são dotadas do poder de *engolir, destruir e matar* aqueles que se aproximam delas. Os trechos das entrevistas apontam as considerações sobre as máquinas onde ocorreram os acidentes com as trabalhadoras e também sobre outros equipamentos no interior do abatedouro que representa um risco imediato de grave acidente. Manoela tece os seguintes comentários acerca dos acidentes de trabalho:

> Juliana – [Como era] isso aqui? Isso aqui é o espiral[5] que fica rodando ou não?
>
> Manoela – **Isso aí mata um**. Se você cair aí dentro, ele te mata. Ele roda, se cair **ele destrói você inteirinha**... Isso aqui é junto, ele **mói você inteirinha**, isso aqui.
>
> Tem uma mulher, que ela caiu aqui dentro e hoje ela é toda quebrada. Esse negócio é enorme, **o negócio é GRANDE, é monstro!** Ele vai rodando assim, ó, uma roda gigante... Assim ó, pra levar o frango assim, até chegar nas mesas, entendeu? Então isso aí ó, destrói qualquer um (...)
>
> Aquele pré-chillynho, com aquelas partezinha pequenininha, que passava o coração né... Então ali, colocava o contrário, assim, e foi ali onde ela perdeu o braço. Então... Alguém tinha que explicar pra ela o que aquilo ali fazia, ninguém explicou pra ela. Não explicou que se ligasse e ela tivesse com a mão, **ela ia engolir ela inteira**, porque engole inteira, porque **aquilo tem uma força enorme**. É igual a esteira, tem uma força, vixe, terrível. Até aquilo lá desligar, ai minha filha, já arrancou o braço, já perdeu tudo, **já engoliu você. Aquilo é capaz de destruir mesmo**. Ainda bem que foi o pequenininho, porque se fosse grandão, **tinha matado ela**. (...)
>
> Aquelas máquinas passando, aquelas linhas passando na sua frente... **Máquina trabalhando**, aquele barulho, nossa senhora, que estresse. (*Manoela*)

Destacamos em negrito os qualificativos das máquinas e outros instrumentos de trabalho que demonstram que eles são representados de forma ativa, são portadores de um poder que o trabalhador não tem, pois teve destituído o conteúdo de seu trabalho. Em alguns de seus estudos, Marx (1984;1985) já mostrava que o poder dos homens se transforma no poder das coisas, na medida em que as máquinas se tornam ativas no processo de produção. O autor também apontou as proporções que os instrumentais ganham nas fábricas e a monstruosidade da máquina:

> Como sistema articulado de máquinas de trabalho, que recebem seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão, a produção mecanizada possui sua forma mais desenvolvida. No lugar da máquina individual surge aqui um monstro mecânico, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantescos, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos (1984, p. 14).

As *"máquinas monstros"* impõem o ritmo do trabalho a ser executado. Nos fragmentos da entrevista, é possível verificar que os verbos utilizados se referem somente às ações das

[5] Espiral inserido na máquina de fazer miúdos de frango.

máquinas: elas trabalham, destroem, engolem, moem e matam. O trabalhador é apagado diante de tamanha grandeza e atuação: "da noite para o dia torna-se um suplemento da máquina, um pouco menos que uma coisa, e não se preocupam de forma alguma com que ele obedeça sob o impulso dos mais baixos motivos, contanto que obedeça" (WEIL, 1979, p. 356).

O protagonismo da máquina somado à pressão exercida sobre as trabalhadoras para que haja alta produtividade geram situações de conflito no ambiente de trabalho, pois as mulheres não escutam passivamente os gritos e mandos dos líderes, encarregados e companheiras de mesa. Os enfrentamentos estão presentes no cotidiano, em situações em que fica perceptível o tratamento hostil e desumano. Não foram raras as manifestações de descontentamento com as regras colocadas, por exemplo, em relação à ida ao banheiro. O seguinte trecho demonstra a resistência das mulheres no ambiente de trabalho:

> Juliana – E para usar o banheiro, tinha algum problema?
>
> Lizandra – Às vezes, no início, quando eu entrei lá, tinha porque você tinha que pegar o crachá com o encarregado e ele tinha que autorizar você a ir no banheiro. Se ele falasse que não podia, você não podia ir, a não ser que você desobedecesse ele e fosse.
>
> J – E o que acontecia se desobedecesse?
>
> L – Eles queriam dar advertência, queriam dar gancho, era isso que eles queriam fazer. Queriam mandar vir para casa. (...) As pessoas pediam para ir ao banheiro, ele não queria liberar. Eu, mesma, já fui muitas vezes sem a autorização dele porque eu queria ir no banheiro, ele não queria deixar eu ir, eu pegava e ia. (*Lizandra, em entrevista realizada em maio de 2009, em Ibaté/SP*)

Situações de humilhação e desvalorização também foram apresentadas nas narrativas das mulheres. É muito elevado o número de pessoas que se afastam por doenças advindas do trabalho no abatedouro. Para chegar a essa situação, o corpo vai dando alguns sinais: elas apresentam dores de cabeça, coluna, braços e mãos em razão da execução dos movimentos repetitivos, além disso, suas unhas ficam rachadas por manusearem o frango em alta temperatura.

As dores e doenças causadas são tão frequentes que o número de atestados médicos apresentados pelas trabalhadoras e por trabalhadores do abatedouro é elevadíssimo, só no primeiro trimestre de 2009 foram aproximadamente 2.200 atestados, o que corresponde a uma média de 25 atestados médicos por dia. No entanto, quando isso acontece e voltam no dia seguinte apresentando o atestado, este muitas vezes não é aceito pelos encarregados, que afirmam que as trabalhadoras estão fazendo "corpo mole". Em alguns casos, os encarregados aplicam um tipo de "punição" às trabalhadoras que faltaram no dia anterior, trocando-as de atividade diversas vezes num mesmo dia.

O esgotamento físico e o cansaço não se limitam ao ambiente de trabalho, a ocorrência de doenças ocasionadas pelo trabalho provoca nas mulheres uma sensação de invalidez, "na medida em que passam a se perceber como seres incompletos, porquanto incapazes de desenvolver seu trabalho doméstico ou de cuidar delas próprias" (CUNHA, 1998, p. 273). Dejours (1987) também apresenta as consequências nos corpos e mentes das intensas jornadas de trabalho que caracterizam uma situação de violência:

> Quando se é mulher não se pode permitir estar doente, por causa dos filhos. (...) não se trata de evitar a doença, o problema é domesticá-la, contê-la, controlá-la, viver com ela. As mulheres, dizem, são todas doentes, mas essas doenças são, de alguma maneira, mantidas à distância pelo desprezo. Somente são reconhecidas aquelas que se exprimem por sintomas muito evidentes para serem escondidos (p. 30).

É justamente o que ocorre no abatedouro: há um grande número de trabalhadores e trabalhadoras que sofrem as consequências da intensidade das tarefas realizadas cotidianamente. No entanto, como mostramos acima, as dores e reclamações advindas desse sofrimento, quando chegam aos ouvidos do "pessoal do controle" e encarregados dos setores, é compreendida como "moleza" e "corpo mole".

Diante desse cenário, é preciso atentar para as consequências do processo de organização de trabalho nos corpos e mentes das trabalhadoras e trabalhadores. Para isso, lançamos mão do entendimento enunciado por Ferreira (1994) acerca dos processos sociais que envolvem a compreensão do corpo.

> O corpo é um reflexo da sociedade, não sendo possível conceber processos exclusivamente biológicos, instrumentais ou estéticos no comportamento humano. Ao corpo se aplicam sentimentos, discursos e práticas que estão na base de nossa vida social. Por sua vez, o corpo é emblemático de processos sociais (p. 101).

Ao apresentar o universo de trabalho do abatedouro, fazemos referência a tarefas executadas por mulheres negras, em sua maioria. Faz-se necessário, portanto, compreender os processos sociais que se expressam no corpo a partir do entrecruzamento das categorias de gênero, classe e raça/etnia. Não se trata de eleger uma categoria como a mais importante e fundamental, mas antes de tudo, visualizar que diferentes ideologias – entre elas, o racismo – são reproduzidas no interior do desenvolvimento capitalista como forma de manter as negras e os negros no lugar (inferior) que a sociedade tende a impor (SILVA, 1987, p. 41).

Quando tratamos especificamente de trabalhadoras negras, o lugar social destinado a elas é aquele marcado pela precarização das atividades. Este espaço designado às mulheres negras no trabalho é denominado por Bento (1995, p. 482) enquanto o "gueto da subalternização e da realização de atividades manuais". É justamente este espaço que nos foi apresentado nas narrativas das mulheres trabalhadoras, seja nos imensos canaviais, nos trabalhos domésticos e também no chão do abatedouro de frangos.

Quando nos debruçamos sobre as trajetórias das mulheres, estabelecemos um exercício sociológico de apreender as relações macroestruturais que se dão no contexto de modernização da agricultura com suas consequências que passam pela expulsão das famílias do campo, enquanto moradores e também enquanto trabalhadores. Nas novas alternativas de emprego, permanecem as condições de precarização das atividades e intensificação de jornadas, como no caso do abatedouro de frangos. Para além dos fatores macroestruturais, buscamos a compreensão das demais dimensões sociais que estão presentes nas narrativas femininas, que envolvem as relações de gênero, classe e pertencimento geográfico.

Referências

ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ARAÚJO, Â. M. C.; AMORIM, E. R. A.; FERREIRA, V. C.. Os sentidos do Trabalho da Mulher no contexto da Reestruturação Produtiva. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal, 2004. Disponível em : HTTP://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo_ElaineAmorim_VeronicaFerreira.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2009.

BENTO, M. A. S.. A mulher negra no mercado de trabalho. Revista Estudos Feministas, n. 2, 1995. pp. 479-488.

BOURDIEU, P. A Economia das trocas simbólicas. Org. Sérgio Miceli. São Paulo, Perspectiva. 2007a.

_____. A Distinção: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007b.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M.; MERCADO, C. M.. "Trabalho e Gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional". In: COSTA, A. de O.; SORJ, B; BRUSCHINI, C. e HIRATA, H. (orgs.). Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. Pp. 15-34.

CAÍRES, Â. C. R.. O colonato na Usina Tamoio. In: NEVES, D. P. & SILVA, M. A. de M. (orgs.) Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, volume 1: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

CUNHA, M. A. de A. No brilho do verniz, a corrosão das operárias. Cadernos PAGU (10). 1998, pp. 257-280.

DEJOURS, C.. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

_____. A banalização da injustiça social. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DOMÍNGUEZ, M.; OQUENDO, L. "Si me permiten hablar…". Escritos, Revista del Centro de Ciencias del Lenguaje. 2, 2002, p. 51-65.

ELIAS, N.. O processo civilizacional – Investigações sociogenéticas e psicogenéticas. Tradução de Lídia Campos Rodrigues. 2º Volume. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

FERREIRA, J. "Capítulo 8 – O corpo sígnico". In: ALVES, P. C. Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. p. 101-112.

GARCIA JR., A. O Sul – caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero, Brasília DF, Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.

MARTINS, J S. "A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café". O Cativeiro da Terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979. p. 7-93.

MARX, K. GRUNDRISSE. Lineamentos fundamentales para La crítica de La economia política. 1857-1858. México: Fondo de Cultura Economica. 1985.

_____. "Capítulo V – Processo de Trabalho e processo de Produzir Mais Valia"; "Capítulo XIII – A Maquinaria e a Indústria Moderna". In: O Capital. Volume I. São Paulo: Difel Editorial, 8ª ed. 1984.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SCOTT, J. W. "Experiência". In: Falas de Gênero: Teorias, Análises, Leituas/ Org. por Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos. Florianópolis, Editora Mulheres, P. 21-55, 1999.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. V. 16, n. 2, jul/dez 1990. UFRGS. P. 5-22.

SIGAUD, L. Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

SILVA, M. A. M. "De colona a bóia-fria". In: História das mulheres no Brasil/Mary Del Priore (org.); 7. ed. – São Paulo, Contexto, 2004b, p. 554-577.

_____. Errantes do fim do século. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, M. A. M. et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. Revista Eletrônica NERA, ano 9. n.8, 2006. Disponível em: <www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acesso em 05/08/2006.

_____; MENEZES, M. A.. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. NEAD, 2006. Disponível em: http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acessado em 22 de abril de 2009.

SILVA, P. B. G. Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro. Tese (Doutorado) defendida no Curso de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987. 293 p.

STOLCKE, V.. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo, Brasiliense, 1986.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. P. 31-44.

WEIL, S. "A racionalização" In: A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 11-127.

WILLIAMS, R. O Campo e a Cidade: Na História e na Literatura. Tradução Paulo Henriques Britto . São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

SOBRE OS AUTORES

Rosana Baeninger

Socióloga, Doutora em Ciências Sociais – área Estudos de População (IFCH-UNICAMP); professora do Departamento de Demografia, do programa de Pós-Graduação em Demografia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População - Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/ UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Lidiane Maciel

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Sociologia e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo.

Giovana Gonçalves Pereira

Graduada em Ciências Sociais –UNICAMP , Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e integrante do Projeto Temático FAPESP Observatório das Migrações em São Paulo.

Jadir Damião Ribeiro

Bolsista de Apoio Técnico do CNPq (2010-2012). Pós-Graduando em Direito pela Faculdade de Direito da USP-FDRP.

Jéssica Aline Troiano

Aluna do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP/Fclar). É bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos.

Juliana Dourado Bueno

Mestre em Sociologia e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia pela UFSCar

Maria Aparecida de Moraes Silva

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestre em Sociologie Du Dévéloppement Iedes - Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) e Doutora em Sociologie Du Développement Iedes - Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) . Professor Livre-docente na Universidade Federal de São Carlos, PPG em Sociologia, e livre-docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Marilda Aparecida Menezes

Professora Visitante Nacional Senior (CAPES) da Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais; Professora Aposentada da UFCG-PPGCS; Pesquisadora do CNPq.

Oswaldo Truzzi

Professor Associado da Universidade Federal de São Carlos, atua nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Engenharia de Produção. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - SP e Curso de Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo.

Regina Laisner

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP/Campus de Franca. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPs) e Setor Governamental da Empresa Júnior do curso de Relações Internacionais (ORBE).

Rogério da Palma

Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente, é doutorando em Sociologia pela mesma instituição.